



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO
DAS REGIÕES SEMI-ÁRIDAS E COSTEIRAS
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

**O DISCURSO AMBIENTAL NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA:
REFLEXOS SOBRE O PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO PERÍODO DE
2000 A 2005**

Autora: Cláudia Anastácio Coelho Cruz

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Rosemeri Melo e Souza

FEVEREIRO/2009
São Cristóvão – Sergipe
Brasil

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO
DAS REGIÕES SEMI-ÁRIDAS E COSTEIRAS
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

O DISCURSO AMBIENTAL NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA:
REFLEXOS SOBRE O PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO PERÍODO DE
2000 A 2005

Dissertação apresentada ao Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos requisitos exigidos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Autora: Cláudia Anastácio Coelho Cruz

Orientadora: Prof^a Dr^a Rosemeri Melo e Souza

FEVEREIRO/2009

São Cristóvão – Sergipe

Brasil

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

C957d Cruz, Cláudia Anastácio Coelho
O discurso ambiental no programa de desenvolvimento regional sustentável da região sudoeste da Bahia : reflexos sobre o planejamento territorial no período de 2000 a 2005 / Cláudia Anastácio Coelho Cruz. – São Cristóvão, 2009.
185 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Núcleo de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Programa Regional de Desenvolvimento e Meio Ambiente, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe, 2009.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Rosemeri Melo e Souza

1. Meio ambiente - Bahia. 2. Desenvolvimento sustentável. 3. Política ambiental. 4. Planejamento territorial. I. Título.

CDU 502.2(813.8)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DESENVOLVIMENTO
DAS REGIÕES SEMI-ÁRIDAS E COSTEIRAS
PROGRAMA REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

O DISCURSO AMBIENTAL NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO
REGIONAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA:
REFLEXOS SOBRE O PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO PERÍODO DE
2000 A 2005

Dissertação de Mestrado defendida por Cláudia Anastácio Coelho Cruz e aprovada no dia 27 de fevereiro de 2009 pela Banca Examinadora constituída pelos Doutores:

Profª Drª Rosemeri Melo e Souza - Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

Profª Drª Maria José Nascimento Soares
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Lindemberg Medeiros de Araújo
Universidade Federal de Alagoas

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Prof^a Dr^a Rosemeri Melo e Souza - Orientadora
Universidade Federal de Sergipe

Dedico este trabalho aos meus pais Elbiomar e Luci, ao meu marido Jurandir e minhas filhas Maria Helena e Luísa, pelo carinho companheirismo, amizade e por partilharem da minha vida trazendo muitas alegrias.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB pelo apoio financeiro para cursar o Mestrado e concessão da bolsa de estudos.

Ao Departamento de Geografia pela liberação das atividades acadêmicas para o cumprimento dos créditos e realização da pesquisa.

À Universidade Federal de Sergipe pela oportunidade de cursar o Mestrado no Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA.

Meu especial agradecimento à Prof^a. Dr^a. Rosemeri Melo e Souza, da UFS, pela valiosa orientação acadêmica e compreensão nos momentos difíceis.

Aos Professores do Programa de Desenvolvimento e Meio Ambiente da UFS, pelos conhecimentos que propiciaram o aprofundamento na temática ambiental.

Aos colegas do Grupo de Pesquisa em Geoecologia e Planejamento Territorial - GEOPLAN, coordenado pela Prof^a Dr^a Rosemeri Melo e Souza, pelo apoio e amizade.

Aos colegas da turma de 2007 do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente do PRODEMA/UFS, pelo companheirismo.

Ao corpo técnico-administrativo do PRODEMA, pela atenção no decorrer do curso.

Aos coordenadores da CAR, Juarez Paiva e Francisco Emanuel Matos Brito, que disponibilizaram a relação de atores regionais participantes do PDRS e a todas as pessoas que concederam entrevistas, contribuindo para a realização dessa pesquisa.

À Dona Helena, por me acolher em sua casa e pela amizade que contribuíram para a realização do curso distante da minha cidade.

Aos colegas do Departamento de Geografia pelo incentivo, dentre eles Geísa, Mirian e Edvaldo que contribuíram para a realização deste trabalho.

Às amigas Giêdra, pelas sugestões apresentadas e Marbele, pelo apoio durante o trabalho de campo.

Aos meus pais Elbiomar e Luci, pelo constante incentivo à busca pelo conhecimento.

Ao meu marido Jurandir, pelo incentivo e apoio nos momentos difíceis e por contribuir imensamente na minha jornada acadêmica.

À Maria Helena e Luísa, minhas filhas, pelo incentivo e compreensão nos momentos de ausência.

Agradeço a Deus pela oportunidade de conviver com as pessoas, partilhando os diferentes momentos e as conquistas.

RESUMO

O discurso do desenvolvimento sustentável penetrou nas políticas estatais resultando em estratégias diferenciadas. A busca por outro tipo de desenvolvimento está no centro das discussões acerca da sustentabilidade, fundado na participação dos diferentes atores sociais a fim de atender aos objetivos sociais, econômicos e ecológicos. Buscando contribuir para a análise das políticas ambientais, considerando conceitual e empiricamente a análise do discurso da sustentabilidade como alternativa metodológica, essa pesquisa teve por objetivo geral analisar o discurso ambiental no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS da Região Sudoeste da Bahia e seus reflexos no planejamento territorial no período de 2000 a 2005. Foi feita a revisão bibliográfica; levantamento da documentação cartográfica; pesquisa sobre as ações implementadas; elaboração de mapas temáticos; realização de entrevista semi-estruturada com representantes do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil; sistematização e análise dos dados coletados. O PDRS destaca cinco dimensões da sustentabilidade: geoambiental, econômico-social, histórico-cultural, científico-tecnológica e político-institucional. Entretanto, o discurso da sustentabilidade defendido no PDRS valoriza primordialmente a competitividade econômica com repercussões no planejamento territorial. A investigação sobre a participação de entidades comunitárias no PDRS Sudoeste da Bahia permitiu constatar que houve uma fraca atuação de associações e sindicatos na discussão dos problemas e na busca de soluções para o desenvolvimento regional fundado na sustentabilidade o que representa a desvalorização da gestão democrática. Dentre as ações voltadas para a sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia se destacam a produção e comercialização de produtos regionais como resultado da ação direta de associações locais. As ações governamentais voltadas para a sustentabilidade na Região ocorreram de forma fragmentada nos diferentes setores do governo, conforme análise de relatórios oficiais. Os depoimentos da maioria dos atores regionais revelam que essas ações se deram de forma verticalizada e predominantemente incompatíveis com a realidade das comunidades da Região. Desse modo, o Programa serviu para legitimar um discurso de sustentabilidade para operacionalizar demandas de alguns atores. Os resultados permitiram explicitar os interesses em disputa na apropriação da natureza, com repercussões para o território-alvo dessa política ambiental. Finalmente, é essencial admitir a necessidade de reflexão sobre políticas ambientais nas quais a sustentabilidade tenha um caráter multidimensional e seja pautada na participação legítima na tomada de decisões e na gestão da produção a fim de atender as necessidades sociais.

Palavras-Chave: Discurso Ambiental; Sustentabilidade; Políticas Ambientais; Planejamento Territorial.

ABSTRACT

The sustainable development discourse has been incorporated into the political programs resulting in many different strategies. The search for a different kind of development is in the core of the discussion about sustainability; therefore, it is based on the participation of different social groups in order to achieve ecological, economical and social goals. With the purpose to contribute to environmental politics analysis, considering the sustainability discourse analysis under empirical and conceptual point of view as a methodological alternative, this research aimed to analyze the environmental discourse in Sustainable Regional Development Program – SRDP in Southwestern Bahia, Brazil and its reflects on territorial planning between 2000 and 2005. This research was carried out with bibliographic review, survey of cartographic documents; search for executed actions, elaboration of thematic maps, interview with government, private company and civil society representatives, and the analysis of collected dates. The SRDP pointed out five sustainable dimensions: environmental, economic-social, historic-cultural, scientific-technologic and political-institutional. However, the sustainable discourse defended by the PDRS valorizes essentially the economic competitively with repercussions on territorial ordination. The investigation into community participation in SRDP Bahia permitted to verify the weak actuation of associations and syndicates on problems discussion concerning the solutions to regional development supported by sustainability. This reality showed the devaluation of the democratic management. Among the actions focused on sustainability, it was pointed out the production and commercialization of regional products as a result of direct action of local associations. According to official report analysis, the government actions focused on sustainability occurred in different state segments, each working in isolation. According to the stakeholders' report, these actions occurred in vertical form and predominantly incompatible with regional community reality. Thus, the Program served to legitimate a sustainability discourse to attend just a few stakeholders. The results permitted clarify the interest in competition on nature appropriation, with repercussion on target-territory of this environmental policy. Finally, it is essential to admit the necessity of reflection on environmental policies on which the sustainability should have a multidimensional character, and should be focused on legitimate participation in decision-making, as well as in management of production in order to attend social needs.

Key-words: Environmental Discourse; Sustainability; Environmental Policies; Territorial Planning.

SUMÁRIO

	Página
SIGLAS E ABREVIACÕES	xiii
LISTA DE FIGURAS	xv
LISTA DE TABELAS	xvii
LISTA DE QUADROS	xviii
INTRODUÇÃO	1
1- A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA	7
1.1 O Problema e seu Recorte Analítico	7
1.2 O Espaço da Pesquisa	9
1.3 Objetivos e Questões Norteadoras	11
1.4 Método de Análise e Procedimentos Instrumentais	12
2 DISCURSO AMBIENTAL, POLÍTICAS AMBIENTAIS E PLANEJAMENTO TERRITORIAL	21
2.1 As concepções de natureza e o discurso ambiental	21
2.2 Os elementos do discurso e as discursividades em disputa no campo ambiental	28
2.3 Ecodesenvolvimento e diferentes perspectivas do Desenvolvimento Sustentável	34
2.4 As Políticas Ambientais Territoriais no Brasil, Programas Estaduais e Planejamento Territorial	42
3 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA	54
3.1 A realidade socioambiental da Região Sudoeste da Bahia	54
3.2 O discurso ambiental no Programa	66
3.3 A participação dos atores regionais no Programa e os problemas identificados na Região	71
3.4 As ações previstas para a Região Sudoeste da Bahia	78

4 O DISCURSO E A SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA	
BAHIA	87
4.1 O discurso ambiental defendido pelos agentes do Estado, agentes econômicos e grupos sociais da Região Sudoeste da Bahia	87
4.2 A relação entre o discurso defendido e as estratégias de sustentabilidade na Região	94
4.3 Planejamento Territorial e Sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia:	
limites e possibilidades	110
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
APÊNDICE A - Sistema de Codificação para Análise do Discurso Ambiental	131
APÊNDICE B – Modelo de Entrevistas utilizadas com os Atores Regionais	134
APÊNDICE C – Modelo de Termo de Consentimento	143
ANEXO A – Modelo Teórico-Metodológico do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável	145
ANEXO B – Recursos Orçamentários do Estado da Bahia de 2000 a 2003	165

SIGLAS E ABREVIACÕES

BB	– Banco do Brasil S/A
BNB	– Banco do Nordeste do Brasil S/A
CAR	– Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia
COELBA	– Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONDER	– Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CRA	– Centro de Recursos Ambientais da Bahia
DESENBÁHIA	– Agência de Fomento do Estado da Bahia
DIRES	– Diretoria Regional de Saúde do Estado da Bahia
EBDA	– Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A
EMBASA	– Empresa Baiana de Águas e Saneamento
EMBRAPA	– Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FIEB	– Federação das Indústrias no Estado da Bahia
GERC	– Grupo Ecológico Rio das Contas
IBAMA	– Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MEC	– Ministério da Educação
ONGs	– Organizações Não-Governamentais
PDRS	– Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável
PMVC	– Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista
SAF	– Sistema Agroflorestal
SEAGRI	– Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SECOMP	– Secretaria de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais
SEDIR	– Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional
SEDES	– Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza
SEDUR	– Secretaria do Desenvolvimento Urbano
SEI	– Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia

SENAC	– Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	– Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SEPLANTEC	– Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia do Estado da Bahia
SETRAS	– Secretaria de Trabalho e Ação Social
SNUC	– Sistema Nacional de Unidades de Conservação
UESB	– Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UFBA	– Universidade Federal da Bahia

LISTA DE FIGURAS

Número	Título	Página
Figura 1.1	Localização da área de abrangência do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável	10
Figura 3.1	Localização da Região Sudoeste no Estado da Bahia	55
Figura 3.2	População Residente da Região Sudoeste da Bahia por situação de domicílio	57
Figura 3.3	Emancipação política dos municípios da Região Sudoeste da Bahia	59
Figura 4.1	Unidades de sentido referentes à relação sociedade-natureza na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005)	88
Figura 4.2	Unidades de sentido referentes à sociedade sustentável apresentadas pelos atores regionais na Região Sudoeste da Bahia	90
Figura 4.3	Mudanças apontadas pelos atores regionais referentes à relação sociedade-natureza na Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005	95
Figura 4.4	Dificuldades referentes à mudança na relação sociedade-natureza na Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005, apontadas pelos atores regionais	96
Figura 4.5	Programas Estaduais na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005)	100
Figura 4.6	Estratégias de Sustentabilidade nos municípios da Região Sudoeste da Bahia	103
Figura 4.7	Sustentabilidade e atuação dos atores regionais na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005)	104
Figura 4.8	Viveiro para a engorda de peixes às margens do Rio Catolé da Associação de Piscicultores de Itapetinga – Ba	105
Figura 4.9	Sede do Projeto de Piscicultura às margens do Rio Catolé da Associação de Piscicultores de Itapetinga – Ba	105

Figura 4.10	Usina de beneficiamento de leite no município de Barra do Choça – Ba	106
Figura 4.11	Investimentos públicos e privados na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005)	108
Figura 4.12	Investimentos no espaço urbano e rural da Região Sudoeste da Bahia (2000-2005)	109

LISTA DE TABELAS

Número	Título	Página
Tabela 3.1	População Residente Total, Urbana e Rural segundo os municípios da Região Sudoeste da Bahia, 2000.	56
Tabela 3.2	Rendimento Mensal da população residente, segundo os municípios da Região Sudoeste da Bahia, 2000.	63
Tabela 3.3	Taxa de Analfabetismo total, da população urbana e rural com 10 anos ou mais de idade, segundo os municípios da Região Sudoeste da Bahia, 2000.	64

LISTA DE QUADROS

Número	Título	Página
Quadro 3.1	Problemas apontados nas reuniões temáticas por dimensões da sustentabilidade	75
Quadro 3.2	Projetos selecionados e ações previstas para a Região Sudoeste da Bahia, voltadas para a sustentabilidade	80
Quadro 4.1	Unidades de sentido referentes às políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e atuação dos grupos sociais na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005)	92

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O modelo de desenvolvimento que predominou ao longo do século XX, promoveu a exploração intensa dos recursos naturais, dentre outros fenômenos resultantes de práticas perversas para a natureza e os homens. Tal destruição motivou o debate sobre o necessário compromisso com a perenização da vida, inserindo o princípio da sustentabilidade na pauta de discussões acerca do desenvolvimento das nações.

A expressão desenvolvimento sustentável passou a fazer parte dos discursos políticos do mundo atual em interpretações variadas. A emergência em defender uma postura crítica em relação à utilização do discurso da sustentabilidade tem sido objeto de intenso debate entre os estudiosos que tratam da temática ambiental.

Na análise da abordagem conservadora do discurso do desenvolvimento sustentável é possível constatar a tentativa da manutenção do poder econômico com suas formas de apropriação da natureza por meio do discurso ambiental fundado na racionalidade econômica. Assim, “a necessidade de verdade” pelo poder político e econômico na atualidade pode ser percebida nos discursos veiculados acerca da apropriação da natureza.

Como reação à abordagem conservadora, surge uma abordagem emancipatória do desenvolvimento sustentável que envolve compromissos com os objetivos sociais, ecológicos e econômicos. Ao contrário da abordagem conservadora do desenvolvimento sustentável que se preocupa com uma repartição dos custos da degradação e contaminação ambiental, contabilizando os estoques de recursos e seus efeitos nas contas nacionais, a abordagem emancipatória defende a redefinição do processo produtivo, e aponta para a reapropriação social da natureza.

A competitividade exigida pelo processo de globalização frequentemente impõe a implementação de atividades econômicas incompatíveis com as necessidades sociais

de comunidades locais e com a dinâmica dos ecossistemas, assim como promove a concentração de assentamentos humanos e atividades econômicas; motivo pelo qual se discute tão intensamente a necessidade de implementação de atividades econômicas mais compatíveis com a realidade socioambiental local.

Diante dessa realidade, os objetivos sociais e ecológicos definidos têm assumido posição secundária em relação aos objetivos econômicos, revelando a necessidade de maior reflexão acerca da incorporação do princípio da sustentabilidade no discurso ambiental em programas estatais.

A abordagem emancipatória do desenvolvimento sustentável, que considera um novo campo de concertações entre o Estado, os agentes econômicos e os grupos sociais, valoriza a necessidade de outorgar à sociedade um espaço para a expressão de seus interesses, para a sua participação na tomada de decisões e para a gestão direta de seus recursos produtivos.

A inserção nos programas estatais de dimensões que tratam do meio natural, da cultura, da participação das lideranças locais e da produção científica nas universidades, conduz à reflexão sobre o discurso da sustentabilidade nos programas estatais voltados ao desenvolvimento. Estudos revelam que apesar da definição de objetivos sociais e ecológicos que contemplem as discussões sobre a sustentabilidade no desenvolvimento regional, é recorrente a operacionalização de objetivos econômicos de forma a fragilizar as dimensões sociais e ecológicas na implementação de programas estatais.

Diante desse quadro no qual tem ampliado a aproximação entre diferentes atores sociais e institucionais na busca pela gestão sustentável, potencializando a manifestação de diferentes interesses no discurso ambiental, com implicações para a prática socioambiental, esta pesquisa teve por finalidade a análise do discurso ambiental no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005) – correspondente ao período de desenvolvimento de ações por parte do governo do Estado buscando compatibilizar os projetos das Secretarias Setoriais às

concepções defendidas no Programa.

O Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Sudoeste da Bahia foi elaborado no ano de 1999, pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, órgão vinculado no período da elaboração do Programa à da Secretaria do Planejamento Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC do Estado da Bahia e atualmente está vinculado à Secretaria do Desenvolvimento e Integração Regional – SEDIR. O Programa de desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS no Estado, teve como objetivo nortear a elaboração e implementação dos Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável das Regiões Econômicas do Estado da Bahia. As Secretarias Setoriais do Estado, por intermédio dos seus órgãos executores, são responsáveis pelo detalhamento das propostas constantes em cada PDRS.

A articulação da concepção de sustentabilidade e das ações previstas no Modelo Teórico-Metodológico do Programa para serem implementadas nas 15 regiões econômicas do Estado da Bahia, com as intervenções governamentais na Região Sudoeste da Bahia permitiram compreender o funcionamento do discurso ambiental e as implicações no planejamento regional voltado para a sustentabilidade. A Região Sudoeste da Bahia é resultado da regionalização do espaço baiano que considera os aspectos econômicos, instituída pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI e abrange 39 municípios. Buscou-se na pesquisa a aproximação entre os conceitos de **discurso ambiental, sustentabilidade e políticas ambientais**, relacionando-os ao **planejamento territorial**.

A escolha dessa temática resultou da representatividade do Programa - fundamentado no princípio da sustentabilidade, o qual tem despontado nos discursos ambientalistas de diferentes matrizes ideológicas, permeando os discursos políticos do mundo atual – para o desenvolvimento de ações voltadas para a sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005.

A preocupação em investigar os limites e possibilidades da gestão sustentável na

Região Sudoeste da Bahia, região na qual são realizadas atividades de ensino e pesquisa na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB motivou a realização deste trabalho, buscando contribuir com as discussões acerca da gestão sustentável envolvendo diferentes atores sociais e institucionais e a compreensão do papel das formações discursivas ambientais como justificadoras das ações realizadas no território.

Com o propósito de investigar a relação entre o discurso da sustentabilidade e o planejamento territorial na Região, na perspectiva de compreender os limites e as possibilidades da gestão sustentável na Região Sudoeste da Bahia, esta dissertação foi estruturada em cinco capítulos.

No primeiro capítulo é apresentado o processo de construção da pesquisa explicitando sobre o desafio da sustentabilidade na atualidade diante dos diferentes interesses envolvidos na gestão ambiental sustentável; a definição dos objetivos e dos questionamentos que envolvem o problema apresentado; o método de análise utilizado para atingir os objetivos propostos, buscando a compreensão do discurso ambiental no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005.

Buscou-se, no segundo capítulo, destacar as práticas discursivas e programas de desenvolvimento sustentável, explicitando sobre os elementos do discurso ambiental, as discursividades em disputa e sua relação com as políticas ambientais territoriais no Brasil.

No terceiro capítulo, é apresentado o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Sudoeste da Bahia, destacando a realidade socioambiental da Região, o discurso ambiental no Programa, as formas de participação dos atores sociais e institucionais envolvidos e as ações voltadas para a sustentabilidade na Região que tomaram se fundamentaram no Programa.

No quarto capítulo são analisados os discursos defendidos pelos representantes

do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, buscando estabelecer a relação entre o discurso defendido e a sustentabilidade na Região e, por fim, avaliar os efeitos do discurso ambiental sobre o planejamento territorial.

No quinto capítulo, são feitas considerações finais sobre o trabalho buscando trazer contribuições para a análise do discurso ambiental nas políticas voltadas para a sustentabilidade elaboradas com a participação dos atores sociais e institucionais que assumem o desafio de implementar a gestão sustentável, por meio da compreensão sobre o funcionamento do discurso que manifesta diversos posicionamentos dos atores envolvidos e expressa os interesses em disputa na apropriação da natureza, com repercussões para o território-alvo desse Programa.

CAPÍTULO 1

A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

1.0– A CONSTRUÇÃO DA PESQUISA

1.1 O PROBLEMA E SEU RECORTE ANALÍTICO

A sociedade contemporânea tem produzido mudanças sem precedentes nos ecossistemas ao promover atividades fundadas num modelo econômico que, incompatível com as necessidades legítimas da maioria da população humana, é altamente consumidor de energia e matérias-primas, numa velocidade que desconsidera a capacidade dos ecossistemas de autoproduzirem, bem como de absorver os detritos produzidos pela sociedade industrial.

A reação à crise ambiental global - resultado de um processo de reflexão acerca da relação sociedade-natureza que se iniciou no século XIX - teve grande expansão a partir do século XX, com a preocupação por parte da comunidade científica acerca dos problemas ambientais na década de 50 e a adesão de diversos grupos e organizações não-governamentais na década de 60. Porém, a preocupação ambiental por parte de governos e partidos políticos a partir da década de 70, inserindo diferentes atores sociais e institucionais com interesses diversos, tem resultado em diferentes posicionamentos no debate acerca da questão ambiental com repercussões no planejamento territorial.

Atualmente, o ambientalismo¹ abrange os principais espaços da sociedade civil, do Estado e do mercado. Esses diferentes segmentos sociais têm se apropriado de forma desigual dos conceitos relacionados à temática ambiental, cujas diferentes abordagens acerca da relação sociedade-natureza fundamentam as clivagens do discurso ambiental. Essas distintas matrizes se manifestam como discursividades em disputa no campo ambiental.

¹ Definido por Moraes (2005b, p. 132) como um componente da mentalidade atual [envolvendo a questão ambiental] que tem aflorando em vários discursos ideológicos. O autor afirma que todas as matrizes ideológicas presentes na cena política contemporânea desenvolvem discursos ambientalistas.

As variadas interpretações do desenvolvimento sustentável, como conceito emergente na agenda política internacional a partir dos anos 80 do século passado, refletem os diversos interesses explicitados na formulação das estratégias de apropriação e/ou defesa do meio ambiente, mediante estratégias políticas diferenciadas. As estratégias de poder da ordem econômica dominante se apropriaram do discurso da sustentabilidade aproximando-o de uma racionalidade econômica.

A busca por uma sociedade sustentável, fundada em novos princípios éticos, valores culturais e potenciais produtivos, a fim de superar a racionalidade capitalista dominante, tem sido objeto de intenso debate entre os estudiosos da temática ambiental, buscando defender uma postura crítica em relação à utilização do discurso da sustentabilidade (SACHS, 2002, 2007; LEFF, 2005, 2006b).

A visão do desenvolvimento sustentável que considera um novo campo de concertações entre o Estado, os agentes econômicos e os grupos sociais, envolve o reconhecimento da necessidade de outorgar à sociedade um espaço para a expressão de seus interesses, para a sua participação na tomada de decisões e para a gestão direta de seus recursos produtivos.

A inserção nos programas estatais de dimensões que tratam do meio natural, da cultura, da participação das lideranças locais e da produção científica nas universidades, conduz à reflexão sobre o discurso da sustentabilidade nos programas estatais. Estudos revelam que apesar da definição de objetivos sociais e ecológicos que contemplem as discussões sobre a sustentabilidade no desenvolvimento regional, é recorrente a operacionalização de objetivos econômicos de forma a fragilizar as dimensões sociais e ecológicas na implementação de programas estatais.

A discussão acerca da sustentabilidade e da aproximação entre representantes do Estado, mercado e comunidades locais na busca por outro desenvolvimento que atenda aos objetivos sociais, econômicos e ecológicos, fazem com que a análise do discurso

ambiental manifesto nos programas de desenvolvimento regional sustentável se constitua em importante objeto de estudo.

A investigação sobre a elaboração de programas e o desenvolvimento de ações voltadas para a sustentabilidade como componentes das políticas ambientais, com a aproximação entre diferentes atores sociais e institucionais, analisando os posicionamentos quanto à relação sociedade-natureza e quanto à sustentabilidade busca contribuir para a gestão sustentável na medida em que traz reflexões sobre o papel do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil na busca por uma sociedade sustentável.

Com o objetivo de subsidiar a análise do discurso ambiental no programa de desenvolvimento regional sustentável relacionado às ações fundadas na sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia, a pesquisa teve caráter empírico-bibliográfico. Na etapa inicial da pesquisa, foram feitos o levantamento bibliográfico relativo ao **discurso ambiental, sustentabilidade, políticas ambientais e planejamento territorial** e a pesquisa documental junto à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da Bahia – CAR, responsável pelo Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável - PDRS da Região Sudoeste da Bahia e do Modelo Teórico Metodológico. Na etapa de campo foram investigados os atores sociais envolvidos na elaboração do PDRS da Região Sudoeste da Bahia mediante a realização de entrevistas baseadas em amostragem estratificada com os participantes do processo registrados pela CAR.

1.2 O ESPAÇO DA PESQUISA

A Região Econômica Sudoeste da Bahia se localiza entre 13°02' e 16°00' de Latitude Sul e 39°32' e 41° 49' de Longitude Oeste. A área da Região é de 42.542,9 Km² que corresponde a 7,5% da superfície do Estado da Bahia (Figura 1.1).

A Região Sudoeste da Bahia é resultado da regionalização do espaço baiano que considera os aspectos econômicos, instituída pela Superintendência de Estudos

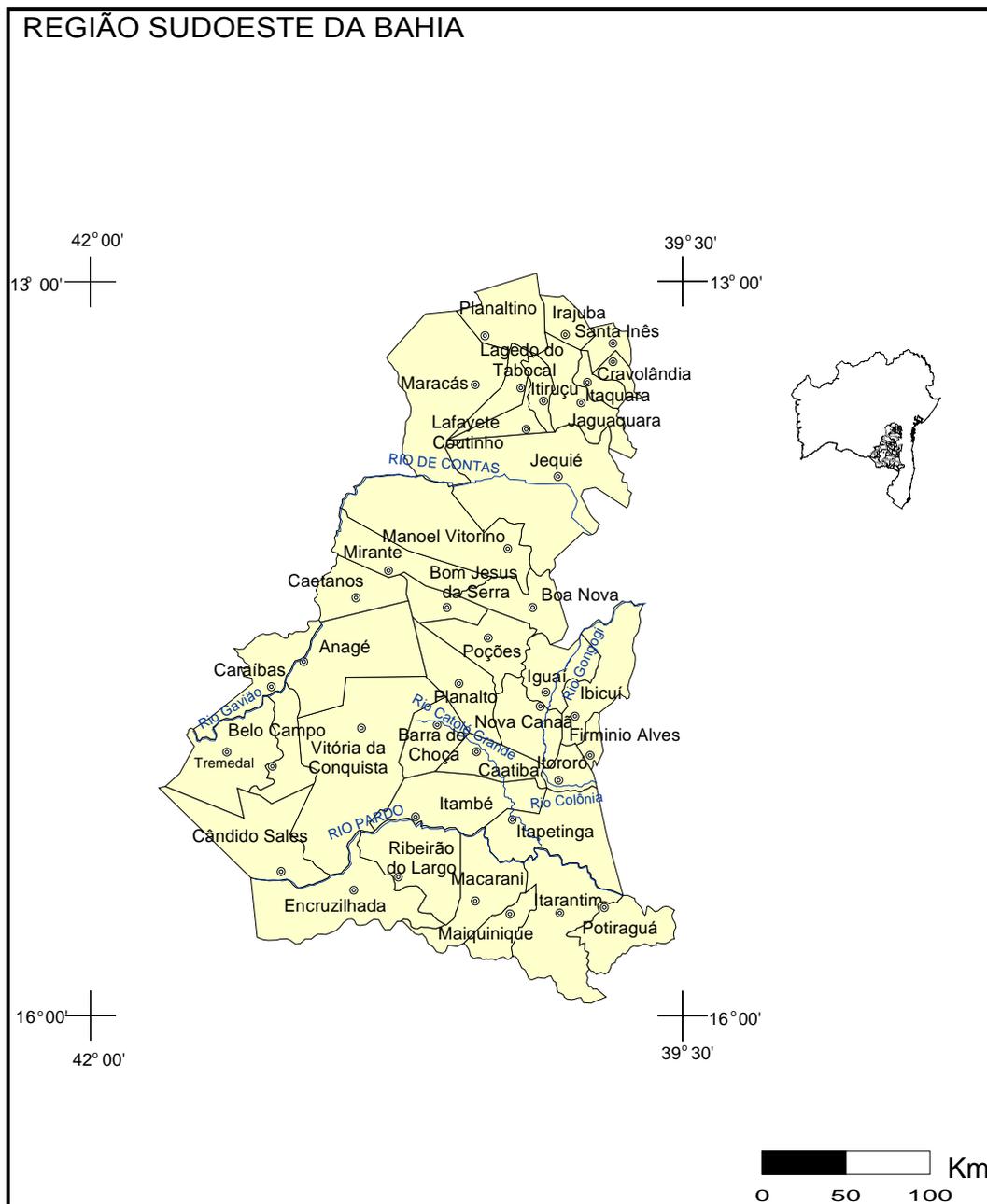


Figura 1.1 – Área de Abrangência do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável

Fonte: Base Digital da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/ Software Map Viewer 7.0
 Elaboração: Cruz, Cláudia A. C. (2008).

Econômicos e Sociais da Bahia – SEI. A Região é composta por 39 municípios: Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Boa Nova, Bom Jesus da Serra, Caatiba, Caetanos, Cândido Sales, Encruzilhada, Caraíbas, Cravolândia, Firmino Alves, Ibicuí, Iguaiá, Irajuba, Itambé, Itapetinga, Itaquara, Itarantim, Itiruçu, Itororó, Jaquaquara, Jequié, Lafaiete Coutinho, Lajedo do Tabocal, Macarani, Maiquinique, Manoel Vitorino, Maracás, Mirante, Nova Canaã, Planaltino, Planalto, Poções, Potiraguá, Ribeirão do Largo, Santa Inês, Tremedal, Vitória da Conquista.

1.3 OBJETIVOS E QUESTÕES NORTEADORAS

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar o discurso ambiental no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável da Região Sudoeste da Bahia e seus reflexos no planejamento territorial desta região no período de 2000 a 2005.

A hipótese levantada foi que as diferentes concepções de sustentabilidade, presentes no discurso ambiental, defendidas pelos atores regionais e as formas de operacionalização interferem nas políticas ambientais com reflexos no planejamento territorial.

O objetivo principal dessa pesquisa foi definido buscando responder às questões referentes aos diferentes interesses envolvidos na defesa da sustentabilidade explicitados no discurso ambiental na Região Sudoeste da Bahia e no desenvolvimento de ações voltadas para a sustentabilidade, que resultaram nos seguintes questionamentos: Quais as concepções que fundamentam o discurso ambiental veiculado nos pressupostos teórico-metodológicos do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável na Região Sudoeste da Bahia? Qual a concepção de sustentabilidade assumida pelos representantes do poder público, da iniciativa privada e das comunidades locais que participaram da elaboração do Programa? Em que medida as intenções previstas no Programa repercutiram no planejamento territorial?

Foram assim definidos como objetivos específicos da pesquisa analisar a concepção de sustentabilidade que fundamentou a elaboração do PDRS; compreender os discursos dos atores sociais e institucionais envolvidos no Programa; investigar as enunciações discursivas presentes nos documentos do Programa, evidenciando a coerência entre as ações previstas e as realizadas; e avaliar os reflexos do PDRS no planejamento territorial, comparando o discurso nos projetos previstos com as ações realizadas na Região.

1.4 MÉTODO DE ANÁLISE E PROCEDIMENTOS INSTRUMENTAIS

Na análise do discurso ambiental no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável na Região Sudoeste da Bahia, considerando a articulação com as intervenções governamentais nos municípios que têm sido alvo dessa política, buscou-se a aproximação entre os conceitos de **discurso ambiental, sustentabilidade e políticas ambientais**, relacionando-os ao **planejamento territorial**.

Para fundamentar a análise do discurso ambiental no Programa, foi utilizada a concepção de sustentabilidade defendida por Leff (2005, 2006a, 2006b) que se baseia no potencial ecológico, na solidariedade transgeracional, equidade social e diversidade cultural e as dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs (2002, 2007). Nessa perspectiva de sustentabilidade, os autores defendem que um novo paradigma produtivo deve ser perseguido buscando fomentar diferentes formas de manejo produtivo da biodiversidade em harmonia com a natureza.

Com o objetivo de analisar a concepção de sustentabilidade que fundamentou a elaboração do Programa de Desenvolvimento para a Região Sudoeste da Bahia foi feita a revisão bibliográfica para aprofundamento do referencial teórico proposto e realização de pesquisa documental junto à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional da

Bahia – CAR, responsável pelo PDRS da Região Sudoeste da Bahia e do Modelo Teórico-Metodológico.

No período de elaboração do PDRS, foram realizadas reuniões temáticas com a participação de representantes de associações comunitárias, produtores rurais, comerciantes e industriais da Região, órgão federal e órgãos estaduais de defesa do meio ambiente, bancos oficiais, cooperativas, promotoria pública e prefeituras. Os participantes foram organizados em grupos temáticos, divididos por dimensões da sustentabilidade, para uma consulta coletiva a fim de identificar as questões regionais envolvendo as dimensões da sustentabilidade apresentadas no Modelo Teórico-Metodológico do PDRS, considerando as potencialidades da Região e as proposições para a intervenção.

Para a compreensão dos discursos dos atores sociais e institucionais envolvidos no Programa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com 20% dos 216 atores regionais que participaram efetivamente das reuniões temáticas.

A investigação acerca da participação dos diferentes atores regionais nessa pesquisa foi feita a partir da identificação junto à CAR dos participantes das reuniões temáticas. Foram analisadas as propostas discutidas e aprovadas nas reuniões temáticas, considerando sua relação com os objetivos sociais, econômicos e ecológicos, no desenvolvimento regional a fim de averiguar a congruência entre o discurso assumido e as propostas defendidas, bem como investigar a legitimidade na representação dos atores regionais no Programa.

As enunciações discursivas presentes nos documentos do Programa foram analisadas, confrontando-as com o planejamento territorial, por meio de pesquisa junto aos órgãos responsáveis pela elaboração do Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável e órgãos responsáveis pela compatibilização dos projetos apresentados às ações realizadas na Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005; levantamento da documentação cartográfica existente acerca do Programa e das ações voltadas para o

desenvolvimento sustentável na Região; elaboração de mapas temáticos referentes ao planejamento territorial na Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005, utilizando o software *Map Viewer 7.0* e finalmente foi feita a sistematização e análise dos dados coletados.

O Modelo Teórico-Metodológico elaborado pela Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, órgão da Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC do Estado da Bahia, responsável pelo PDRS no Estado, teve como objetivo nortear a elaboração e implementação dos Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável das Regiões Econômicas do Estado da Bahia e apresenta as dimensões da sustentabilidade que foram analisadas buscando identificar e discutir as concepções de sustentabilidade e o funcionamento do discurso que se manifesta no documento. Foram definidas no Modelo Teórico-Metodológico cinco dimensões da sustentabilidade: geoambiental, econômico-social, histórico-cultural, científico-tecnológica e político-institucional.

No processo de análise foram relacionados os discursos de representantes do Estado, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada a fim de captar os efeitos das diferentes memórias discursivas, por meio dos diferentes posicionamentos sobre a relação sociedade-natureza, a sustentabilidade e gestão sustentável, detectando relações com o Biocentrismo, Tecnocentrismo/Antropocentrismo e vertentes emancipatórias.

Essa etapa da análise permitiu entrar no processo discursivo sem perder de vista o fundamento teórico da análise, após a configuração do *corpus*² (proveniente dos dados coletados a partir de entrevistas e da pesquisa documental).

A fim de compreender de que forma as ideologias presentes no ambientalismo se manifestam no campo discursivo ambiental foram identificados os sentidos de outros discursos acerca da relação sociedade natureza e da sustentabilidade e que se

² Designa o conjunto de dados que servem de base para a descrição e análise de um fenômeno (CHARAUDEAU & MAINGUENEAU, 2006, p. 137).

manifestam no *corpus* do discurso ambiental. Foram observadas as formas como os documentos que tratam do Programa produzem sentidos acerca da sustentabilidade. Dentre os documentos analisados foram incluídos os relatórios do governo que mencionam ações voltadas para desenvolvimento sustentável na Região. Desse modo, tornou-se possível compreender o processo de concretização do discurso ambiental no PDRS e nos discursos dos atores envolvidos, confrontando-os com as ações voltadas para a sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia.

No discurso ambiental, o Desenvolvimento Sustentável se apresenta como um discurso fundador³ na medida em que ocorre a instauração de uma nova ordem de sentidos, e que re-significa o que veio antes, desautorizando o sentido anterior, aproveitando fragmentos do sentido instaurado para instalar o novo (ORLANDI, 1993).

A partir das diretrizes apresentadas por Orlandi (2003) é possível identificar na utilização do termo desenvolvimento sustentável a busca por uma homogeneidade discursiva. Entretanto, os efeitos dos diferentes interesses de cada segmento social podem ser identificados no interior do discurso.

As palavras, expressões ou proposições mudam de sentido por aqueles que a empregam de acordo com as posições em que se inscrevem aqueles que as utilizam, a depender do contexto histórico ou das condições de produção do discurso.

Nesse sentido, foram confrontadas as concepções defendidas de sustentabilidade no documento que trata do Programa com as estratégias de sustentabilidade propostas pelos diferentes atores sociais, a fim de identificar quais objetivos foram priorizados ou rejeitados e compreender o funcionamento do discurso ambiental.

As diretrizes para a análise do discurso apresentadas por Foucault (1979; 1999;

³ Expressão utilizada por Orlandi para designar enunciados que ecoam e se firmam em nosso dia-a-dia. Para Orlandi, os discursos fundadores são aqueles que “vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro de uma história de um mundo conhecido [...]” (ORLANDI, 1993, p. 12).

2004) e os procedimentos de análise propostos por Orlandi (1993; 2003) permitiram explicitar o modo e produção de sentidos acerca da sustentabilidade nos enunciados presentes nos documentos que tratam do Programa e a partir das falas dos atores sociais e institucionais envolvidos na elaboração do Programa. Na análise foram consideradas as condições de produção do discurso, relacionando com as discursividades em disputa no campo ambiental.

A fim de apreender as unidades de sentido referentes à sustentabilidade e modalidades discursivas referentes aos temas e teorias em que se aplicam as unidades de sentido referentes à sustentabilidade dos diferentes atores regionais, a partir das entrevistas realizadas, foi utilizado o sistema de codificação explicitado por Jovchelovitch (2000). Nesse sistema de codificação, a partir das entrevistas com os atores regionais, foram identificadas as unidades de sentido referentes à relação sociedade-natureza, à concepção de sustentabilidade, à sociedade sustentável, aos programas estatais voltados para a sustentabilidade e do papel atribuído pelos entrevistados aos atores regionais na elaboração desses programas.

Posteriormente, foi feito o levantamento da frequência das unidades de sentido encontradas com a finalidade de identificar e analisar o posicionamento dos diferentes atores regionais envolvidos no Programa e o papel desempenhado na elaboração do PDRS assim como no desenvolvimento de ações voltadas para a sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia.

O Modelo Teórico-Methodológico do PDRS previa a formulação de estratégia do Desenvolvimento Regional na qual deverão ser definidas linhas estratégicas a partir do conteúdo das dimensões da sustentabilidade, constituindo-se no marco orientador para a seleção de projetos prioritários. A pesquisa sobre as ações desenvolvidas na Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005 possibilitou o confronto entre o discurso ambiental e o planejamento territorial na Região Sudoeste da Bahia.

As práticas territoriais na área de estudo no transcurso temporal escolhido foram

cartografadas utilizando o software *Map Viewer 7.0* e a Base Cartográfica Digital da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais do Estado da Bahia – SEI - 2003. A partir dos relatórios oficiais que apresentam ações fundadas na sustentabilidade nos municípios da Região Sudoeste da Bahia e no depoimento dos atores regionais entrevistados, foram elaborados mapas temáticos buscando confrontar as ações previstas e as ações realizadas.

Na análise do discurso no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável, como componente de uma política pública ambiental, foi valorizada a abordagem integradora dos conteúdos da política, da dimensão institucional e da dimensão processual. Essa abordagem viabilizou o estudo da política ambiental, das condições institucionais e dos processos políticos de decisão e planejamento.

Frey (2000) destaca que a análise de políticas públicas não dispõe de uma teoria uniforme e que uma combinação de métodos e a reaproximação entre abordagens representam grande potencial para a análise dessas políticas. Desse modo, o autor defende a análise de políticas públicas a partir de uma abordagem integradora das três dimensões da política: a dimensão material (configuração dos programas políticos ao conteúdo material das decisões políticas), a dimensão institucional (estrutura institucional do sistema político-administrativo) e a dimensão processual (processo político, geralmente conflituoso no que se refere à definição de objetivos, aos conteúdos e às decisões).

As políticas ambientais revelam a influência mútua entre as dimensões políticas apresentadas promovendo transformações nos arranjos institucionais⁴ em todos os níveis de ação estatal. Concomitantemente, associações ambientais, institutos de pesquisa ambiental e repartições públicas têm se inserido no debate ambiental transformando e reestruturando o processo político. A compreensão dos fatores favoráveis e de entraves bloqueadores de programas políticos envolve a investigação

⁴ Negociações entre atores políticos com a finalidade de “institucionalizar” padrões de ação e de processos de negociação no contexto de organizações e procedimentos (FREY, 2000).

dos processos político-administrativos os quais revelam os arranjos institucionais, as atitudes e objetivos dos atores políticos, os instrumentos de ação e as estratégias políticas (FREY, 2000).

Na análise de políticas públicas ganham relevância as redes de relações entre diferentes instituições e grupos do executivo, do legislativo e da sociedade civil; os processos de conflito e de consenso dentro das diversas áreas políticas; e o ciclo político (representação da dimensão temporal dos processos políticos).

O ciclo político compreende as diferentes fases do processo político-administrativo: a fase de percepção e definição de problemas; a fase de decisão sobre a inserção de um tema na pauta política; a fase de elaboração e implementação de programas e a fase de avaliação de políticas e eventual mudança da ação. Complementando a análise das diferentes fases do ciclo político, a análise do estilo político de ação, que pode se manifestar de forma participativa ou tecnocrata, deve ser valorizada na análise de políticas públicas (FREY, 2000).

Silva e Melo (2000) afirmam que o ciclo político é melhor representado por redes complexas de formuladores, implementadores e *stakeholders*⁵ que dão sustentação à política, destacando os elos críticos que se manifestam no processo político nos quais se conjugam o processo de sustentação política dos programas, a coordenação interinstitucional e a capacidade de mobilizar recursos institucionais. Esses aspectos conjugados produzem uma crise no processo de tomada de decisão que representa um momento de aprendizado na dinâmica do Programa.

A fase de percepção e definição de problemas foi analisada no PDRS, considerando a inserção da sustentabilidade no campo de ação política apresentada no documento que trata do programa no que se refere à relevância política defendida e dos depoimentos dos atores sociais e institucionais envolvidos quanto à relevância de ação.

⁵ Indivíduos, grupos ou organizações envolvidos pelas políticas e nela interessados (SILVA e MELO, 2000)

As fases de decisão sobre a inserção do tema da sustentabilidade na pauta política e de elaboração do Programa foram analisadas considerando a forma de envolvimento dos relevantes atores regionais na discussão acerca da sustentabilidade nas reuniões temáticas realizadas nas cidades de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga e a definição das alternativas de ação.

A fase de implementação do Programa foi analisada considerando o processo de negociação entre os atores envolvidos, o grau de adesão ao Programa e os recursos mobilizados (SILVA; MELO, 2000). Foram confrontados os resultados e impactos projetados na fase de elaboração do Programa com os resultados apresentados nos relatórios oficiais assim como nos depoimentos dos atores envolvidos no Programa.

Os programas delimitam apenas um conjunto limitado de cursos de ação e decisões que os atores devem seguir ou tomar, entretanto, há um espaço aberto, no qual práticas inovadoras e criativas podem ser realizadas, o que transforma projetos e programas numa experimentação social apesar desse aspecto ser avaliado de forma negativa pela cultura burocrática dominante (SILVA; MELO, 2000). Desse modo, o comportamento discricionário dos atores envolvidos foi investigado a fim de identificar ações e decisões voltadas para a sustentabilidade que ultrapassaram aquelas delimitadas no período de elaboração do Programa.

Silva e Melo (2000) ressaltam que os programas devem ser avaliados como um aprendizado na implementação de uma política pública. Esse aprendizado se fundamenta na interação entre os atores regionais na implementação de ações voltadas para a sustentabilidade regional. Nesse sentido, Araújo e Bramwel (2004) destacam: “parcerias que [...] não sejam suficientemente amplas para aglutinar maior força coletiva [...] não têm suficiente escopo para resolver os problemas sócio-econômicos e ambientais de toda uma região”. Nessa perspectiva, foi investigada a existência de interação entre agentes de mercado, atores estatais e sociedade civil organizada na implementação das ações definidas no período da elaboração e iniciativas voltadas para a sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia.

CAPÍTULO 2

PRÁTICAS DISCURSIVAS DA SUSTENTABILIDADE, POLÍTICAS AMBIENTAIS E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

2.0 – DISCURSO AMBIENTAL, POLÍTICAS AMBIENTAIS E PLANEJAMENTO TERRITORIAL

2.1 - AS CONCEPÇÕES DE NATUREZA E O DISCURSO AMBIENTAL

A partir dos anos 1950, o ambientalismo tem sido discutido intensamente por cientistas, participantes de ONGs, atores políticos, estatais e vinculados ao sistema econômico. O ambientalismo se apresenta ora como um grupo de pressão, que se constitui devido à demanda de proteção ambiental, porém, sem contestar o funcionamento da sociedade; ora como novo movimento social no qual a questão ecológica é tratada de forma alternativa ao funcionamento da sociedade; mas predominantemente, como um movimento histórico que admite que o atual modelo de desenvolvimento é insustentável e defende transformações nos principais eixos civilizatórios da sociedade contemporânea (LEIS; D'AMATO, 1994).

Atualmente, o ambientalismo abrange os principais espaços da sociedade civil, do Estado e do mercado. Esses diferentes segmentos sociais têm se apropriado de forma desigual dos conceitos relacionados à temática ambiental. Essa apropriação desigual remete à reflexão sobre a produção de sentidos acerca da temática ambiental, na medida em que o sentido é uma construção social historicamente datada e culturalmente localizada.

As diferentes práticas discursivas representadas pelas narrativas, argumentações e conversas utilizadas no cotidiano permitem a apreensão da produção dos sentidos – processo no qual são construídos os termos utilizados pelas pessoas para compreender e lidar com as situações e fenômenos à sua volta (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 45). Os autores definem práticas discursivas como “as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas”. Nessa análise, as

práticas discursivas são constituídas pelos enunciados orientados por vozes, pela linguagem social e pelos conteúdos que são os repertórios interpretativos. A defesa de diferentes concepções de natureza revela como as pessoas produzem sentidos ao se posicionarem acerca da questão ambiental.

Analisando diferentes concepções de natureza, Marilena Chauí destaca que:

Tomada como realidade físico-química e biológica, ou como a natureza, [...] caracteriza-se pelo ordenamento dos seres, pela regularidade dos fenômenos ou dos fatos, pela frequência, pela constância e pela repetição de encadeamentos fixos entre as coisas [...] Todavia, [...] para as ciências contemporâneas, a natureza não é apenas a realidade externa, dada e observada, percebida diretamente por nós, mas é um objeto de conhecimento construído pelas operações científicas, um campo objetivo, produzido pela atividade do conhecimento [...] (CHAUÍ, 2006, p. 104).

É possível identificar diferentes concepções de natureza desde os pré-socráticos até a sociedade contemporânea que têm fundamentado a relação entre a sociedade e a natureza. No período dos pré-socráticos, a concepção de natureza se constituía numa abordagem de totalidade, na qual a ordem do Kosmos era regida por leis universais. Nessa concepção, a *physis* – tudo aquilo que surge por si próprio e se manifesta – assume uma dimensão na qual matéria e espírito se completam, na medida em que os deuses gregos eram considerados parte integrante da natureza. Nessa visão, a natureza englobava os seres humanos, a natureza não-humana e também os deuses, conforme destaca Camargo (2005).

Com base no paradigma cartesiano⁶ a oposição homem-natureza, sujeito-objeto assumirá uma dimensão maior. Gonçalves (2004) destaca que a natureza passa a ser

⁶ É com Descartes que o homem passa a ser visto como o centro do mundo, como sujeito e a natureza como objeto a ser dominado. Na doutrina cartesiana, separa-se a matéria (*res extensa*) do pensamento (*res cogitans*) (GONÇALVES, 2004).

utilizada como recurso - um meio para se atingir a um fim – em virtude do caráter pragmático que o conhecimento adquire. MORAIS (1999) ressalta que o homem passa a ser visto como o centro do mundo, em oposição à natureza que se tornou mero objeto a ser transformado, para a filosofia cartesiana.

Analisando a relação entre discurso e poder no âmbito do ambientalismo, Leff (2006b) destaca que o surgimento de formações discursivas no campo discursivo ambiental⁷ representa um efeito de poder no conhecimento e a manipulação e/ou legitimação de seus conceitos está relacionada aos interesses opostos de países, instituições e grupos sociais.

O ambientalismo predominante na atualidade remete à forma de ideologia que tem predominado, “a ideologia da competência, que divide a sociedade entre aqueles que sabem, e por isso mandam, e aqueles que não sabem, e por isso obedecem” (CHAUÍ, 2006, p. 9). Nesse sentido, Brandão afirma que:

Temos uma noção mais ampla de ideologia que é definida como uma visão, uma concepção de mundo de uma determinada comunidade social numa determinada circunstância histórica. [...] Tal modo de recortar o mundo – atravessado pela subjetividade – embora se apresente como legítimo, pode ser, no entanto, incompatível com a realidade [...] na medida em que, intencionalmente, se omitem, atenuam ou falseiam dados [...](BRANDÃO, 1994, p. 27).

Dessa forma, a ideologia assume sua função geral de justificar o poder de um grupo assim como de ditar regras para a sociedade, manifestando-se por meio do discurso. Analisando a relação entre ideologia e discurso, Pedrosa destaca:

⁷ O campo discursivo é definido como o conjunto de discursos no qual as formações discursivas ou os posicionamentos estão em relação de concorrência no sentido amplo, delimitando-se reciprocamente, explicitamente ou não, a fim de deter o máximo de legitimidade enunciativa (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 91).

As ideologias implícitas nas práticas discursivas são por demais eficazes quando se tornam naturalizadas e conseguem atingir o ‘status’ de senso comum [...], contudo essa propriedade aparentemente estável e estabelecida das ideologias pode ser subjugada pela transformação, ou seja, pela luta ideológica como dimensão da prática discursiva, conseguindo-se, assim, remodelar as práticas discursivas e as ideologias que nelas foram construídas, no contexto das redefinições das relações de dominação (PEDROSA, 2008, p. 150).

Na organização dos enunciados, envolvendo a relação sociedade-natureza, alguns conceitos são recorrentes e outros reformulados. Do mesmo modo, alguns enunciados já formulados são retomados no discurso a fim de garantir sua validade ao passo que outros são rejeitados.

O discurso é definido por Foucault como um “conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação; é assim se pode falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico” (FOUCAULT, 2004, p. 122).

A análise dos enunciados que compõem o discurso, segundo Foucault (2004, p. 66), implica em tentar estabelecer “como os elementos recorrentes dos enunciados podem reaparecer, se dissociar, se recompor, ser retomados no interior de novas estruturas lógicas [...]”. No campo discursivo ambiental, os temas ou teorias que se manifestam como discursividades em disputa; enunciados que expressam maior valorização da natureza ou da manutenção da forma de desenvolvimento tradicional da sociedade são retomados e reformulados buscando justificar o discurso defendido.

Os critérios de competência que permitem ao indivíduo proferir determinado discurso envolvem o que Foucault (2004) denomina o “lugar” de onde vêm as enunciações: quem fala, quem tem o direito regulamentar ou tradicional, juridicamente definido ou espontaneamente aceito para falar algo; onde obtém seu discurso, e onde se

encontra sua origem legítima (lugar institucional); e qual é a posição assumida pelo sujeito em relação aos diversos domínios ou grupos de objetos, quando exerce um discurso. Nesse sentido Foucault (2004, p. 61) destaca que “devemos buscar no discurso um campo de regularidade para as diversas posições de subjetividade”.

Foucault (2004) explicita sobre os lugares institucionais na formação das modalidades enunciativas:

[...] são para nossa sociedade [...] o local de uma observação constante, codificada, sistematizada [...]; o local que permite experimentações; [...] ou chamado campo documentário que compreende não somente os livros ou tratados, tradicionalmente reconhecidos como válidos, mas também o conjunto de relatórios e observações publicadas e transmitidas (FOUCAULT, 2004, p. 57-58).

Na análise das práticas discursivas apresentada por Spink e Medrado (2004), o lugar de onde vêm as enunciações corresponde ao “tempo vivido” - nível do contexto discursivo no qual ocorre a aprendizagem das linguagens sociais próprias a grupos profissionais, faixas etárias e segmentos de classe. Nesse sentido, Frey (2000) destaca que no processo político, os atores sociais agem de acordo com suas “identidades” ora como cidadão, político, servidor público, ora como engenheiro, médico, sindicalista ou chefe de família.

Spink e Medrado (2004) apresentam - o que pode ser considerado equivalente ao lugar institucional no nível do contexto discursivo - o chamado “tempo longo” correspondente ao nível em que os conhecimentos produzidos e reinterpretados por diferentes domínios do saber como religião, ciência, tradições e senso comum, se fazem presentes na vivência por meio de instituições, modelos, normas e convenções da reprodução social.

As diversas posições de subjetividade apresentadas por Foucault (2004) estão

representadas no chamado “tempo curto” (SPINK; MEDRADO, 2004) no qual são utilizados os múltiplos repertórios da vida social para dar sentido às experiências gerando a polissemia na construção discursiva.

A multiplicidade de sentidos e de sujeitos caracteriza a polissemia e encontra-se em permanente tensão com a memória – a repetição de sentidos de discursos já realizados, o dizer sedimentado ou o dizível (ORLANDI, 2003).

No campo discursivo ambiental as posições assumidas acerca da relação sociedade-natureza, pelos diversos atores sociais, decorrem do lugar institucional do qual fazem parte, bem como dos diferentes interesses que definem seus posicionamentos sobre temas que tratam da questão ambiental. Nesse sentido, Maingueneau (1993, p. 55) ressalta que “as formações discursivas concorrentes em uma determinada área também se opõem pelo modo de funcionamento dos grupos que lhes estão associados”.

O papel desempenhado pelo discurso em nossa sociedade é discutido por Foucault (1999, p. 75) destacando que:

[...] em nossas sociedades, a propriedade do discurso – entendida ao mesmo tempo como direito de falar, competência para compreender, acesso lícito e imediato ao ‘corpus’ dos enunciados já formulados, capacidade, enfim, de investir esse discurso em decisões, instituições ou práticas – está reservada de fato [...] a um grupo determinado de indivíduos [...].

Na perspectiva de Foucault (1999), o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo pelo que se luta, o poder do qual queremos nos apoderar. Ressalta que o discurso é aquilo que é o objeto do desejo. Nesse sentido, Foucault destaca que depois de sua manifestação, os discursos são submetidos à seleção e ao controle.

Acerca da análise do discurso, Foucault destaca que:

A análise do campo discursivo é orientada no sentido de compreender o enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação; de determinar as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações com outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui (FOUCAULT, 2004, p. 31).

Foucault coloca as diretrizes para a análise do discurso concebendo-o como um jogo estratégico, ação e reação, de dominação e de esquiva e também como luta, na medida em que o discurso é atravessado por várias posições possíveis de serem assumidas pelo sujeito no discurso (BRANDÃO, 1994).

Analisando o conceito foucaultiano de discurso, Nalli (2005) ressalta que tomando-se por base a relação do discurso com outros discursos e de outros elementos histórico-culturais (não-discursivos) que formam os “sistemas de dispersão” que se busca alguma regularidade. Essa regularidade encontrada num sistema de dispersão constituirá uma formação discursiva.

Moraes (2005) ressalta que na análise de uma ciência ou campo do conhecimento científico três propostas têm se manifestado: assumir uma concepção internalista, na qual o discurso é tratado circunscrito à lógica interna do texto (ou do enunciado); a concepção contextualista, na qual o texto é visto como um resultado explicável pela realidade interna que o gerou; e a articulação entre a concepção internalista e a contextualista que parte da avaliação da coerência do discurso chegando à sua correspondência empírica. A articulação entre a concepção internalista e contextualista na análise do campo discursivo ambiental, permite compreender a relação entre os enunciados que tratam da relação sociedade-natureza e sua correspondência com as decisões políticas dos governos e práticas cotidianas.

Analisando as práticas discursivas no campo ambiental é possível identificar

uma abordagem conservadora e outra emancipatória, que representam a existência de combates, pontos de confronto e tensões quando tratamos da temática ambiental. A primeira se manifesta com base em decisões sobre a utilização de recursos ambientais de forma centralizada, fundamenta-se numa racionalidade econômica e busca capitalizar a natureza através do mercado (LEFF, 2005). A abordagem emancipatória defende a redefinição do processo produtivo e aponta para a reapropriação social da natureza.

2.2 - OS ELEMENTOS DO DISCURSO E AS DISCURSIVIDADES EM DISPUTA NO CAMPO AMBIENTAL

A regularidade (uma ordem, correlações, posições, funcionamentos, transformações) entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos e as escolhas temáticas, permite identificar uma formação discursiva, conforme explicita Foucault (2004).

Os elementos que se revelam no campo discursivo são os objetos, tipos de enunciação, conceitos e escolhas temáticas. Os objetos presentes no campo discursivo são aqueles que aparecem, coexistem e se transformam; os tipos de enunciação que podem se manifestar no discurso e a utilização dos conceitos revelam as escolhas temáticas (BRANDÃO, 1994).

No campo discursivo ambiental, natureza e sociedade se apresentam como **objetos** que aparecem, coexistem e se transformam no discurso ambiental e estão sempre se manifestando na discussão acerca da crise ambiental atual.

Os diferentes **tipos de enunciação** que podem permear o discurso ambiental se manifestam tomando-se por base a forma como é discutida a relação sociedade-natureza que fundamenta as idéias e práticas sociais e as propostas para a crise ambiental pelos diferentes segmentos sociais. Nesse sentido, Foucault (2004, p. 125) afirma que “um

único e mesmo conjunto de palavras pode dar lugar a vários sentidos e a várias construções possíveis; ele pode ter, entrelaçadas ou alternadas significações diversas, mas sobre uma base enunciativa que permanece idêntica”.

Os **conceitos** de desenvolvimento, ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável aparecem e se transformam no campo discursivo ambiental valendo-se dos **temas e teorias** que fundamentam a utilização dos **objetos, tipos de enunciação e conceitos** no discurso ambiental: o Biocentrismo, Tecnocentrismo/Antropocentrismo e vertente emancipatória.

O Biocentrismo se manifesta no campo discursivo ambiental como uma concepção que se aproxima da vertente preservacionista, que surgiu nos EUA, se difundindo a partir do século XIX e tem influenciado a criação de áreas naturais protegidas como o Parque de *Yellowstone*⁸. Nessa concepção, a única forma de proteger a natureza seria afastá-la do homem por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la, conforme salienta Diegues (1996).

A Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano em 1972 representou um marco na história do debate internacional acerca das questões ambientais, destacou o problema da pobreza e elaborou metas ambientais e sociais para os chamados países em desenvolvimento (CAMARGO, 2005). Nessa Conferência, os malthusianos - partidários do “crescimento zero” - apontavam para o esgotamento dos elementos naturais utilizados como recursos e para a incapacidade de sua superação pelo progresso técnico-científico, defendendo manter a natureza intocada.

O preservacionismo radical se constitui, conforme aponta Moraes (2005b, p. 55), na manifestação de uma postura romântica quanto à questão ambiental e afirma que “no limite, pode veicular perspectivas anti-humanistas ao colocar a natureza como um valor maior que o homem”. Moraes alerta que:

⁸ Primeiro parque nacional do mundo criado no século XIX nos Estados Unidos (DIEGUES, 1998).

Não se tratam apenas de idéias e concepções, mas de idéias que se materializam em projetos, em estruturas burocráticas, em encaminhamentos de investigações, em programas de pesquisas, em financiamentos e mesmo, em políticas públicas para o setor. Discutir, então, esses modelos institucionais passa necessariamente por discutir as idéias e concepções que presidem suas origens e funcionamentos (MORAES, 2005b, p. 55).

Desse modo, as vertentes ideológicas do ambientalismo buscam operacionalizar os conceitos que fundamentam seu discurso por meio de políticas ambientais, com repercussões no território-alvo dessas políticas.

A concepção de natureza regida por um sistema de leis, das quais caberia ao homem conhecer a fim de dominar, conforme a doutrina cartesiana, alicerça os argumentos dos ambientalistas que se fundamentam na ideologia tecnocêntrica/antropocêntrica, na qual a engenhosidade humana, possibilitada pela tecnologia, é considerada capaz de contornar os problemas ambientais provenientes da produção capitalista. Essa vertente foi amplamente debatida na Conferência de Estocolmo, e teve como defensores os chamados cornucopianos, partidários do “crescimento selvagem” (CAMARGO, 2005; MELO e SOUZA, 2004; SACHS, 2002).

Ao apresentar os discursos referentes à temática ambiental, Moraes (2005b, p. 54), destaca o tecnicismo que coloca “a técnica acima dos conflitos e disputas [...] com uma aura de verdade só acessível a seus próprios formuladores”. Melo e Souza destaca ao abordar sobre as vertentes ideológicas do ambientalismo que:

É exatamente a possibilidade do homem atuar sobre a natureza, enquanto operador independente de qualquer sensibilidade e envolvimento, que alicerça os argumentos daqueles mais identificados com a postura ideológica antropocêntrica do ambientalismo (MELO E SOUZA, 2007, p. 76).

Na tentativa de superação da doutrina cartesiana, surge no campo das ideologias ambientalistas a apreensão dos fenômenos da natureza, entendidos como imersos na totalidade complexa e originária. A tendência de ver a natureza ligada à idéia de todo, multifacetada, tem contribuído para a adoção da sustentabilidade (MELO E SOUZA, 2004). Essa vertente considerada emancipatória defende a busca por formas compatíveis com o equilíbrio sociedade-natureza e considera não apenas o nível biológico ou o nível econômico, mas valoriza a dimensão cultural ao buscar atender às aspirações sociais e garantir a manutenção da diversidade de culturas, dos valores e práticas que conferem identidade aos grupos sociais, conforme aponta Melo e Souza (2007).

Na análise das escolhas teóricas e do aparecimento da utilização dos conceitos de desenvolvimento, ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável no campo discursivo ambiental, se manifestam os “pontos de equivalência” (FOUCAULT, 2004) possíveis do discurso nos quais esses conceitos, incompatíveis em alguns aspectos, têm aparecimento idêntico, situam-se no mesmo nível e formam uma alternativa, mesmo que não tenham a mesma origem cronológica.

Os discursos científicos de um dado período, chamados por Foucault (2004) de constelação discursiva, podem ainda influenciar o papel desempenhado por um determinado discurso em relação aos discursos contemporâneos. A influência do paradigma cartesiano na elaboração e defesa da ideologia tecnocêntrica/antropocêntrica, retrata essa influência do discurso científico no discurso ambiental.

As escolhas teóricas influenciam na função que o discurso ambiental exerce no campo das “práticas não-discursivas” (FOUCAULT, 2004) que representam as decisões políticas e econômicas dos governos, práticas cotidianas, lutas sociais e políticas. Desse modo, o discurso ambiental defendido por diferentes grupos sociais assume o papel de justificar decisões referentes à apropriação da natureza.

A regularidade que permite analisar o discurso ambiental se manifesta no jogo de aparecimentos e dispersão dos enunciados os quais tratam da relação sociedade-

natureza, na utilização dos conceitos de desenvolvimento, ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável e nos temas e teorias escolhidos no debate acerca da questão ambiental. Nesse sentido, Orlandi destaca:

[...] um discurso se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura (ORLANDI, 2003, p. 63).

Analisando a relação entre o discurso e a prática social espacializada, Castro (1997) explicita:

Existe [...] uma relação, que não pode ser ignorada, entre a geograficidade da experiência humana e a elaboração de um discurso que não é neutro, mas ao contrário, qualifica o espaço e seus objetos, tornando-os significantes, portadores de significados nas representações sociais. Conseqüentemente, este discurso expressa valores simbólicos que presidem a estruturação funcional do espaço, com conseqüências importantes sobre a sua organização pela sociedade em função dos significados que lhe são atribuídos (CASTRO, 1997, p. 178-179).

Em análise de discurso, a noção de representação social se aproxima do interdiscurso que implica a relação do discurso com outros discursos que sustentam a possibilidade do dizer, sua memória (ORLANDI, 2003). A representação social, conforme explicitam Charaudeau e Maingueneau (2006), se configura em discursos sociais que ora se fundamentam no saber de conhecimento sobre o mundo, ora sobre um saber de crenças que encerram valores que influenciam o julgamento da realidade e, do mesmo modo, permitem a um grupo construir a consciência de si e que parte de uma identidade coletiva.

Charaudeau e Maingueneau (2006) ressaltam que o modo como um sujeito individual ou coletivo é conduzido a entrar no quadro de pensamento do sujeito do discurso está relacionado às estratégias do discurso que se desenvolvem com base nas seguintes etapas:

- Legitimação - visa determinar a posição de autoridade institucional ou pessoal do sujeito do discurso. A legitimidade representa o reconhecimento que o sujeito do discurso tem em virtude de um cargo institucional, em nome do reconhecimento de possuir um saber ou ainda de ser reconhecido como um especialista no assunto;
- Credibilidade - visa determinar a posição de verdade do sujeito do discurso, fundada na capacidade do sujeito de dizer ou de fazer, pela via da neutralidade em relação à opinião que exprime, retirando qualquer traço de julgamento e de avaliação pessoal, pela via do engajamento no qual o sujeito toma posição na escolha dos argumentos, produzindo um discurso de convicção, ou pela via do distanciamento ao tomar uma atitude fria, sem paixão em relação ao discurso a ser partilhado pelo interlocutor;
- Captação - visa fazer o parceiro da troca comunicativa entrar no quadro de pensamento do sujeito falante por meio da polêmica que o leva a questionar alguns valores defendidos pelo interlocutor ou por um terceiro a que faz referência, ou a questionar a legitimidade do interlocutor; pela dramatização na qual o sujeito realiza uma atividade discursiva apoiada mais em crenças do que em conhecimentos a fim de produzir um efeito emocional no interlocutor.

As estratégias do discurso envolvem *logos*, *ethos* e *pathos* na medida em que além da razão (*logos*), envolve a construção da imagem do sujeito do discurso (*ethos*) buscando credibilidade e a dramatização a fim de seduzir o interlocutor pela emoção

(*pathos*), conforme destaca Charaudeau (2006). No discurso ambiental, essas diferentes estratégias podem ser utilizadas de acordo com ‘lugar’ de onde vêm as enunciações (diferentes atores sociais) e também do ‘lugar’ institucional - onde o discurso ambiental encontra sua origem e seu ponto de aplicação (instituições de ensino, organizações governamentais no âmbito municipal, estadual e federal e organizações não-governamentais) ou de acordo com a posição assumida pelo sujeito do discurso.

2.3 - ECODESENVOLVIMENTO E DIFERENTES PERSPECTIVAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Com base nas discursividades biocêntrica, tecnocêntrica/antropocêntrica e emancipatória, são utilizados os conceitos de *desenvolvimento*, numa abordagem tradicional, *ecodesenvolvimento* e *desenvolvimento sustentável*. Explicitando as idéias de Foucault acerca das relações de poder implícitas nas discursividades, Leff (2006b) afirma que o saber ambiental deve ser entendido como um campo de formações ideológicas e teóricas heterogêneas, abertas e dispersas inscritas no discurso do ecodesenvolvimento e do desenvolvimento sustentável, pelo discurso da globalização econômica, pelo discurso oficial do Estado, pelo discurso dos ambientalistas e pela ordenação jurídica da legislação ambiental.

O debate acerca da crise ambiental é atravessado por interesses em conflito: conflitos de diferentes grupos sociais, de competência entre esferas de governo e entre leis ambientais que repercutem na prática social na medida em que o discurso defendido fundamenta as ações desenvolvidas pelos diferentes segmentos da sociedade.

O desenvolvimento numa perspectiva tradicional se caracteriza pela defesa da expansão econômica persistente, dominação da natureza e crescimento da produção como o caminho para o bem-estar coletivo (CAMARGO, 2005). Os partidários do “crescimento selvagem” – cornucopianos - que defendem o desenvolvimento tradicional afirmam que os problemas relacionados à escassez dos recursos e/ou problemas

ambientais decorrentes do crescimento econômico poderiam ser minimizados pelo avanço tecnológico. Essa forma de desenvolvimento tem sido combatida pelos partidários do “crescimento zero” – catastrofistas e malthusianos - que desconsideram outras formas possíveis de desenvolvimento.

Na busca por uma nova visão de desenvolvimento, fundado no equilíbrio nas relações entre sociedade e natureza, Ignacy Sachs formula na década de 1970 os princípios do ecodesenvolvimento definido como o “desenvolvimento socialmente desejável, economicamente viável e ecologicamente prudente” (SACHS, 2002). Esse termo foi utilizado pela primeira vez pelo canadense Maurice Strong em 1973.

O ecodesenvolvimento surgiu como contraposição à polêmica gerada pelos partidários do “crescimento selvagem” e, de outro, pelos que defendiam o “crescimento zero” (CAMARGO, 2003). Nessa visão, o desenvolvimento deve ser fundado nas condições e potencialidades dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos (LEFF, 2005). Considerado paradigma do “*caminho do meio*”, a proposta denominada posteriormente de ecodesenvolvimento foi amplamente discutida na Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano, em 1972

A defesa do ecodesenvolvimento representa a busca por um novo estilo de desenvolvimento voltado para o atendimento das necessidades de cada região, que considera os dados ecológicos e culturais. Analisando a relação entre o ecodesenvolvimento e as políticas ambientais, Frey afirma que:

[...] a proposta do ecodesenvolvimento se aproxima da abordagem política de participação democrática [...] é uma nova concepção de desenvolvimento compatível com as exigências da capacidade de carga do meio natural que entende a participação popular como instrumento de planejamento para alcançar o proposto modo de desenvolvimento (FREY, 2001, p. 8).

Sachs (2007) considera que no esforço de planejamento do desenvolvimento de uma sociedade é necessário valorizar simultaneamente as cinco dimensões de sustentabilidade:

- **A sustentabilidade social** – entendida como a criação de um processo de desenvolvimento subsidiado por uma outra visão do que seja uma boa sociedade. Tem como meta uma maior equidade na distribuição de renda e de bens;
- **A sustentabilidade econômica** – deve ser viabilizada mediante a alocação e o gerenciamento mais eficiente dos recursos e de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Torna-se necessário superar os termos de trocas desfavoráveis, das barreiras protecionistas e do acesso limitado à ciência e tecnologia. A avaliação da eficiência econômica deve considerar avanços macrossociais e não somente a rentabilidade empresarial;
- **A sustentabilidade ecológica** – limitar o consumo de recursos e produtos que são facilmente esgotáveis ou danosos ao meio ambiente, substituindo-os por produtos renováveis e/ou abundantes; reduzir o volume de resíduos e de poluição; promover a autolimitação no consumo material; intensificar a pesquisa para obtenção de tecnologias de baixo teor de resíduos e eficientes no uso de recursos para o desenvolvimento urbano, rural e industrial e definir normas para uma adequada proteção ambiental;
- **A sustentabilidade espacial** – busca-se uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas;
- **A sustentabilidade cultural** - busca respeitar as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura e de cada local.

Os processos tecnológicos que tradicionalmente minimizam o papel do homem e da natureza no processo produtivo devem viabilizar a produção voltada para as necessidades das comunidades locais, valorizando sua cultura e seu potencial ecológico. Nesse sentido, Leff (2006a, p. 87) ressalta que existe a possibilidade de se “construir um paradigma produtivo alternativo, fundado na **produtividade ecotecnológica** que emerge da articulação dos níveis de produtividade ecológica, tecnológica e cultural na manipulação integrada dos recursos produtivos”. A discussão acerca do uso da tecnologia na busca por uma sociedade sustentável permeia as dimensões da sustentabilidade apresentadas por Sachs (2007) e, do mesmo modo, se insere na proposta de paradigma produtivo alternativo apresentado por Leff (2006a).

Sachs (2007) destaca ainda a importância da **sustentabilidade política** como corolário da sustentabilidade social. Deve-se estabelecer uma nova distribuição de poder entre Estado, empresas, movimentos e associações de cidadãos - atores envolvidos no planejamento de Estados, regiões e municípios - a fim de garantir a sustentabilidade política.

O envolvimento dos movimentos e associações com as demandas sociais com base no conhecimento da realidade socioambiental, requer uma participação efetiva no planejamento regional. Nesse sentido, Sachs (2007) explicita o significado do termo participação devido à predominante ligação passiva das entidades comunitárias com as políticas governamentais:

A participação legítima deve ser medida pelo poder de iniciativa adquirido pela comunidade, pelo espaço disponível para a realização de experiências, pelo grau de simetria existente nas relações entre os cidadãos e os diversos órgãos governamentais, pela natureza dos processos de planejamento, pelo grau de acesso aos meios de comunicação e também pela capacidade de as entidades comunitárias encontrarem um equilíbrio entre suas funções de críticos do regime e de proponentes de soluções construtivas (SACHS, 2007, p. 169).

A comunidade local, na perspectiva defendida, corresponde à vida social local inserindo na temática ambiental questões associadas à vida das pessoas e à qualidade de sua vida, em termos de saúde, nutrição, espaços sociocomunitários, relações de trabalho e produção (BRANDÃO, 2005).

Leff (2006a) analisa a participação dos atores sociais nas políticas voltadas para a sustentabilidade discutindo a relação entre democracia representativa e democracia participativa. A democracia representativa tem se efetivado predominantemente com a finalidade de mascarar as diferentes visões e unificar os interesses diversos sem responder aos anseios das comunidades locais na elaboração e implementação das políticas ambientais conforme destaca o autor:

Com base nos objetivos comuns do desenvolvimento sustentado, convocam-se todos os atores sociais (governo, empresários, acadêmicos, cidadãos, camponeses, indígenas) para uma operação de concertamento e participação na qual se integram diferentes visões e mascaram-se os interesses contrapostos em um olhar convergente na representatividade universal de todo entre no reflexo do capital argentário (LEFF, 2006a, p. 144).

Assim, surge a defesa por uma democracia participativa que segundo Leff (2006a, p. 495), implica o “direito a formular e realizar outros futuros possíveis, a inovar técnicas e a apropriar-se delas como forças produtivas, a democratizar os processos de produção de seus meios de vida”.

Leff (2005) alerta que o princípio da sustentabilidade surge no contexto da globalização como o sinal que reorienta o processo civilizatório da humanidade e que as estratégias de poder da ordem econômica dominante têm transformado o discurso defendido pelos representantes do ecodesenvolvimento, utilizando o discurso do desenvolvimento sustentável fundamentado numa racionalidade econômica. Desse modo, cabe na análise do discurso ambiental a interpretação dos sentidos da sustentabilidade, conforme aponta Abreu (2006, p. 27) ao afirmar que “a discussão da

problemática ambiental valendo-se do conceito de desenvolvimento sustentável inevitavelmente se depara com o desafio de interpretar seus sentidos”.

O termo desenvolvimento sustentável foi utilizado pela primeira vez por Robert Allen no artigo “*How to save the world*” (“Como salvar o mundo”), de 1980, mas foi amplamente divulgado pelo documento *Nosso Futuro Comum*, divulgado em 1987, que apresenta uma das definições mais conhecidas: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CAMARGO, 2005).

A partir da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, em 1992, no Rio de Janeiro, o discurso do desenvolvimento sustentável foi difundido amplamente e recebeu sua consagração na Agenda 21⁹.

García-Guadilla (2005) destaca que alguns aceitam a Agenda 21 como base para o diálogo com os governos e as instituições multilaterais internacionais e como ponto de partida para solucionar os problemas ambientais ao passo que outros a rejeitam como base da crítica que fazem ao modelo econômico hegemônico e ainda mais ao modelo de civilização e propõem uma agenda alternativa.

Guimarães (2003) alerta que há um esforço do discurso dominante em se apropriar do significado de sustentabilidade para aproximá-lo da lógica da sociedade capitalista, urbana, financeira, industrial e globalizada. Prova disso foi a dificuldade dos líderes dos países que participaram da “Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável” - a Rio + 10 - em 2002, na África do Sul, em assumir compromissos e assinar tratados nos quais a sustentabilidade envolvesse a reestruturação produtiva para atingir além dos objetivos econômicos, os objetivos ecológicos e sociais.

⁹ A Agenda 21 é um documento aprovado na Rio-92, preparado por governos, organizações não-governamentais e especialistas de diferentes países e compreende um plano de ação global, nacional e local voltado para integração entre as preocupações relativas ao meio ambiente e desenvolvimento, buscando a satisfação das necessidades básicas, a elevação do nível de vida e uma melhor gestão dos ecossistemas com vistas a um futuro mais seguro e promissor. Sua implementação depende da vontade política dos governantes e da mobilização da sociedade.

Assim, é possível verificar que o discurso do desenvolvimento sustentável tem sido utilizado para justificar as decisões dos chamados países desenvolvidos, que ditam regras para o funcionamento da economia mundial e primam pelo crescimento econômico em detrimento dos anseios sociais e ecológicos das comunidades locais dos demais países.

Frey (2001) aponta três concepções de desenvolvimento sustentável, com ênfase nas dimensões do modelo político-administrativo, do papel do Estado e do potencial democrático de propostas de gestão sustentável: a abordagem econômico-liberal que aposta no mercado como força reguladora do desenvolvimento; a abordagem ecológica se manifesta com base numa postura tecnocrata e centralizada por meio do planejamento; e a abordagem política de participação democrática na busca de um modo sustentável de desenvolvimento.

Analisando a aproximação entre a abordagem econômico-liberal de mercado e a abordagem tecnocrata de planejamento, Frey ressalta que:

Na prática da política ambiental, a abordagem econômico-liberal de mercado assume, portanto elementos da abordagem tecnocrata de planejamento. Esta é antes de mais nada ecologicamente motivada e parte da idéia da 'planejabilidade' da sustentabilidade de desenvolvimento. A superação dos problemas ambientais é perseguida por meios gerenciais, dentro de uma perspectiva reformista e tecnocentrista (FREY, 2001, p.5).

Nessa abordagem conservadora, o discurso da sustentabilidade trata do crescimento sustentado sem internalizar as condições ecológicas e sociais nesse processo. A crise ambiental não é considerada um efeito da acumulação de capital, mas do fato de não haver outorgado direitos de propriedade (privada) e atribuído valores (de mercado) aos bens comuns (LEFF, 2006a). Há um combate em torno do “estatuto da verdade e do papel econômico-político que ela desempenha” (FOUCAULT, 1979, p.13).

A vontade de verdade - que na perspectiva de Foucault deve ser entendida como “o conjunto de procedimentos regulados para a produção, a lei, a repartição, a circulação e o funcionamento dos enunciados” (FOUCAULT, 1979, p. 13) - na ordem do discurso ambiental pelos partidários da abordagem conservadora do desenvolvimento sustentável, compreende uma espécie de pressão e como um poder de coerção, procurando fundamentar-se e justificar-se se valendo de uma racionalidade econômica de cunho tecnocêntrico/antropocêntrico.

Gerhardt e Almeida (2005) destacam que o campo discursivo ambiental tem funcionado como um amplo, dinâmico, fluido, instável e heterogêneo espaço de debate no qual se concentram disputas sobre que ações deveriam ser instituídas como mais verdadeiras ou mais competentes, buscando naturalizar determinadas idéias, conceitos e práticas para que sejam vistas como ambientalmente corretas. Essa característica, segundo os autores, permite inserir a análise dos papéis diferenciados que cada agente participante dos debates ambientalistas desempenha, valorizando determinadas práticas em detrimento de outras.

A necessidade de libertação da dominação da racionalidade econômica na apropriação da natureza e da busca por outro desenvolvimento fundado na apropriação social da natureza com base na participação popular na tomada de decisões, da autogestão da produção a fim de atender as necessidades sociais têm contribuído para a defesa de uma abordagem emancipatória do desenvolvimento sustentável (SACHS, 2002, 2007; LEFF, 2005, 2006a).

Ao contrário da abordagem conservadora do desenvolvimento sustentável que se preocupa com uma repartição dos custos da degradação e contaminação ambiental, contabilizando os estoques de recursos e seus efeitos nas contas nacionais (LEFF, 2005, 2006a), a abordagem emancipatória do desenvolvimento sustentável envolve compromissos com os objetivos sociais, ecológicos e econômicos. Nesse sentido, Brüseke (1994) destaca que a teoria do desenvolvimento sustentável deve ter como ponto de partida uma perspectiva multidimensional, envolvendo a economia, a ecologia

e a política.

Frey (2001) afirma que a participação popular é indispensável para uma mudança substancial do atual quadro de políticas públicas. Analisando a aproximação entre as instituições estatais e a sociedade civil na elaboração e implementação de políticas ambientais o autor alerta que “[...]. a sociedade civil deve estar em condições de gerar formas associativas autônomas que se desenvolvem em interação com as instituições estatais, mantendo, porém a sua independência” (FREY, 2001, p.14).

Surge assim, a necessidade de repensar as políticas públicas fundadas na sustentabilidade para além dos interesses econômicos hegemônicos, buscando como fundamento a valorização dos interesses legítimos das comunidades locais e da dinâmica da natureza no processo produtivo.

2.4 – AS POLÍTICAS AMBIENTAIS NO BRASIL E O PLANEJAMENTO TERRITORIAL

É possível identificar três períodos na história das políticas ambientais no Brasil, conforme apontam Cunha e Coelho (2003): o primeiro período, de 1930 a 1971, quando foi construída uma base de regulação dos usos dos recursos naturais; o segundo período, de 1972 a 1987, no qual predominou a intensa ação intervencionista do Estado e a intensificação do debate acerca das questões ambientais no âmbito internacional; o terceiro período, de 1988 aos dias atuais, no qual iniciaram os processos de democratização, descentralização e disseminação da noção de desenvolvimento sustentável.

No primeiro período da história das políticas ambientais no Brasil, de 1930 a 1971 tiveram destaque na formulação da base de regulação do uso dos recursos naturais: a criação de Decreto em 1934 que previa a criação de parques nacionais e de áreas

florestais protegidas nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste; a promulgação, em 1934, do código florestal, das águas e das minas e a criação da Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), filiada à União Internacional para a Conservação da Natureza; foi promulgado o primeiro Código de pesca em 1965.

No período do intervencionismo do Estado e crise ecológica global (1972 a 1987) foram implementadas políticas modernizantes e de integração nacional pelo regime militar com forte impacto ambiental; foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA) em 1973; a Política Nacional do Meio ambiente (1981) deu origem ao Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras no âmbito dos estados e aos estudos prévios de impacto ambiental e a exigência de realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) começou em 1986.

No período de democratização e descentralização decisória (1988 aos dias atuais), foi promulgada a Constituição de 1988, com forte tendência descentralizadora; iniciaram as discussões sobre o papel dos diversos atores sociais na reformulação das políticas públicas e no reordenamento das demandas setoriais e regionais; foram criadas reservas extrativistas e a adequação de unidades de conservação buscando conciliar proteção da natureza com os modos de vida tradicionais.

Teve destaque em 1989 a criação do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), responsável pela administração das unidades federais de conservação. Surgiram nesse período, várias iniciativas governamentais nos campos da gestão dos recursos hídricos, do manejo florestal, controle de poluição, prevenção e combate a incêndios florestais, capacitação para o planejamento e uso da terra e promoção de ações de educação ambiental. No campo não estatal, tem sido implementada a certificação ambiental (selo verde) e aquisição da ISO 9001 e 14000.

A criação do Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal (MMA) em 1993, fez parte da criação de aparatos institucionais no terceiro período das políticas ambientais no Brasil e assumiu compromissos com as

recomendações da Rio-92.

Nas décadas de 1980 e 1990 o Estado passa a promover práticas ecológicas e a inviabilizar comportamentos predatórios, incluindo o estímulo a novas formas de manejo dos recursos naturais e a promoção de parceria entre o poder público e a sociedade civil (CUNHA; COELHO, 2003).

As relações desiguais de poder que influenciam no uso e acesso aos recursos naturais remetem à análise das políticas ambientais como modalidades de política territorial. Moraes (2005b) destaca que a base físico-natural atua como suporte dos processos sociais de formação territorial. O território, nessa perspectiva, se apresenta como a materialidade terrestre que abriga o patrimônio natural de um país, suas estruturas de produção e influencia ou controla as práticas sociais por meio de sua delimitação e controle por um grupo social quanto ao acesso a esse patrimônio e estruturas de produção.

Haesbaert (2006) explicita que a territorialização reúne uma dimensão concreta, de caráter predominantemente funcional (dominação ou controle político-econômico do espaço), que tem sido voltada para a eficácia do sistema econômico hegemônico, e uma dimensão simbólica e afetiva, na qual existe uma relação de identidade social e com a natureza (apropriação).

As políticas territoriais são aquelas que modulam o espaço qualificando-o para outras espacializações por meio da intervenção sobre o espaço já construído ou referente ao manejo dos fundos territoriais (Áreas de soberania nacional ainda não incorporadas no tecido do espaço produtivo) e de seus patrimônios naturais, conforme destaca Moraes (2005a).

O Estado tem sido o dotador de grandes equipamentos e infra-estruturas, o construtor de grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e gestor dos fundos territoriais (MORAES, 2005a).

Moraes (2005b) enfatiza que o planejamento integrado e espacializado da ação do poder público pode ser viabilizado pelo ordenamento territorial o qual busca captar os grandes padrões de ocupação, as formas de valorização do espaço, os eixos de penetração do povoamento e das inovações técnicas e econômicas, a fim de implementar políticas públicas articuladas. O ordenamento territorial é um instrumento de articulação trans-setorial e interinstitucional.

Nessa perspectiva, a ação do poder público, no ordenamento territorial, é direcionada aos grandes conjuntos espaciais como as regiões, atentando para a densidade de ocupação, das redes instaladas e os sistemas de transporte, comunicações e energia existentes e para as potencialidades e vulnerabilidades das áreas não integradas ao sistema produtivo.

Analisando a realidade brasileira e mais especificamente a realidade nordestina, historicamente a ação governamental tem se efetivado de cima para baixo, fundada numa visão *Top Down*¹⁰ de formulação e implementação dos programas (SILVA; MELO, 2000).

As decisões e ações governamentais se efetivaram predominantemente para viabilizar as atividades econômicas de atores tradicionais cuja posse da grande propriedade está associada a baixos níveis de produção, fácil acesso a financiamentos e mão-de-obra barata (CASTRO, 2002).

Castro (2002) destaca ainda que as relações políticas e econômicas realizadas no território na escala local e regional por esses atores tradicionais têm sido voltadas para a obtenção de recursos nas agências financiadoras regionais, para obter decisões favoráveis aos seus interesses, utilizando preferencialmente a burocracia do Estado.

Na história do Nordeste, o planejamento territorial tem se efetivado

¹⁰ Abordagem fundada em mecanismos de controle sobre os agentes implementadores e linhas únicas de comando e autoridade para que os objetivos da política sejam atingidos (SILVA; MELO, 2000).

predominantemente para atender aos interesses de atores tradicionais detentores do poder local em virtude da grande propriedade de terras se utilizando da fragilidade social característica do sistema produtivo do minifúndio para obtenção de mão-de-obra barata, de eleitores para seus representantes e utilizando a estrutura burocrática do Estado a seu favor.

Buscando superar o planejamento territorial predominante historicamente no âmbito regional, a discussão atual coloca como premissa a identificação das potencialidades e vulnerabilidades da realidade socioambiental, as necessidades e possibilidades das comunidades, o potencial ecológico e produtivo. A operacionalização das diretrizes referentes ao planejamento territorial deve ocorrer mediante a implementação de políticas governamentais legitimadas pela sociedade por meio de incentivos que induzam a participação social como parte dos agentes implementadores e a adesão normativa e operacional aos objetivos da política, conforme a abordagem *Bottom up* (SILVA; MELO, 2000) de elaboração e implementação de políticas públicas.

Tricart e Kilian (1982) ressaltam que o ordenamento deve assegurar uma produção compatível com a melhoria das condições de vida e deve estar menos submetido ao desenvolvimento tecnológico especulativo. Os autores apresentam as etapas para chegar ao ordenamento: o conhecimento inicial, o diagnóstico, a busca de soluções e a aplicação de soluções.

A etapa de conhecimento inicial tem por objetivo evidenciar a dinâmica da natureza, a dinâmica social e as fragilidades do meio ecológico decorrentes da relação entre essas dinâmicas. A etapa de diagnóstico trata da definição das limitações socioambientais numa perspectiva temporal na qual são identificadas as transformações nas formas de valorização dos recursos e impactos sobre o meio ecológico e na perspectiva espacial que compreende a diversificação espacial proveniente das diferentes formas de utilização dos recursos e formas de intervenção humana (TRICART; KILIAN, 1982). Nessa perspectiva, o ordenamento como busca de soluções para os problemas ambientais deve delimitar as áreas que apresentam

problemas similares e buscar soluções que contemplem as características do meio ecológico e necessidades dos grupos sociais com base em pesquisas que possibilitem propor alternativas para os problemas identificados.

O caráter político do ordenamento se manifesta na aplicação das soluções por envolver decisões governamentais quanto à aplicação de recursos e definição por parte de órgãos executivos de ações voltadas para a conservação e recuperação ambiental, viabilizando novas formas de produção menos predatórias ao ambiente e que valorizem a cultura local.

Haesbaert (2004) destaca que questões ligadas ao controle, “ordenamento” e gestão do espaço, nas quais se inserem também as questões ambientais, têm sido cada vez mais centrais para alimentar o debate acerca de uma nova forma de pensar o conceito de território, de forma integradora (entre as dimensões sociais e da sociedade com a natureza).

Analisando o desenvolvimento sustentável como novo modelo de desenvolvimento regional Becker (1995) destaca:

A tendência a um novo estilo de desenvolvimento é bem reconhecida, implicando a necessidade de uma nova racionalidade no uso dos recursos por meio da informação e da tecnologia, implicando atividades com menor desperdício de matérias-primas e combustíveis, uso de insumos de baixo custo ambiental capazes de gerar poucos rejeitos. [...] O desenvolvimento sustentável constitui a face territorial da nova forma de produzir, a versão contemporânea da teoria e dos modelos de desenvolvimento regional. [...] A difusão do modelo tende a ser inevitável por razões éticas e por imperativos econômicos e geopolíticos [...] (BECKER, 1995, p 55-56).

A partir da implementação das políticas territoriais surge a necessidade de considerar o caráter político do território, que envolve o jogo entre os “macropoderes”

políticos institucionalizados e os “micropoderes” produzidos e vividos no cotidiano das populações; e o caráter integrador do território - o Estado em seu papel gestor e os indivíduos e grupos sociais em sua vivência concreta com os ambientes capazes de reconhecer e tratar o espaço social em todas as suas dimensões (HAESBAERT, 2004).

A dominação dos territórios não impede que sejam construídas territorialidades alternativas ao modelo econômico dominante por meio do fortalecimento de movimentos sociais garantindo que suas especificidades em diferentes escalas territoriais sejam valorizadas, conforme destaca Haesbaert:

[...] ao lado de uma geopolítica global das grandes corporações brotam “micropolíticas” capazes de forjar resistências menores – mas não menos relevantes – em que territórios alternativos tentam impor sua própria ordem [...] embrião de uma nova forma de ordenação territorial que começa a ser gestada (HAESBAERT, 2006).

Assim, com base no fortalecimento dos grupos sociais é possível iniciar um processo de reterritorialização ou de reapropriação dos territórios no qual a relação com a natureza tem por finalidade primeira atender às necessidades legítimas da sociedade. Nesse sentido, algumas indicações acerca da transição contemporânea para o desenvolvimento sustentável são apresentadas por Becker (2002):

A reestruturação contemporânea não decorre apenas das estratégias globais do capitalismo, mas da ação de múltiplos atores, inclusive das sociedades territorialmente localizadas [...] influenciando na mudança de rumo da política governamental para as regiões. [...] Diversidade de caminhos caracterizam o desenvolvimento sustentável [...] caminhos cuja diversidade decorre da remodelagem dos territórios por redes materiais e virtuais que asseguram a relação global-local, bem como da experiência histórica dos grupos locais, em termos de sua cultura, sua organização social e política e de sua capacidade técnica para a produção e gestão (BECKER, 2002, p. 241-242).

A aproximação entre diferentes interlocutores na elaboração e implementação dos programas de desenvolvimento sustentável, torna-se um desafio diante do avanço nos debates ambientalistas nos quais se afirma a necessidade de envolvimento das comunidades nos planos e programas ambientais.

As maiores dificuldades na implementação de programas voltados para a sustentabilidade têm sido a falta de consenso entre os diferentes atores na busca de alternativas, a troca de benefícios ou ainda a imposição de danos ou prejuízos, utilizando recursos de poder no processo decisório e a verticalização nas decisões.

O fortalecimento da participação dos diversos atores sociais envolvidos na gestão do desenvolvimento sustentável por meio de conselhos e colegiados deve ser uma das exigências para a elaboração e implementação dessas políticas. A constituição de conselhos consultivos e deliberativos com a participação de representantes da sociedade civil, de empresas e do governo impede a tomada de decisões arbitrárias e o atendimento de interesses de grupos com maior poder de decisão, conforme aponta Ribeiro (2003).

Analisando a ascensão de representações da sociedade civil aos mecanismos decisórios públicos, Bursztyn (2001) destaca que:

[...] em matéria de proteção ao meio ambiente, o mercado não conduz a um ótimo coletivo. [...] Por outro lado, fica também evidente que o modo de intervenção pública típico da lógica Keynesiana (Estado interventor) e condicionado à cultura burocrática weberiana (crescimento do estamento burocrático) já não corresponde às condições atuais. Novas fórmulas, mais criativas e descentralizadas, devem ganhar espaço (BURSZTYN, 2001, p. 74).

Desse modo, o Estado deverá proporcionar as condições necessárias para garantir que o processo produtivo seja coerente com a dinâmica da natureza e da sociedade. Isto implica, conforme aponta Leff (2000), pôr em consonância as políticas

econômicas com as políticas ambientais e de desenvolvimento social do Estado, baseadas nos princípios de gestão ambiental participativa. Nesse sentido, Frey alerta que:

[...] o Estado continua desempenhando um papel fundamental em quaisquer estratégias de desenvolvimento sustentável. Este papel, porém, tem que ser revisto e redefinido. [...] Por um lado, é preciso - sob as condições de alta complexidade e incerteza - grande capacidade de adaptação, flexibilidade e agilidade; por outro lado, são indispensáveis estruturas e instituições estáveis como também uma certa constância no que diz respeito às convicções e aos valores políticos, assim como ao comportamento dos atores politicamente responsáveis (FREY, 2001, p.19).

Acerca da elaboração e implementação das políticas ambientais, Pereira (2000) destaca que dependem de uma vontade política para com as questões ambientais e das disponibilidades sociais, econômicas e técnicas para a sua implementação. Moraes (2005b) destaca que o sucesso da implementação de políticas ambientais depende, desde a sua elaboração, da articulação de diversos interlocutores na área pública e privada e à integração setorial e entre escalas de governo. O autor afirma que:

É impossível fazer planejamento ambiental sem uma articulação intersetorial no nível de governo inicialmente, não se pode pensar o manejo de uma determinada área sem levar em conta os planos e programas setoriais incidentes sobre ela. O choque nos usos projetados obstaculiza e/ou dificulta a implantação de cada um dos programas e, por isso, a compatibilização de ações que envolvam propósitos locais deve ser buscada a qualquer custo (MORAES, 2005b, p. 24).

Nesse sentido, a preocupação ambiental deve perpassar os diversos programas e ações estatais a fim de promover a retomada de um planejamento integrado. Do mesmo

modo, a gestão sustentável depende da participação da sociedade civil e de governos locais por meio de fóruns de interlocução.

Silva e Melo (2000) afirmam que o contexto institucional e organizacional brasileiro apresenta grande complexidade e forte diferenciação funcional assim como problemas de coordenação e cooperação intersetoriais, realidade que interfere nos resultados das políticas. Os autores alertam para “a importância dos mecanismos de coordenação interinstitucional para a implementação de políticas públicas em ambientes institucionais democráticos, descentralizados e com um *mix* fortemente diferenciado de agentes implementadores” (SILVA; MELO, 2000, p 14).

A implementação de políticas ambientais fundadas em ‘novas redes de governança’ (FREY, 2000) tem ampliado o papel das comunidades, das associações e das empresas privadas fazendo surgir novas regras e arranjos institucionais envolvendo a cooperação, a coordenação e a negociação, com repercussões no planejamento territorial.

O caminho para uma sociedade sustentável depende da mudança na exploração de recursos, regulação das forças de mercado, do combate à pobreza, formulação e aplicação de indicadores de sustentabilidade considerando a realidade socioambiental a fim de nortear a elaboração, implementação e avaliação dos programas estatais (FIDÉLIS, 2001; SACHS, 2007).

Conceber a sustentabilidade em suas múltiplas dimensões: social, econômica e ambiental, representa superar a racionalidade econômica como fundamento do desenvolvimento que tem valorizado o crescimento econômico em detrimento dos anseios sociais e da preocupação com a biosfera.

Diversos atores sociais representantes de organizações não-governamentais e setores acadêmicos têm atuado como agentes de pressão sobre as políticas ambientais e o planejamento territorial a fim de resguardar os interesses de todos os envolvidos na

gestão sustentável. A universidade assume importante papel como uma das instituições indutoras da sustentabilidade, construindo conhecimentos sobre a gestão sustentável, estabelecendo o diálogo com a sociedade civil organizada e com os órgãos governamentais que assumem o papel de promotores da sustentabilidade regional.

CAPÍTULO 3

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

3.0 – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

3.1 - A REALIDADE SOCIOAMBIENTAL DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

A Região Sudoeste da Bahia (Figura 3.1) tem uma população superior a um milhão de habitantes (Tabela 3.1). A população da Região que vive na zona rural corresponde a 34,7% (Figura 3.2). Sua estrutura produtiva é composta predominantemente pelo setor de comércio (com destaque para o setor atacadista) e serviços, pela lavoura cafeeira, pecuária bovina extensiva de corte e leite e atividades industriais dos ramos tradicionais como a produção de alimentos (1/3 das atividades industriais da Região), bebidas, vestuários, calçados, artefatos de tecidos, couros e peles.

O PDRS caracteriza espacialmente a Região Sudoeste dividida em três grandes subáreas: Planalto de Conquista, Jequié e Pastoril de Itapetinga. Essa divisão corresponde à classificação do IBGE que considera a similitude com relação aos fatores geoambientais e produção agropecuária, compondo as três microrregiões citadas. Na Região Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista e Jequié se destacam como pólos comerciais e de serviços e Itapetinga se destaca pela produção pecuária. Os demais municípios da Região têm suas atividades influenciadas por esses três municípios, mas principalmente por Vitória da Conquista e Jequié.

A cidade de Vitória da Conquista é a maior da Região Econômica do Sudoeste da Bahia. Em 2000, a população da cidade era de 225.545 habitantes e do município era de 262.494 habitantes (SEI, 2008). Em 2007, a população do município passou para 308.204 habitantes (IBGE, 2008a; 2008b) sendo o terceiro município mais populoso do Estado da Bahia. Com área de 3.204 Km², o município possui onze distritos e fica a 510 km de distância da capital Salvador.

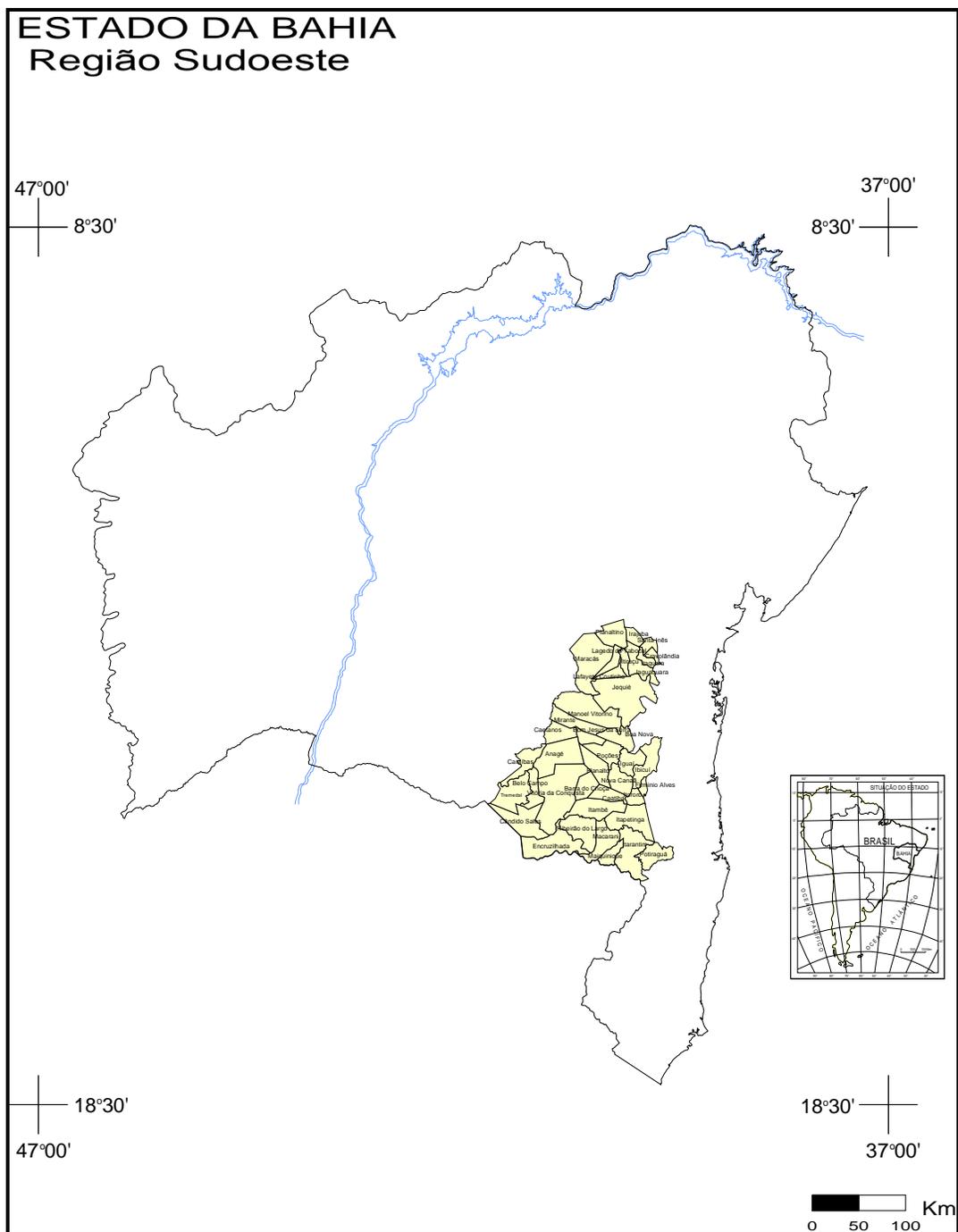


Figura 3.1 – Localização da Região Sudoeste da Bahia

Capítulo 3 - Programa de Desenvolvimento Sustentável - Região Sudoeste da Bahia 56**TABELA 3.1 – POPULAÇÃO RESIDENTE TOTAL, URBANA E RURAL SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA, 2000.**

MUNICÍPIO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL
Anagé	31.060	4.208	26.852
Barra do Choça	40.818	17.721	23.097
Belo Campo	17.655	8.082	9.573
Boa Nova	20.544	4.589	15.955
Bom Jesus da Serra	10.502	1.953	8.549
Caatiba	15.508	4.428	11.080
Caetanos	13.076	2.312	10.764
Cândido Sales	28.516	18.924	9.592
Caraíbas	17.164	1.424	15.740
Cravolândia	5.001	3.000	2.001
Encruzilhada	32.924	4.983	27.941
Firmino Alves	5.170	3.806	1.364
Ibicuí	15.129	10.454	4.675
Iguaí	25.134	12.557	12.577
Irajuba	6.362	2.717	3.645
Itambé	30.850	22.175	8.675
Itapetinga	57.931	55.182	2.749
Itaquara	7.861	4.165	3.696
Itarantim	16.923	12.960	3.963
Itiruçu	13.585	9.871	3.714
Itororó	19.799	16.627	3.172
Jaguaquara	46.621	35.103	11.518
Jequié	147.202	130.296	16.906
Lafayette Coutinho	4.102	1.921	2.181
Lagedo do Tabocal	8.100	4.608	3.492
Macarani	14.594	10.719	3.875
Maiquinique	7.326	5.208	2.118
Manoel Vitorino	16.704	6.783	9.921
Maracás	31.683	18.516	13.167
Mirante	13.666	1.279	12.387
Nova Canaã	15.366	5.973	9.393
Planaltino	7.963	2.990	4.973
Planalto	21.707	12.537	9.170
Poções	44.213	31.801	12.412
Potiraguá	14.579	7.546	7.033
Ribeirão do Largo	15.303	4.451	10.852
Santa Inês	11.027	10.374	653
Tremedal	21.200	3.503	17.697
Vitória da Conquista	262.494	225.545	36.949
Sudoeste	1.135.362	741.291	394.071

Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000

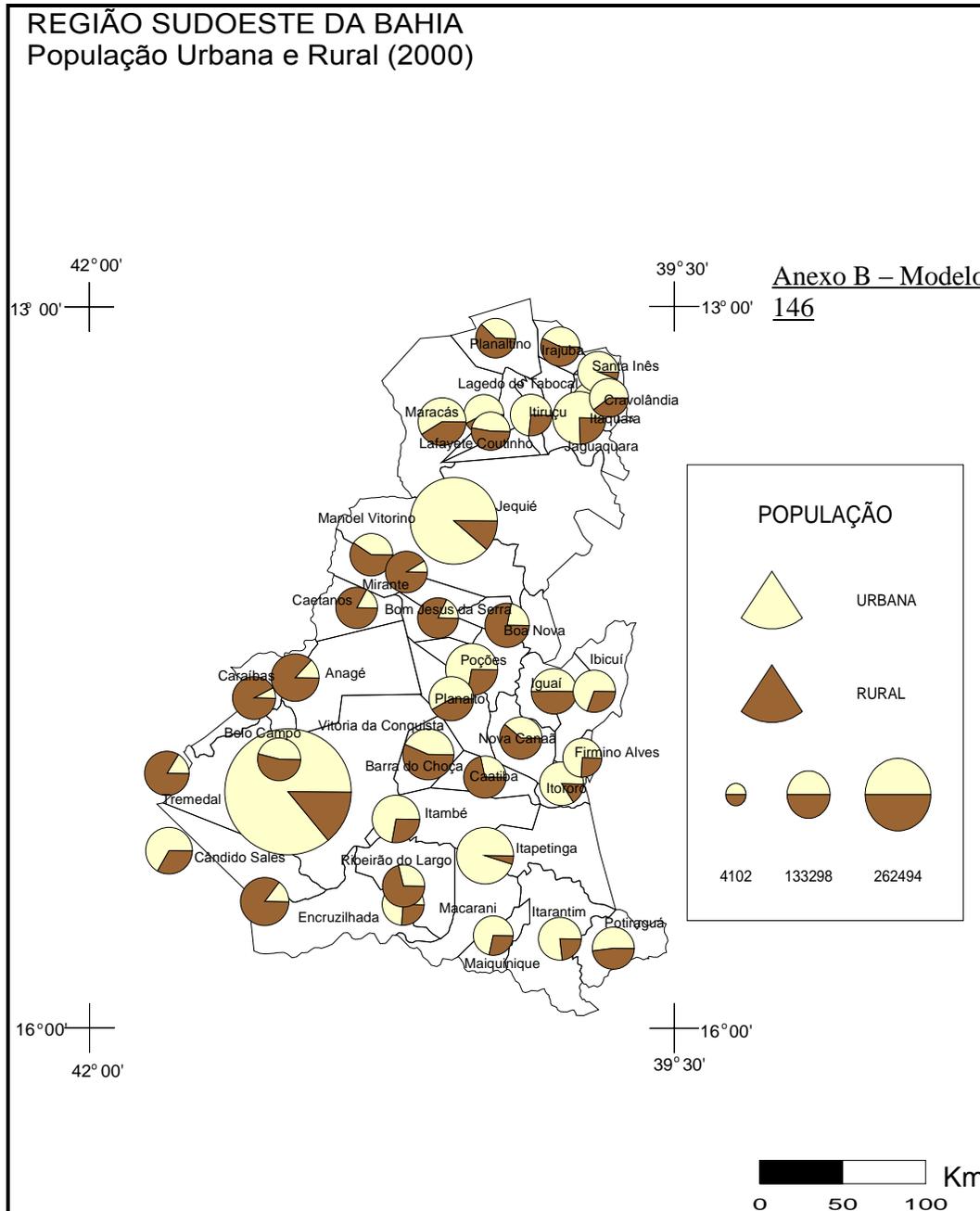


Figura 3.2 – População Residente da Região Sudoeste da Bahia por situação de domicílio.

Fonte: Base Digital da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/ Software Map Viewer 7.0 IBGE, Censo Demográfico de 2000. Elaboração: Cruz, Cláudia A. C. (2008).

Desde 1840, Vitória da Conquista mantém forte integração com os demais municípios da Região, viabilizado inicialmente pela passagem de gado do interior do sertão em direção ao litoral. O Arraial da Conquista, fundado em 1783, pelo sertanista português João Gonçalves da Costa, passou a se chamar Imperial Vila da Vitória em 1840; ao elevar-se à categoria de cidade em 1891 recebeu o nome de Conquista; e no ano de 1943 teve o nome modificado para Vitória da Conquista (PMVC, 2008).

Os atuais municípios de Anagé, Barra do Choça, Belo Campo, Caatiba, Cândido Sales, Encruzilhada, Itambé, Boa Nova, Poções e Macarani pertenciam ao município de Vitória da Conquista no período de sua emancipação (Figura 3.3).

Em Vitória da Conquista, o comércio de produtos agropecuários desde 1920 já se destacava. No período de 1940 a 1963, correspondente ao período da construção da BR 116 (Rio-Bahia) no sentido norte-sul, houve grande crescimento populacional e ampliação do comércio entre a cidade e a Região (PMVC, 2008). A construção de rodovias no sentido leste-oeste, de Ilhéus a Bom Jesus da Lapa, passando por Vitória da Conquista, também contribuiu para que a cidade se tornasse o maior centro urbano da Região. A produção baiana de café na década de 1980 deu grande destaque à Região em decorrência da inclusão dos municípios de Vitória da Conquista, Planalto, Poções e Barra do Choça no Plano de Renovação e Revigoração da cafeicultura no período de 1971 a 1981. Entretanto, no final da década de 1980, as sucessivas estiagens, o descuido com os tratamentos culturais do café e a falta de investimentos contribuíram para o declínio na produção. A crise do café motivou a ampliação das atividades do setor de serviços como educação, saúde e comércio (UESB, 1996).

A criação do Distrito industrial dos Imborés na década de 1990 em Vitória da Conquista, teve como resultado a diversificação, destacando a produção de estofados, produtos de limpeza e alimentos. A Federação das Indústrias da Bahia – FIEB apresenta 221 empresas no município que estão cadastradas. A expansão da indústria e do comércio e serviços não impediram que a agricultura continuasse a representar uma

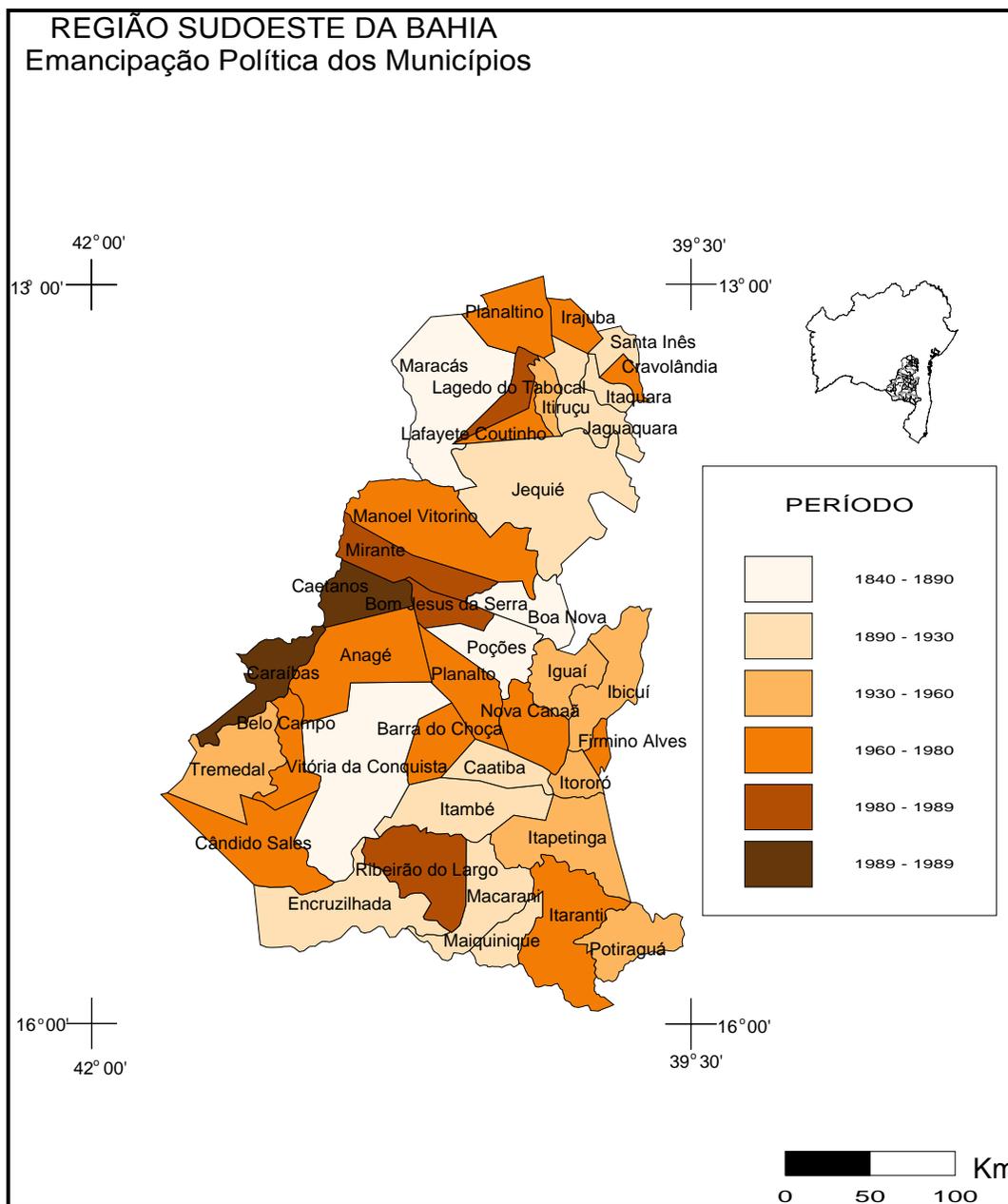


Figura 3.3 – Emancipação política dos municípios da Região Sudoeste da Bahia

Fonte: Base Digital da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/ Software Map Viewer 7.0
Elaboração: Cruz, Cláudia A. C. (2008).

importante atividade econômica no município de Vitória da Conquista e representava em 2001 aproximadamente 8,6% do Produto Interno Bruto. O café representa 74% do

valor da produção das lavouras no município. Na pecuária, a criação de bovinos se destaca com a produção de carne e produção diária de 44 mil litros de leite (PMVC, 2008).

Atualmente, a cidade de Vitória da Conquista conta com hospitais que realizam procedimentos de alta complexidade, profissionais da área de saúde qualificados e clínicas especializadas na área de saúde, atraindo a população circunvizinha para a realização de diferentes procedimentos ambulatoriais e cirúrgicos. A cidade possui dois campi de Universidades Públicas: Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia com 38 cursos nas áreas de Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Humanas, Engenharia, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias e 17 cursos no Campus de Vitória da Conquista; e o campus avançado da Universidade Federal da Bahia com 03 cursos na área de Saúde.

A cidade de Jequié se destaca como o segundo pólo comercial e de serviços da Região Sudoeste da Bahia. A população do município totalizava 147.202 habitantes em 2000 e 130.296 habitantes na sede. Entretanto, houve uma redução da população do município para 145.964 em 2007 (IBGE, 2008a). Com área de 3.035 Km², o município tem 07 distritos e está distante 360 km da capital do Estado e 153 km da cidade de Vitória da Conquista. A emancipação do município foi em 1897 pertencendo antes ao Município de Maracás. Jequié recebeu categoria de cidade em 1910 (PREFEITURA DE JEQUIÉ, 2008).

Uma movimentada feira que abastecia as localidades da Bacia do Rio das Contas deu origem à atual cidade de Jequié. O Rio das Contas que passa pela cidade era utilizado para transportar mercadorias para a população que vivia ao longo do rio. Mais tarde, o desmatamento intenso contribuiu para o assoreamento do Rio das Contas impedindo a navegação (SÁ e SÁ, 2004).

A atividade produtiva do Município de Jequié é diversificada, destacando-se as lavouras de cacau, café, cana-de-açúcar e maracujá. A bovinocultura e a caprinocultura têm destaque na pecuária. Jequié possui um parque industrial com 24 indústrias

(PREFEITURA DE JEQUIÉ, 2008). Segundo a FIEB (2008), existem 80 empresas cadastradas no Município de Jequié, dentre elas a Ramarim – indústria de calçados feminino e adulto.

São oferecidos 15 cursos no Campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia na cidade de Jequié nas áreas de Saúde, Ciências Humanas e Ciências Exatas e da Terra.

O município de Itapetinga tem destaque na Região Sudoeste da Bahia por sua produção pecuária. A população do município em 2000 era de 57.931 habitantes e 55.182 habitantes na sede. Segundo contagem da população de 2007 a população passou para 63.243 habitantes (IBGE, 2008). A área do município é de 1.610 Km² e está distante da capital do Estado 571 Km e a 102 Km da cidade de Vitória da Conquista.

O núcleo urbano que daria origem à cidade de Itapetinga se formou a partir de 1924 a fim de garantir o abastecimento necessário à população atraída pela instalação da atividade agropecuária. A conclusão da rodovia que ligava Ilhéus a Bom Jesus da Lapa, no ano de 1941, contribuiu para articular o município aos circunvizinhos. Em 1952, o município, antes pertencente à Itambé, consegue a emancipação política e se torna o principal centro de produção e comércio de gado no Nordeste do País (OLIVEIRA, 2002).

Segundo Oliveira (2002) a partir dos anos 1960, começou a se manifestar a crise na pecuária por meio de sistema extensivo de corte em virtude da falta de diversificação produtiva, falta de investimento da renda obtida na pecuária na microrregião de Itapetinga. A crise motivou a introdução de raças melhoradas geneticamente para a produção de leite e conseqüentemente, a instalação de laticínios.

Em 1969, a instalação da Nestlé, da Leite Glória do Nordeste e da Alimentos da Bahia- ALIMBA e a organização dos produtores de leite contribuíram para o crescimento econômico na microrregião. Em 1984, o Matadouro Frigorífico do Médio

Rio Pardo S/A – MAFRIP, começou a ser instalado como resultado da associação de produtores individuais com produtores da Cooperativa Mista do Médio Rio Pardo – COOPARDO, com o apoio do governo do Estado por meio de benefícios fiscais e infraestrutura.

As divergências políticas locais e, em consequência, a ausência de investimentos do governo do Estado, contribuíram para nova crise da pecuária na microrregião de Itapetinga. O MAFRIP foi comprado pela BERTIN com sede em São Paulo, maior exportador de carne do País. O frigorífico de Itapetinga é considerado o maior do Norte e Nordeste. Nos últimos anos, a vegetação natural da microrregião de Itapetinga foi sendo substituída por pastagens promovendo o empobrecimento do solo e a erosão acentuada (HELDER et al, 2005).

Em 1997 foi implantado o Distrito Industrial em Itapetinga com a instalação da fábrica de calçados Azaléia do Nordeste, maior produtora de calçados femininos da América com as marcas Azaléia e Dijean e dos calçados esportivos Olympikus e empregava 4000 pessoas em 2003 (OLIVEIRA, 2002; FIEB, 2008). Na Região Sudoeste da Bahia, além do município de Itapetinga, a Azaléia tem filiais nos municípios de Itororó, Macarani, Ibicuí, Iguai, Itambé, Potiraguá, Itarantim, Caatiba, Maiquinique e Firmino Alves (FIEB, 2008).

No Campus da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia na cidade de Itapetinga, são oferecidos 06 cursos nas áreas de Ciências Humanas, Engenharia, Ciências Exatas e da Terra e Ciências Agrárias.

Quanto ao rendimento da população da Região Sudoeste da Bahia, elevado percentual recebe até 1 (um) salário mínimo ou se declara sem rendimento, o que pode representar, para esses últimos, elevado índice de trabalho informal ou ainda rendimentos não declarados pelos entrevistados em pesquisas realizadas na Região (Tabela 3.2).

TABELA 3.2 – RENDIMENTO MENSAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA, 2000.

MUNICÍPIO	CLASSES DE RENDIMENTO NOMINAL MENSAL (SALÁRIO MÍNIMO)							
	Até 1	Mais de 1 a 2	Mais de 2 a 3	Mais de 3 a 5	Mais de 5 a 10	Mais de 10 a 20	Mais de 20	Sem rendimento
Anagé	29,0	9,8	1,7	1,0	0,5	0,1	0,1	57,8
Barra do Choça	43,0	11,2	1,8	1,0	0,3	0,0	0,0	42,7
Belo Campo	36,6	11,4	4,3	2,9	0,7	0,0	0,2	43,9
Boa Nova	28,2	6,6	0,9	1,7	0,5	0,2	0,0	62,1
Bom Jesus da Serra	32,0	6,7	1,5	1,0	0,3	0,0	0,0	58,5
Caatiba	27,9	11,9	1,5	0,8	0,5	0,0	0,1	57,3
Caetanos	24,7	6,9	3,1	2,1	0,9	0,0	0,0	62,2
Cândido Sales	32,8	12,1	3,7	2,7	1,1	0,7	0,1	46,9
Caraíbas	37,9	6,3	1,4	1,4	0,6	0,1	0,1	52,1
Cravolândia	37,5	9,2	1,6	1,3	1,0	0,3	0,1	49,0
Encruzilhada	34,9	14,2	1,8	1,7	0,5	0,0	0,2	46,6
Firmino Alves	34,5	11,7	2,9	2,3	1,2	0,9	0,0	46,6
Ibicuí	35,1	12,9	2,6	2,1	1,5	0,3	0,7	44,9
Iguaí	32,4	8,7	2,6	1,8	1,3	0,1	0,2	52,9
Irajuba	40,5	9,9	1,8	1,0	0,7	0,0	0,1	46,0
Itambé	33,8	13,1	2,7	1,3	0,5	0,2	0,1	48,3
Itapetinga	32,3	14,6	4,1	3,2	3,2	1,1	0,6	40,9
Itaquara	41,3	10,2	2,1	1,4	1,4	0,1	0,1	43,4
Itarantim	34,9	10,4	1,6	1,3	1,2	0,4	0,2	49,9
Itiruçu	42,3	8,0	1,3	1,5	1,2	0,6	0,6	44,5
Itororó	35,6	10,2	2,6	2,2	1,5	0,5	0,4	47,1
Jaguaquara	38,3	9,8	2,9	3,0	2,0	0,9	0,3	42,9
Jequié	28,7	11,3	4,1	4,0	3,0	1,0	0,4	47,4
Lafayette Coutinho	37,8	6,6	2,7	1,5	0,6	0,2	0,0	50,6
Lagedo do Tabocal	41,2	11,4	1,7	1,4	1,1	0,3	0,2	42,8
Macarani	37,2	9,9	2,7	2,1	1,1	0,5	0,1	46,4
Maiquinique	37,0	9,9	2,4	1,6	1,8	0,3	0,1	46,8
Manoel Vitorino	30,7	7,8	2,5	1,7	0,7	0,1	0,0	56,5
Maracás	40,0	6,3	1,8	1,4	0,7	0,3	0,0	49,5
Mirante	28,1	9,3	1,3	0,8	0,3	0,1	0,0	60,1
Nova Canaã	35,8	10,9	2,1	1,4	0,7	0,3	0,1	48,7
Planaltino	39,0	10,6	0,9	1,7	1,1	0,2	0,0	46,5
Planalto	34,8	10,7	3,0	1,4	1,5	0,4	0,1	48,1
Poções	33,3	9,7	2,6	2,5	1,6	0,6	0,3	49,4
Potiraguá	29,3	10,5	2,3	1,8	0,3	0,3	0,0	55,5
Ribeirão do Largo	35,4	12,7	1,8	1,4	0,5	0,3	0,1	48,0
Santa Inês	40,8	10,4	2,9	2,5	1,3	0,6	0,2	41,5
Tremedal	31,2	7,0	2,2	1,7	1,2	0,2	0,0	56,4
Vitória da Conquista	28,1	13,7	4,6	5,2	4,0	1,6	0,8	42,0

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, 2008.

Os municípios da Região Sudoeste da Bahia apresentam elevadas taxas de analfabetismo (Tabela 3.3). Comparando o analfabetismo da população urbana e rural nos municípios da Região em 2000, as taxas mais elevadas da população rural são nos municípios de Boa Nova, Encruzilhada, Ibicuí, Iguai, Jaguaquara, Jequié, Macarani, Manoel Vitorino, Nova Canaã, Planaltino, Poções, Ribeirão do Largo e Tremedal.

TABELA 3.3 – TAXA DE ANALFABETISMO TOTAL, DA POPULAÇÃO URBANA E RURAL COM 10 ANOS OU MAIS DE IDADE, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA, 2000.

MUNICÍPIO	ANALFABETISMO TOTAL (%)	ANALFABETISMO POPULAÇÃO URBANA (%)	ANALFABETISMO POPULAÇÃO RURAL (%)
Anagé	35,40	19,6	37,9
Barra do Choça	31,80	29,8	33,3
Belo Campo	30,60	26,9	33,8
Boa Nova	40,00	33,8	41,8
Bom Jesus da Serra	34,40	27,3	35,9
Caatiba	29,00	26,5	30
Caetanos	35,00	26,6	36,8
Cândido Sales	29,70	27,2	34,6
Caraíbas	35,90	22,9	37,1
Cravolândia	28,70	24,8	35
Encruzilhada	38,50	26,8	40,7
Firmino Alves	32,10	32,9	30
Ibicuí	32,00	28,1	40,9
Iguai	37,00	30,4	43,7
Irajuba	36,70	37,5	36
Itambé	32,10	29,7	38,2
Itapetinga	19,90	19,2	34,6
Itaquara	34,50	32,2	37
Itarantim	24,50	21,8	33,3
Itiruçu	29,10	27,2	34,2
Itororó	28,90	27,9	33,9
Jaguaquara	29,70	26,2	40,8
Jequié	21,00	18,3	43,2
Lafayette Coutinho	31,50	27,2	35,2
Lagedo do Tabocal	30,80	31,3	30,2
Macarani	32,70	29	42,9
Maiquinique	30,80	28,6	36,1
Manoel Vitorino	37,30	31,4	41,3
Maracás	25,80	24,8	27,2
Mirante	34,50	21,2	35,8
Nova Canaã	35,40	27,1	40,9
Planaltino	41,80	35,3	45,7
Planalto	36,40	32,9	41,3
Poções	32,20	27	46,2
Potiraguá	32,90	27,5	39,1
Ribeirão do Largo	40,10	30,5	44
Santa Inês	30,70	30,6	31
Tremedal	38,90	26,9	41,3
Vitória da Conquista	18,40	15,5	36,7

Fonte: Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI, 2008.

A Região Sudoeste da Bahia apresenta grande diversidade ambiental. O clima varia do semi-árido, no oeste da região, ao sub-úmido no leste. Sua pluviosidade média anual é de 600 a 800 mm, com mínimas de 300 mm e máximas próximas de 1.200 mm. A vegetação da região varia de acordo com os tipos climáticos, apresentando ao leste predomínio de floresta ombrófila densa, ao oeste vegetação de caatinga e na zona de transição floresta estacional decidual e semidecidual. O relevo varia entre planaltos, depressões interplanálticas e tabuleiros. Quanto à altitude, as cidades localizadas no planalto de Conquista apresentam elevada altitude - a cidade de Vitória da Conquista que está a 14° 51' lat. S e 40°50' long. WGr. e 928 metros de altitude (RADAMBRASIL, 1981, p. 593), apresentando altitude pouco acima dos 1000 metros na Serra do Periperi no limite norte da cidade – ao passo que nas microrregiões de Jequié e Itapetinga, as cidades apresentam altitude média de 200 metros.

Os municípios de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga, dentre outros da Região Sudoeste da Bahia, informaram a ocorrência de assoreamento e poluição dos corpos d'água no ano de 2002 (IBGE, 2002). A degradação da mata ciliar, o desmatamento e a erosão têm sido apontados como as principais causas do assoreamento na Região. A utilização de agrotóxicos e fertilizantes na agropecuária e o esgoto doméstico são os principais responsáveis pela poluição dos corpos d'água. A presença de centrais de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos confirma o uso significativo na Região (IBGE, 2005). A cidade de Vitória da Conquista utiliza porto de recebimento de embalagens vazias de agrotóxicos. A pesquisa do IBGE (2005) detectou a existência de descarte de embalagens vazias de agrotóxicos a céu aberto nos municípios de Cândido Sales e Manoel Vitorino o que coloca estes municípios como potenciais poluidores do ambiente podendo contaminar corpos d'água, intoxicar pessoas e animais.

Na Região existe uma Unidade de Conservação - UC pertencente ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, legalizada pelo Decreto Municipal n. 9480 de 10 de junho de 1999, área de 1.300 ha. – Parque Municipal da Serra do Periperi no município de Vitória da Conquista e a UC informada mas não

pertencente ao SNUC - o Parque Municipal da Matinha no município de Itapetinga. Em 2004, o nome da UC de Itapetinga foi alterado para Parque Zoobotânico da Matinha (FREITAS, et al., 2007).

3.2 – O DISCURSO AMBIENTAL NO PROGRAMA

O Modelo Teórico-Metodológico do Programa, para todas as regiões econômicas do Estado, apresenta a definição de desenvolvimento sustentável do Relatório Brundtland (*Nosso Futuro Comum*) e ressalta a necessidade de melhoria das condições de vida das comunidades humanas e do respeito aos limites dos ecossistemas, apontados pela União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais - UICN. Defende que o desenvolvimento sustentável deve ser economicamente eficiente, socialmente justo, ambientalmente responsável e politicamente fundamentado na participação da sociedade, apresentando condições de durabilidade ao longo do tempo.

São definidos como objetivos do desenvolvimento sustentável na Região: a competitividade e viabilidade econômica, a conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais, a organização da sociedade e democratização das instituições, redução da pobreza e da desigualdade social e o resgate da história e da cultura regional (CAR, 2000).

No Modelo Teórico-Metodológico do PDRS a espacialização das políticas públicas é considerada um pré-requisito para praticar um planejamento multidimensional, por permitir planejar em escalas como os espaços regionais e facilitar a participação da sociedade civil por meio da revalorização da base físico-territorial e da revitalização das escalas menores de planejamento e ação. O planejamento multidimensional é apresentado no Modelo Teórico-Metodológico do PDRS, mediante a articulação de cinco dimensões: geoambiental, econômico-social, histórico-cultural,

científico-tecnológica e político- institucional, consideradas dimensões de sustentabilidade para o desenvolvimento das regiões econômicas da Bahia (CAR, 2000). A compreensão das inter-relações entre os processos históricos, econômicos, ecológicos e culturais que fundamentam o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade deve ser uma premissa no planejamento de políticas ambientais voltadas para a sustentabilidade.

Na dimensão geoambiental apresentada no Modelo Teórico-Metodológico o conceito de sustentabilidade é considerado como referencial e aponta para a necessidade de transformação na compreensão do desenvolvimento o qual deve passar de domínio maior do homem sobre a natureza para uma valorização da conservação e convivência com o meio natural como condição para atingir o desenvolvimento (CAR, 2000).

A preservação ambiental é apresentada no Modelo Teórico-Metodológico do PDRS como sinônimo de conservação ambiental:

[...] a dimensão geoambiental, enquanto forma de preservação das condições naturais, para que a melhoria das condições de vida atuais não prejudique ou impeça o desenvolvimento das futuras gerações, deverá ser referenciada em indicadores de sustentabilidade ambiental (CAR, 2000, p. 22).

Esse aspecto aponta para a necessidade de maior discussão acerca dos conceitos presentes nos programas estatais voltados para a sustentabilidade na medida em que a definição de uma política preservacionista envolve ações de cunho predominantemente biocêntrico. Desse modo, a defesa pela sustentabilidade deve envolver uma preocupação maior no que se refere à utilização de conceitos do campo ambiental de forma a permitir maior coerência entre o discurso defendido e as ações implementadas.

A dimensão científico-tecnológica apresentada no documento se fundamenta na “aplicação de novas tecnologias voltadas para a competitividade, para a conservação

dos recursos naturais e a mudança social. [...] deverão estar voltadas para a construção de alternativas de produção que em pouco afetem o ambiente natural” (CAR, 2000). Entretanto, as inovações tecnológicas voltadas para a competitividade, como uma das exigências da globalização no seu estágio atual, têm buscado atender ao mercado global em detrimento da realidade socioambiental local.

Ressaltamos a necessidade de aproximação entre a Universidade e a comunidade na busca pela criação e utilização de tecnologias apropriadas às necessidades das comunidades da Região. Desse modo, a tecnologia deixará de desempenhar uma função instrumental que dissocia o homem e a natureza no processo produtivo para assumir um papel no qual seja valorizada a realidade socioambiental e as necessidades das comunidades ao transformar os elementos da natureza em valores de uso. A formação de grupos interdisciplinares nas Universidades, buscando alternativas para a problemática ambiental, a partir de vários enfoques deve contribuir para a gestão sustentável.

Na dimensão político-institucional o objetivo apresentado é de fortalecer o sistema político representativo no qual participam o poder público estadual e municipal e as lideranças locais, de forma a assegurar os mecanismos institucionais de participação da sociedade, promovendo um modelo de gestão integrada e descentralizada do desenvolvimento sustentável na Região, e o estabelecimento de parcerias entre União, Estado, municípios, governo, iniciativa privada e sociedade organizada (CAR, 2000).

A forte diferenciação funcional característica das instituições brasileiras e a falta de integração nas suas ações devem ser alvo de discussões e da busca de alternativas a fim de viabilizar o planejamento da gestão sustentável. Nesse sentido, novos arranjos institucionais devem se efetivar garantindo a valorização do potencial ecológico e cultural.

A história e a cultura regional são incorporadas no Programa a partir da

dimensão histórico-cultural que se apresenta como essencial no processo de desenvolvimento sustentável para a caracterização da singularidade cultural da região. A partir dessa dimensão, cabe ressaltar a importância de identificar a relação entre a sociedade e a natureza na Região que se processou historicamente e que conferiu singularidade cultural, a fim de apontar caminhos para um desenvolvimento fundado na autogestão da produção respeitando as especificidades de cada ecossistema e contribuindo para uma configuração rural-urbana mais equilibrada.

A valorização da história e da cultura no PDRS faz referência somente às atividades não-produtivas como aquelas de caráter ritual, lúdico e recreativo, porém não é considerada a importância dos valores culturais para a autogestão dos meios da natureza no processo produtivo, as habilidades das comunidades e os valores expressos nas práticas de cooperação no trabalho.

Na dimensão econômico-social, as transformações produtivas baseadas na exploração de recursos renováveis são apontadas como necessárias, assim como a criação de empregos com remuneração que viabilize a criação de um mercado interno dinâmico. Utiliza-se a equidade social como um dos pressupostos do desenvolvimento sustentável viabilizada por meio da universalização da educação básica, qualificação para o trabalho, geração de mais empregos produtivos, melhor distribuição de renda e amplo acesso da população aos serviços sociais básicos (CAR, 2000).

A integração dos setores produtivos na economia globalizada e competitiva, balizados pela tecnologia de produção, informação e novos tipos de mercado é considerada uma mudança necessária no Modelo Teórico-Metodológico do Programa. Porém, sabe-se que a competitividade exigida pelo processo de globalização frequentemente impõe a implementação de atividades econômicas incompatíveis com as necessidades sociais de comunidades locais e com a dinâmica dos ecossistemas, assim como promove a concentração de assentamentos humanos e atividades econômicas; motivo pelo qual se discute tão intensamente a necessidade de implementação de atividades econômicas mais compatíveis com a realidade socioambiental local.

A defesa pela inserção das regiões econômicas da Bahia no mercado globalizado, de forma competitiva, representa o predomínio da visão do desenvolvimento numa perspectiva conservadora na qual o discurso da sustentabilidade tem como fundamento o crescimento sustentado. A afirmação presente no Modelo Teórico-Metodológico do PDRS revela sua aproximação com ideais conservadores de desenvolvimento:

[...] o que o planejamento tradicional buscava era apenas formular programas que, além de aumentar a produção e a produtividade, permitissem, via mercado ou políticas públicas de redistribuição de renda, a melhoria das condições de vida da população. Este sentido mais social do desenvolvimento econômico não deverá ser afetado na etapa atual (CAR, 2000, p. 23)

A dimensão econômico-social do Modelo Teórico-Metodológico trata da ampliação da mão-de-obra mais qualificada, produtiva e da incorporação da população por meio de empregos formais para dinamizar as atividades econômicas. A equidade social defendida no programa objetiva a valorização de recursos humanos mediante a qualificação para o trabalho, geração de empregos produtivos.

A lógica social e ecológica das práticas produtivas dos atores regionais expressa o sentido atribuído à natureza e o nível de assimilação de conhecimentos acerca da realidade socioambiental. Desse modo, a eficácia da gestão ambiental sustentável está fortemente associada à ideologia subjacente ao discurso defendido que pode expressar maior valorização da natureza ou da manutenção da forma de desenvolvimento tradicional da sociedade influenciando nas decisões políticas e econômicas dos governos, práticas cotidianas, lutas sociais e políticas.

A equidade social é apresentada no Modelo Teórico-Metodológico como a incorporação dos excluídos da produção e do consumo (CAR, 2000, p.14). A apresentação desse conceito no PDRS não faz referência ao princípio da equidade fundada na autodeterminação das necessidades e autogestão do potencial ambiental. Ao

contrário, da forma apresentada remete à busca de um padrão homogêneo de bem-estar fundado nos padrões do mercado globalizado.

O PDRS destaca a importância do envolvimento e troca de experiências e conhecimentos entre os técnicos e representantes dos segmentos da sociedade regional, bem como do poder local, a fim de assegurar maior legitimidade na execução das ações. Nesse sentido, cabe ressaltar que a maior participação da sociedade regional na tomada de decisões nas políticas ambientais deve ser no sentido de viabilizar a gestão sustentável de seus meios naturais de produção e existência, valorizando o potencial ecológico, o potencial cultural e a equidade social no processo produtivo. Essa gestão democrática contribui para que os atores regionais controlem seus processos produtivos que têm sido controlados pelos interesses de grupos econômicos do mercado globalizado.

O Estado deve garantir as condições para a gestão democrática e sustentável dos meios naturais de produção e de existência das comunidades por meio de apoio político, jurídico e financeiro, assim como viabilizar o acesso a conhecimentos que contribuam para a melhoria de vida e para que o processo produtivo seja coerente com o potencial ecológico e cultural da região.

3.3 - A PARTICIPAÇÃO DOS ATORES REGIONAIS NO PROGRAMA E OS PROBLEMAS IDENTIFICADOS NA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

No Modelo Teórico-Metodológico do PDRS a democratização é defendida como fundamento do processo de desenvolvimento participativo por meio do envolvimento de representantes de segmentos organizados e da representação política local desde a elaboração do Programa viabilizando a troca de experiências e conhecimentos e garantindo a legitimidade na etapa de execução das ações.

Foram considerados atores relevantes para participarem do PDRS Sudoeste da Bahia presidentes de associações, sindicatos e cooperativas e organização não-governamental voltada para a conservação do meio ambiente – o Grupo Ecológico Rio das Contas - GERC, técnicos da Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola S/A - EBDA, professores e diretores agropecuários da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, prefeitos, vereadores e secretários de governo municipal, técnicos da CAR, técnicos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE, gerentes do Banco do Nordeste do Brasil S/A – BNB, gerente da Diretoria Regional de Saúde do Estado da Bahia - DIRES, gerentes do Banco do Brasil S/A – BB, pecuaristas, comerciantes, empresários da Região Sudoeste da Bahia e professores da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - UESB. A seleção dos participantes foi justificada pela vinculação institucional a fim de garantir a representatividade nas áreas econômica, política e social (CAR, 1999).

Considerando que a participação legítima das comunidades na elaboração e implementação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade depende da relação simétrica entre os cidadãos e os diversos órgãos governamentais, conforme explicita Sachs (2007), a investigação sobre a participação de entidades comunitárias no PDRS Sudoeste da Bahia permitiu constatar que houve uma fraca atuação de associações e sindicatos na discussão dos problemas e busca de soluções para o desenvolvimento regional fundado na sustentabilidade. A desvalorização das experiências das comunidades locais restringe conseqüentemente o espaço para sua realização.

A presença de representantes de órgãos governamentais e de secretarias municipais proporcionalmente maior que a de líderes comunitários facilita a elaboração e implementação de políticas ambientais sem responder aos anseios das comunidades locais caracterizando o que Leff (2006) considera o enfraquecimento da democracia participativa.

As reuniões foram realizadas nas cidades de Vitória da Conquista, Jequié e Itapetinga com os seguintes objetivos: possibilitar a participação efetiva dos atores

relevantes no processo de elaboração do Programa; identificar os fatores críticos que determinaram o desenvolvimento da Região; identificar as ações relevantes que potencializam e orientam as alternativas de solução dos fatores críticos e dos projetos técnicos e elaborar a estratégia de desenvolvimento do Programa (CAR, 1999, p. 198).

Os participantes foram divididos em grupos temáticos de acordo com as cinco dimensões da sustentabilidade apresentadas no Modelo Teórico-Metodológico do PDRS (CAR, 2000) e com o vínculo institucional.

Dos atores regionais entrevistados, participaram do Grupo Econômico-Social profissionais da EBDA, UESB, CAR, representantes de Associações e Cooperativas, Secretários municipais e vereadores.

No grupo científico-tecnológico participaram profissionais da EBDA. Profissionais da CAR, CRA, UESB, da GERC, presidente da associação, secretários municipais, empresários e produtores rurais entrevistados participaram do grupo temático Geoambiental.

No grupo temático Político-Institucional, participaram profissionais da EBDA, secretários municipais e vereadores. Dos entrevistados, somente um profissional da CAR declarou ter participado do grupo temático Histórico-Cultural.

Os problemas apontados na Região (Quadro 3.1) foram identificados a partir da discussão dos seguintes temas:

Grupo Econômico-Social:

- a) Limitações estruturais;
- b) Promoção de investimentos;
- c) Infra-estrutura econômico-social;
- d) Fatores Setoriais;
- e) Educação, informação e comunicação.

Grupo Científico-Tecnológico:

- a) Macrorregional;
- b) Tecnologias para sistemas e atividades existentes na Região;
- c) Tecnologias para sistemas inovadores na Região;
- d) Conservação e uso racional dos recursos ambientais;
- e) Educação, informação e comunicação.

Grupo Geoambiental:

- a) Meio Rural;
- b) Meio Urbano;
- c) Desenvolvimento Tecnológico;
- d) Educação, Informação e comunicação;

Grupo Político-Institucional:

- a) Sociedade civil, setores público e privado;
- b) Educação, informação e comunicação.

Grupo Histórico-Cultural:

- a) Patrimônio histórico-cultural;
- b) Cultura e cidadania;
- c) Educação, Informação e comunicação.

Os problemas apontados nas reuniões temáticas foram identificados pelos presentes na reunião assim como no Perfil Regional que apresenta a caracterização da Região a partir do levantamento bibliográfico, da identificação de propostas e projetos governamentais não realizados e em realização, das ações realizadas, em curso e programadas pelas instituições públicas e privadas e instituições financiadoras, da seleção e análise dos indicadores socioeconômicos da Região.

QUADRO 3.1 – PROBLEMAS APONTADOS NAS REUNIÕES TEMÁTICAS POR DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE.

DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE		PROBLEMAS APONTADOS NO PDRS
Dimensão Econômico-Social	Limitações Estruturais	<ul style="list-style-type: none"> • Baixo valor agregado dos principais produtos regionais; • Grande concentração de renda espacial e pessoal, mantendo, à margem do desenvolvimento, a maioria dos municípios e excluindo do consumo a maior parte da população; • Elevada concentração fundiária, condicionando uma menor diversificação de produtos e restrição à ampliação do consumo interno; • Limitação do crescimento econômico em virtude das restrições das políticas de crédito agrícola e rural.
	Promoção de Investimentos	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente apoio e divulgação, visando o desenvolvimento do mercado para produtos e serviços regionais; • Falta de projetos de investimentos orientados para a absorção de mão-de-obra; • Insuficiência de estudos atualizados de mercado
	Infra-Estrutura Econômico-social	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de investimento em infra-estrutura para o desenvolvimento agroindustrial e para outros setores industriais; • Deficiência no sistema de abastecimento e conservação dos mananciais hídricos, destinados ao atendimento das populações locais, notadamente as da zona rural; • Precariedade na infra-estrutura de serviços de saúde; • Deterioração da qualidade de vida em virtude da falta de política de assentamentos humanos e de poucos investimentos em infra-estrutura de serviços básicos.
	Fatores Setoriais	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de elevado número de abatedouros clandestinos, operando de forma inadequada, com precárias condições sanitárias de abate e de formas de comercialização.
	Educação, informação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de programas voltados para a capacitação de recursos humanos; • Insuficiência de materiais e métodos modernos de treinamento, adequados ao treinamento de pessoal; • Deficiência da educação formal, voltada para o conhecimento tecnológico/produtivo (Universidade/Escola de nível médio); • Elevado índice de reprovação e de evasão no ensino fundamental.
Dimensão Científico-Tecnológica	Macrorregional	<ul style="list-style-type: none"> • O processo de desenvolvimento de C&T na Região é caracterizado como de pouco dinamismo, não se destacando nem pelo número, nem pela qualidade das pesquisas em execução, nem pelos resultados obtidos resultando em baixa utilização de mecanismos e de instrumentos de incentivos fiscais e creditícios de apoio à C&T, por parte de empresas ou de centros de pesquisa regionais.
	Tecnologias para sistemas e atividades existentes na Região	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa produtividade do setor agropecuário e agroindustrial, proporcionando pouca competitividade dos produtos regionais nos mercados macrorregionais e nacionais, devido à ausência de um processo contínuo e mudanças tecnológicas e à prática de uso de tecnologias tradicionais nas atividades econômicas.
	Tecnologias para sistemas inovadores na Região	<ul style="list-style-type: none"> • Poucas pesquisas voltadas para a introdução ou expansão da fruticultura, floricultura, piscicultura, caprino-ovinocultura, o café orgânico, entre outras atividades, e a falta de um programa de biotecnologia baseado nos principais produtos regionais.
	Conservação e uso racional dos recursos ambientais	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de um trabalho conjunto de organização de banco de dados geoambientais; escassos projetos de pesquisa voltados à redução e a maior controle do uso de agrotóxicos; inexistência de estudos sobre SAF's, orientados para a recomposição de matas ciliares e áreas de nascentes e sobre novos materiais substitutivos das fontes energéticas tradicionais (carvão vegetal e lenha das matas nativas).

Continuação (Quadro 3.1)

	Educação, informação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • A fragilidade dos mecanismos multiinstitucionais pelo uso de materiais e métodos de pouca eficiência, escassos programas integrados de difusão de tecnologia, além da ausência de um programa permanente de capacitação e treinamento de recursos humanos em tecnologias agrícolas e outras especializadas não têm possibilitado um maior uso de tecnologias avançadas pelos produtores da produtividade na economia regional.
Dimensão Geoambiental	Meio Rural	<ul style="list-style-type: none"> • Desmatamento excessivo e queimadas descontroladas e dificuldade de monitoramento e controle dessas atividades pelo IBAMA e CRA; • Insuficiente apoio e incentivo à recuperação de áreas degradadas e ao uso racional dos recursos hídricos, permitindo que a evolução dos impactos ambientais negativos atinja estágios de difícil reversão; • Apoio insuficiente para a criação, estruturação e gestão de unidades de conservação ambiental, possuidoras de atributos naturais relevantes, tanto para a pesquisa científica e tecnológica, quanto para a ecologia, e economia e a sociedade em geral.
	Meio Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Dificuldades quanto ao controle e direito ao uso do solo e suas implicações ambientais; • Poluição ambiental decorrente da inadequada disposição do lixo e da contaminação dos rios por meio de um precário sistema de esgotamento sanitário.
	Desenvolvimento tecnológico	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de tecnologias testadas localmente para a conservação e uso sustentável dos recursos ambientais.
	Educação, informação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Inadequação do modelo de educação formal e um reduzido volume de informação e de utilização dos meios de comunicação da Região, no que se refere à educação ambiental. Inexistência de um processo sistematizado de capacitação de técnicos, associações comunitárias e outras organizações da Região nessa temática; • Falta de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) subespecializado para facilitar o processo de tomada de decisões, a partir do monitoramento do uso dos componentes da biodiversidade.
Dimensão Político-Institucional	Sociedade civil, setores público e privado	<ul style="list-style-type: none"> • Expressivo número de organizações comunitárias sem representatividade e reduzida participação dos cidadãos em defesa dos interesses locais e regionais; • Falta de mecanismos para democratizar as instituições públicas; • Concentração dos serviços públicos nos centros regionais e deficiência dos serviços sociais básicos nos municípios de pequeno porte; • Reduzido número de parcerias entre o setor público e privado.
	Educação, informação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de programas eficazes para a erradicação do analfabetismo, formação de cidadania e insuficiência de ações socioeducativas para valorizar as instituições, o patrimônio público, histórico e ambiental.
Dimensão Histórico-Cultural	Patrimônio Histórico-Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiente apoio dos organismos públicos e privados às manifestações culturais; • Necessidade de resgatar as manifestações culturais tradicionais da Região.
	Cultura e cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Insuficiência de organizações da sociedade civil para a defesa do seu patrimônio histórico-cultural e ambiental.
	Educação, informação e comunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de ações sistematizadas destinadas à divulgação e a valorização do patrimônio histórico, cultural e ambiental da Região.

Fonte: CAR, 1999.

As limitações estruturais apontadas na dimensão Econômico-Social tratam do

baixo valor agregado dos principais produtos regionais que pode ser viabilizado pela cadeia produtiva. Entretanto, na defesa pela competitividade, não se considera a desigualdade entre os atores sociais, na qual predomina a desarticulação do agricultor - que se insere na cadeia produtiva do complexo rural por meio da produção - com relação aos demais pontos de acumulação ou agregados da cadeia produtiva: insumos, comercialização e agroindústria.

Na elaboração de políticas públicas que tratam de desenvolvimento rural, os requerimentos dos representantes dos agregados de mais alto investimento e maior retenção dos produtos são priorizados o que representa uma desigualdade também no poder de decisão. Quando consultados nos programas de desenvolvimento rural, as opiniões dos pequenos agricultores resultam em ações conjunturais, não existindo a preocupação em diminuir o abismo que existe entre o agregado de produção e os agregados de insumos, comercialização e agroindústria.

Na dimensão científico-tecnológica os problemas apontados revelam a preocupação com a aplicação do conhecimento no processo produtivo. A construção de conhecimentos que viabilizem a produção agrícola não-convencional como a agroecologia, baseada no manejo dos processos ecológicos, nos cultivos múltiplos e na associação com espécies silvestres, conforme ressalta Leff (2006a), leva os atores sociais a discutir e buscar alternativas no processo produtivo a fim de torná-lo de fato sustentável.

A formação de valores, habilidades e atitudes que contribuam para a formação de uma sociedade sustentável remetem à importância da Educação Ambiental como estratégia para a transição para as novas práticas sociais sustentáveis que tenham como premissas a responsabilidade ecológica e a equidade social no processo produtivo. A preocupação com a Educação Ambiental se expressa nos problemas apontados na dimensão Geoambiental. Loureiro (2005) ressalta que a defesa atual da idéia de consumidor livre em suas opções, enfatizando a liberdade de escolha e os direitos individuais, ignora a ampliação das desigualdades e a lógica do supérfluo e da vaidade

individual defendidos pelo mercado competitivo o qual contribui para a exploração destrutiva da natureza. A Educação Ambiental representa um dos caminhos para a transformação da realidade socioambiental por criar espaços de discussões acerca da implementação de práticas produtivas coerentes com as necessidades legítimas da sociedade fundadas no potencial ecológico e cultural das regiões.

Os problemas apresentados na dimensão político-institucional relacionados à sociedade civil, setores públicos e privados não tratam da complexidade de funções das instituições e da falta de um planejamento integrado que possibilite maior legitimidade da sociedade civil. Não são apontados problemas referentes à valorização da cultura no processo produtivo por meio de alternativas que considerem o potencial cultural na dimensão histórico-cultural.

As políticas de desenvolvimento regional sustentável devem contemplar a heterogeneidade das comunidades de cada região, a fim de atender as prioridades dessas comunidades, para que suas especificidades sejam valorizadas na dinâmica econômica da região.

3.4 – AS AÇÕES PREVISTAS PARA A REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

Com base nos temas discutidos nas reuniões temáticas referentes às cinco dimensões da sustentabilidade: Econômico-Social, Científico-Tecnológica, Geoambiental, Político-Institucional e Histórico-Cultural, foram definidas as ações prioritárias para serem implementadas na Região Sudoeste da Bahia e foram reunidas em projetos estruturantes, produtivos e sociais.

Os projetos estruturantes são relacionados à implantação, recuperação ou ampliação da infra-estrutura a fim de viabilizar os demais projetos. Os projetos produtivos têm como característica principal a geração de bens e serviços, renda e

emprego e os projetos sociais são destinados ao atendimento das carências nas áreas sociais como saúde, educação, saneamento, cultura, dentre outros (Quadro 3.2).

No PDRS, são apresentadas as instituições e/ou organizações participantes da implementação dos projetos estruturantes, produtivos e sociais: UESB, FIEB, SENAI, SENAC, SEBRAE, BNB, BB, COELBA, EMBASA, CAR, CONDER, ONGs, MEC, EMBRAPA, UFBA, empresas privadas, prefeituras, associações, cooperativas, Poder Legislativo, Poder Judiciário, sindicatos de produtores e trabalhadores rurais. As instituições e/ou organizações parceiras e co-financiadoras apresentadas no PDRS foram bancos oficiais e privados, governo federal, governo estadual, por meio das Secretarias de Estado, doações e financiamentos internacionais (CAR, 1999).

A articulação entre atores sociais de instituições públicas e privadas, bem como a integração entre diferentes escalas de governo, contribui para o sucesso na implementação de políticas ambientais, desde que motivada pela preocupação em atender as necessidades legítimas da sociedade, considerando o potencial ecológico no processo produtivo.

A etapa de interlocução entre atores sociais de diferentes segmentos é o momento no qual se tornam evidentes os conflitos de interesse e a tentativa de legitimidade e captação - etapas próprias do processo discursivo – nas posições assumidas pelos atores sociais envolvidos na elaboração dessas políticas e/ou programas.

A preocupação com a competitividade, própria do mercado globalizado, não deve suplantar a busca por alternativas produtivas que valorizem as comunidades locais, o potencial ecológico e cultural na Região. A busca pelo desenvolvimento sustentável numa perspectiva conservadora, na qual a defesa pela competitividade expressa a valorização da dimensão econômica em detrimento das dimensões social, espacial, cultural e ecológica, revela o sentido da sustentabilidade predominante no contexto da globalização.

QUADRO 3.2 – PROJETOS SELECIONADOS E AÇÕES PREVISTAS PARA A REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA, VOLTADAS PARA A SUSTENTABILIDADE.

PROJETOS SELECIONADOS		AÇÕES PREVISTAS NO PDRS
Projetos Estruturantes	Promoção de investimentos Industrial e Agroindustrial	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um banco de informações de negócios para orientar as oportunidades de investimentos industriais; • Adequação e difusão de tecnologias modernas de extração e beneficiamento mineral; • Identificação de investimentos agroindustriais e industriais; • Crédito para instalação da infra-estrutura do sistema industrial; • Instalação de incubadora de empresas agroindustriais e industriais; • Capacitação e treinamento de mão-de-obra agroindustrial e industrial.
	Desenvolvimento do Turismo Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação de oportunidades de investimentos em infra-estrutura turística; • Integração da Região nos programas federal e estadual de turismo; • Capacitação de mão-de-obra em turismo; • Implementação de ações de promoção do turismo ecológico, rural e de eventos.
	Fortalecimento do Associativismo e Reestruturação do Cooperativismo	<ul style="list-style-type: none"> • Mapeamento e avaliação do sistema associativista regional; • Modernização gerencial e administrativa das associações e cooperativas; • Formação e capacitação em associativismo
	Conservação e Monitoramento Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação das áreas de nascentes e matas ciliares; • Implantação de unidades de conservação; • Cadastramento de usuários, monitoramento e fiscalização do uso dos recursos hídricos, minerais e florestais; • Ampliação da rede de estações agroclimatológicas; • Estudos fitossociológicos e dendrológicos dos distintos biomas; • Reequipar o NEAG/UESB (Núcleo de Estudos Ambientais e Geoprocessamento).
	Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Educação, informação e comunicação sobre questões ambientais; • Formação de banco de dados ambientais da Região; • Instrumentalização dos órgãos regionais de controle ambiental.
	Tecnologia de Ponta	<ul style="list-style-type: none"> • Identificação dos genes responsáveis pela resistência às principais pragas e doenças da agricultura regional; • Desenvolvimento de organismos geneticamente modificados, resistentes às principais pragas e doenças da agricultura regional; • Imunologia animal e promoção do uso de espécies subutilizadas; • Desenvolvimento de bioinseticidas; • Pesquisa de conservação de solos (vermicompostagem, adubação verde, compostagem, adubação orgânica, rotação de culturas)
	Desenvolvimento de Tecnologias para Conservação e Uso Racional dos Recursos Naturais	<ul style="list-style-type: none"> • Difusão da tecnologia de energia eólica; • Transferência de tecnologias de tratamento de efluentes líquidos; • Desenvolvimento e difusão de tecnologias de aproveitamento econômico-ecológico de subprodutos e de recuperação ambiental
	Reformulação e Adequação das Instituições Públicas	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar a estrutura física e operacional dos órgãos das esferas federal e estadual, no âmbito da Região; • Desenvolver no âmbito das prefeituras um programa de modernização que incorpore a legislação moderna; • Introdução no âmbito da gestão municipal os órgãos colegiados da sociedade civil; • Estruturar e operar um programa de capacitação com conteúdos oriundos do processo de mudanças institucionais
	Transporte e Armazenagem	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação de porto seco em Vit. da Conquista, de mercados de produtores, centrais de abastecimento e comercialização.; melhoria de rodovias e recuperação de terminais rodoviários e aeroviários; e

Capítulo 3 - Programa de Desenvolvimento Sustentável - Região Sudoeste da Bahia 81

Continuação (Quadro 3.2)

	Energia e Telecomunicação	<ul style="list-style-type: none"> • Extensão de rede de distribuição de energia elétrica para áreas urbanas e rurais e de telefonia fixa e móvel • Difusão e implantação de outras formas alternativas de energia e de novos sistemas de telecomunicações.
	Ordenamento do Espaço Urbano	<ul style="list-style-type: none"> • Estudos e pesquisas orientados para o desenvolvimento urbano; • Elaboração e implantação de Planos Diretores Urbanos; • Capacitação de recursos humanos na área de Desenvolvimento e legislação urbana.
Projetos Produtivos	Reestruturação, e Integração da Bovinocultura de Corte e Leite	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação e difusão de tecnologias para bovinocultura; • Capacitação e treinamento de produtores e trabalhadores em bovinocultura; • Crédito para inovações tecnológicas em bovinocultura.
	Modernização e Competitividade das <i>Commodities</i> Agrícolas Cacau e Café	<ul style="list-style-type: none"> • Adequação e difusão de tecnologias para a cultura do café e para a consolidação do controle de pragas e doenças do cacau; • Capacitação e treinamento de produtores e trabalhadores nas atividades de cafeicultura e cacaicultura.
	Diversificação Agropecuária	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação, de acordo com os geoambientes da Região, de criações como caprino-ovinocultura, suinocultura, avicultura, apicultura e piscicultura; de lavouras alimentares como mandioca, feijão e milho; lavouras exóticas como pupunha, macadâmia, ervas aromáticas e medicinais; olericultura; fruteiras de clima temperado como caqui, morango, marmelo, pêssego, uva, nêspera e figo e floricultura.
Projetos Sociais	Assentamentos Humanos	<ul style="list-style-type: none"> • Ordenamento do espaço urbano através da elaboração de planos diretores; • Redefinição do uso do espaço rural para implantação de sistemas de saneamento básico; • Construção e melhoria habitacional.
	Expansão dos Serviços de Educação e Saúde	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do Programa de Alfabetização de jovens e adultos; • Apoio e ampliação do Pró-Ler, do Aja-Bahia e da Alfabetização Solidária; • Implantação de bibliotecas e ampliação de escolas rurais do Ensino Fundamental e Médio e Educação à distância; implantação de novos cursos de graduação e pós-graduação na UESB; • Apoio à qualificação profissional de educadores. • Implantação/Ampliação da bolsa-escola para alunos carentes; • Ampliação das Redes de atendimento primário à saúde para atendimento das áreas urbanas e rurais e de sistema de cadastro e acompanhamento das ações de saúde e capacitação de equipes técnicas na gestão de saúde; • Realização de campanhas de combate às drogas, planejamento familiar e doenças sexualmente transmissíveis; Prevenção à saúde da mulher.
	Promoção da Cultura e Cidadania	<ul style="list-style-type: none"> • Democratização do acesso à comunicação e à informação; • Ampliação das oportunidades de educação e do acesso da população aos bens culturais
	Integração dos Grupos Humanos Excluídos do Desenvolvimento Regional	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliação do Programa de Renda Mínima ao universo das famílias carentes e desenvolvimento de programas de geração de renda; • Estimular formas de organização que viabilizem as políticas públicas para este segmento da população.
	Identificação e Catalogação do Patrimônio Histórico-Cultural	<ul style="list-style-type: none"> • Registrar os elementos culturais identificados com a Região, nas esferas arquitetônica, literária e folclórica; • Desenvolver um programa de divulgação e <i>marketing</i> da cultura regional
	Serviços Básicos de Água e Saneamento	<ul style="list-style-type: none"> • Implantação e Ampliação de sistemas de abastecimento de água em áreas urbana e rural, de esgotamento sanitário e de tratamento de resíduos sólidos

Fonte: CAR, 1999.

Analisando a relação do pequeno agricultor com demais os agregados da cadeia produtiva: insumos, comercialização e agroindústria, estudos comprovam que aproximadamente 23% do valor de seu produto já está destinado para cobrir despesas com insumos; 27% do valor do produto é apropriado pelo agregado de comercialização em feiras, supermercados e o agregado de agroindustrialização retém 35% do valor do produto (GIOVENARDI, 2003). Desse modo, é possível constatar que o produtor não tem capacidade de gerar riqueza porque 85% do valor do seu produto se acumula nos agregados para trás e para frente.

O pequeno produtor rural está fora do processo de negociação dos preços e se submete à imposição dos representantes dos demais agregados do complexo rural. Assim, o que recebe pelo seu produto não é suficiente para poupar e reinvestir em sua propriedade. Desse modo, as dificuldades enfrentadas pelos produtores rurais, no processo produtivo, principalmente da agricultura familiar, também devem ser discutidas assim como a elevada concentração fundiária.

A agroindústria é a atividade que transforma o produto agropecuário “in natura” ou já processado. É o ponto de maior acumulação de valor na cadeia produtiva porque seu produto tem maior valor agregado. Nesse sentido, Giovenardi (2003, p. 42) destaca que “o agregado agroindustrial pode impulsionar a produtividade da unidade produtiva rural e a renda média do agricultor porque lhe assegura uma produção contínua”.

Quanto às limitações do crescimento em razão das restrições das políticas de crédito agrícola e rural, cabe ressaltar que os programas de desenvolvimento rural têm fracassado por não considerarem a realidade socioambiental local, a transferência de valor e a acumulação por pequenos grupos que dominam os agregados de insumos, comercialização e agroindustrial.

O pequeno produtor fica condenado a participar do complexo rural somente como fornecedor de matérias-primas e se endividando com os bancos, já que o custo de produção e os valores que recebem por seus produtos não são suficientes para o

pagamento dos empréstimos junto aos bancos oficiais que dispõem de linhas de crédito agrícola. É necessário desenvolver políticas em que os pequenos produtores rurais sejam capazes de reter maior parte do valor agregado para aumentar sua renda e melhorar suas condições de vida.

Giovenardi (2003) ressalta que para criar competitividade no agregado de produção, o produtor tem que entrar nas estruturas de geração e retenção de riquezas para vencer as estruturas de pobreza e aponta os caminhos para essa mudança: o Estado e as instituições que atuam no setor rural devem tratar o agricultor como um profissional do campo inserindo-o nas discussões sobre as realidades econômicas, ecológicas, sociais, políticas, culturais; reconhecer que maiores informações quanto à complexidade dessas relações por parte do agricultor facilitaria a tomada de decisões; os programas de desenvolvimento rural devem propiciar investimentos de poupança, para que possam investir no agregado de produção e também nos agregados de comercialização e agroindústria, como atividades complementares, através de linhas de crédito mais compatíveis com a realidade do agricultor.

A inserção do pequeno produtor rural no agregado agroindustrial permitirá promover acréscimos prolongados à sua renda e deve partir de unidades menores como uma estratégia para o desenvolvimento rural, por meio da agroindústria associativa, na qual os agricultores se organizam para realizarem o processamento de algum produto agropecuário produzido por eles, com nível tecnológico mais simplificado, organizações de menor porte e com sistema de gerenciamento mais simples que as cooperativas tradicionais, conforme aponta Calzavara et al.(2004).

A agroindústria associativa representa uma vantagem para os agricultores na medida em que garante a comercialização do produto, a melhoria da qualidade de vida e o incentivo à co-responsabilidade na agricultura familiar ao se organizarem para o processamento do produto agropecuário com tecnologia simplificada e organizações mais simples que as cooperativas tradicionais. A valorização da realidade socioambiental garante a multidimensionalidade da sustentabilidade.

A implementação de unidades menores de processamento dos produtos permitirá a valorização de culturas locais, o respeito às especificidades dos ecossistemas, a inserção do associativismo entre os pequenos produtores e favorecerá o atendimento a nichos de mercado.

Muitos agricultores têm buscado o aumento da produção e do rendimento dos seus produtos por meio de um sistema de produção que melhor se adapte à suas condições ecológicas e sócio-econômicas. Os pequenos produtores rurais têm se associado para oferecer produtos naturais no mercado. Os agricultores que adotam práticas de gestão dos recursos naturais sem o uso de agrotóxicos contribuem para a sustentabilidade dos recursos naturais, para a preservação da saúde e qualidade de vida do consumidor (BRANDENBURG, 2004). O caráter incipiente de pesquisas voltadas para a agroecologia nos centros vinculados ao Estado, tem sido uma grande dificuldade na implementação da agricultura orgânica que viabiliza novas relações com a natureza assim como novas relações sociais.

As políticas de desenvolvimento rural devem considerar o campo como espaço de múltiplas atividades e funções, contribuindo para a maior equidade social. Nesse sentido, Souza e Grossi (2004) destacam que “a estratégia para o desenvolvimento rural pode estar orientada para o apoio às comunidades rurais e aos agricultores visando à diversificação da atividade econômica e o acesso adequado a tecnologias e serviços”.

A incorporação de atividades não-agrícolas como agroturismo, moradia rural, áreas de preservação ambiental, requalificação profissional e artesanato, dentre outras que caracterizam a chamada pluriatividade no campo, tem contribuído para o aumento da renda do pequeno produtor rural (CALZAVARA et al., 2004).

Calzavara et al. (2004) apontam como caminho para o desenvolvimento rural regional sustentável a potencialização dos indícios de sustentabilidade, caracterizados pelo desenvolvimento por parte de alguns agricultores e algumas organizações de

soluções criativas de ordem agroecológica-econômica-cultural, fundadas na realidade socioambiental regional.

A busca pela autogestão da produção voltada para atender as necessidades locais depende da libertação dos ditames do mercado global competitivo que homogeneiza a produção desvalorizando a cultura local e impedindo a participação dos pequenos produtores de forma equilibrada nos diferentes agregados do complexo rural.

Deve-se destacar a participação do Estado como mediador dos interesses dos pequenos produtores rurais no processo de implementação de programas de desenvolvimento sustentável, para que os objetivos de grupos econômicos do complexo produtivo rural não se sobreponham aos objetivos dos pequenos produtores rurais, justificando decisões somente comunicadas aos demais segmentos da sociedade.

A valorização da produção rural tomando-se por base da realidade socioambiental regional deve ser prioridade nos programas de desenvolvimento sustentável. Cabe ressaltar a importância de identificar a relação entre a sociedade e a natureza na região, que se processou historicamente e que conferiu singularidade cultural, a fim de apontar caminhos para um desenvolvimento fundado na autogestão da produção respeitando as especificidades de cada ecossistema e contribuindo para o fortalecimento dos interesses das comunidades da Região.

CAPÍTULO 4

O DISCURSO E A SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

4.0 – O DISCURSO E A SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

4.1 – O DISCURSO AMBIENTAL DEFENDIDO PELOS AGENTES DO ESTADO, AGENTES ECONÔMICOS E GRUPOS SOCIAIS DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA

A partir do sistema de codificação com unidades de sentido referentes ao discurso ambiental dos atores regionais (Apêndice A), foram identificadas as posições assumidas pelos atores regionais acerca da relação sociedade-natureza, dos objetivos na busca por uma sociedade sustentável e de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e atuação dos grupos sociais, a fim de analisar a concepção de sustentabilidade defendida. As unidades de sentido referentes às ações voltadas para a sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia; relação entre investimentos públicos e privados e investimentos voltados para o desenvolvimento rural e urbano, permitiram estabelecer a relação entre o discurso e as estratégias de sustentabilidade na Região.

As posições assumidas pelos atores regionais se diferenciam de acordo com o lugar institucional onde o discurso ambiental encontra sua origem e seu ponto de aplicação. A investigação sobre as unidades de sentido referentes à relação sociedade-natureza revela que 60% dos atores regionais, envolvendo os que têm vínculo com órgãos governamentais, que atuam como representantes do poder público municipal ou da iniciativa privada, mencionaram a exploração predatória como a característica predominante na relação sociedade-natureza na Região, porém sem vincular diretamente às características do processo produtivo (Figura 4.1), enquanto 33% dos atores regionais destacaram que essa relação se caracteriza pela utilização da natureza como objeto de acumulação e 2% apontam a visão individualista/consumista dos atores regionais.

Esse percentual de 35% se refere predominantemente aos atores regionais

vinculados à instituição de ensino, pesquisa e extensão que têm discutido sobre as características do processo produtivo no qual se utiliza a natureza como objeto de apropriação e acumulação em detrimento das condições ecológicas e das necessidades reais da sociedade regional, assim como pelos representantes da sociedade civil organizada que têm questionado a degradação ambiental proveniente da busca pelo lucro rápido. Atores regionais vinculados a órgãos públicos que atuam com pequenos produtores atribuem à exploração para sobrevivência (5%) a relação entre sociedade e natureza predominante na Região.

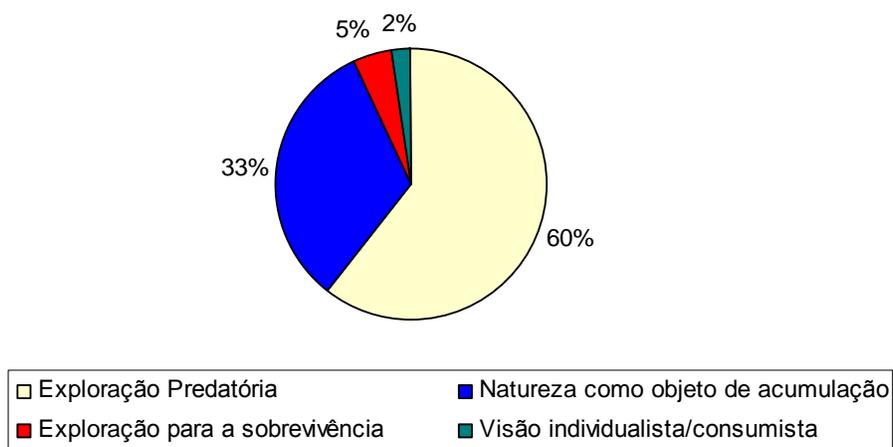


Figura 4.1 – Unidades de sentido referentes à relação sociedade-natureza na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005).

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

As unidades de sentido apresentadas revelaram que os diferentes posicionamentos dos atores regionais estão diretamente vinculados ao lugar de onde vêm as enunciações repercutindo nas decisões políticas dos governos e nas práticas cotidianas na medida em que não considerar o processo produtivo predominante na Região como responsável pelos problemas ambientais por parte de 60% dos atores regionais resulta em não buscar alternativas produtivas que atendam aos objetivos sociais, econômicos e ecológicos.

Os atores regionais que defenderam a preservação de determinadas áreas sem contestar as práticas produtivas predatórias que são incompatíveis com a realidade social e ecológica regional explicitaram em seus enunciados a ideologia predominante, na qual os problemas ambientais são discutidos de forma dissociada do processo de desenvolvimento tradicional.

Dentre os objetivos na busca por uma sociedade sustentável apresentados pelos atores regionais a igualdade social e melhoria das condições de vida representam 29% do total, dentre os quais se destacam os representantes de associações, cooperativas e ONG (Figura 4.2). Essa unidade de sentido faz referência à valorização das necessidades das comunidades e de alternativas locais de produção.

A garantia de trabalho, renda e diversificação produtiva foram apontadas por 26% dos atores entrevistados como objetivo para se atingir na busca por uma sociedade sustentável. Entretanto, nessa unidade de sentido, a defesa em “garantir a melhoria dos rendimentos para atender às exigências internacionais”, por parte de representação do poder público, revelou a desvalorização com os interesses da sociedade regional. O interesse pela competitividade internacional revelou traços do tecnocentrismo/antropocentrismo no qual o desenvolvimento tradicional predomina buscando atender primordialmente aos interesses econômicos como justificativa para um posterior bem-estar coletivo.

A defesa pelo desenvolvimento sustentável no qual privilegia a competitividade internacional expressa a forma como os discursos são submetidos ao controle após sua manifestação conforme aponta Foucault (1999). O discurso proferido por parte de representação do poder público e presente no documento que trata do PDRS revelou a forma como o discurso pode se investir em decisões e práticas em territórios no âmbito regional por parte de um determinado grupo de atores sociais.

Desse modo, os enunciados referentes à sustentabilidade regional apresentaram sentidos diferentes em função do grupo social e dos interesses envolvidos na defesa da

Sustentabilidade.

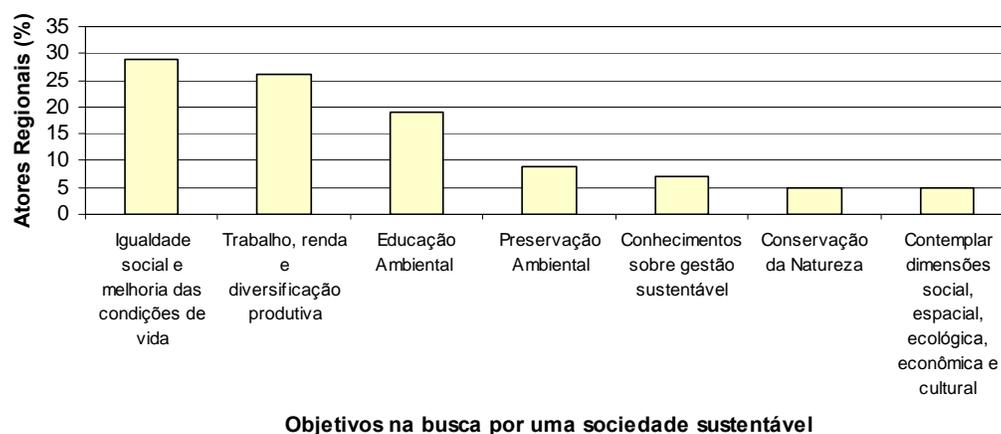


Figura 4.2 – Unidades de sentido referentes à sociedade sustentável apresentadas pelos atores regionais na Região Sudoeste da Bahia.

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

A educação ambiental é considerada uma importante estratégia na busca por uma sociedade sustentável por 19% dos atores regionais, demonstrando preocupação com a formação de valores, habilidades e atitudes que contribuam para a formação de uma sociedade sustentável.

A defesa pela preservação ambiental apontada por 9% dos atores regionais, predominantemente composta por representantes da iniciativa privada, os quais não mencionaram a conservação ambiental, revela a preocupação em definir áreas de preservação somente para atender à legislação sem que o processo produtivo predominante seja modificado. Os enunciados referentes à preservação ambiental revelaram traços do biocentrismo/ preservacionismo no qual a única forma de proteger a natureza seria afastá-la do homem por meio de ilhas onde este pudesse admirá-la, mas

que também atende ao objetivo de desviar a atenção da continuidade de práticas predatórias em outras áreas.

Representantes do poder legislativo, entidade financeira e órgão ambiental estatal totalizando 7% dos atores regionais consideraram o conhecimento sobre gestão sustentável o objetivo principal para se atingir na busca por uma sociedade sustentável por. Esses atores destacaram a necessidade de aproximação entre a Universidade e a comunidade a fim de buscar alternativas sustentáveis para as comunidades da Região. A construção de conhecimentos acerca da gestão sustentável constitui uma importante estratégia na transição para uma sociedade sustentável, entretanto, tem mobilizado poucos pesquisadores da Região para esse objetivo.

A preocupação com a conservação da natureza foi observada em 5% dos atores regionais pertencentes a órgãos governamentais. A defesa por uma sociedade sustentável considerando as dimensões social, espacial, ecológica, econômica e cultural foi observada em 5% dos atores regionais de instituição de ensino pesquisa e extensão.

Os atores regionais pertencentes à instituição de ensino, pesquisa e extensão defendem a abordagem emancipatória da sustentabilidade, na qual se buscam formas compatíveis com o equilíbrio sociedade-natureza e consideram não apenas o nível biológico ou o nível econômico, mas também a necessidade de atender às aspirações sociais, valorizando a dimensão cultural, revelou que a concepção de sustentabilidade numa perspectiva multidimensional ainda é restrita a poucos atores regionais e, predomina a defesa pela sustentabilidade econômica para se atingir a sustentabilidade social, conforme apresentado no documento que trata do PDRS Sudoeste da Bahia, com repercussões nas ações propostas e efetivadas na Região.

A investigação sobre as unidades de sentido referentes às políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e atuação dos grupos sociais na Região Sudoeste da Bahia permitiu identificar a concepção que diferentes atores regionais defendem e revelou a forma como essas políticas têm se efetivado na Região (Quadro 4.1).

A participação dos atores regionais nos projetos desenvolvidos na Região voltados para a sustentabilidade foi considerada frágil, haja vista a pouca participação na elaboração e implementação dos projetos apresentados nos relatórios do governo estadual. Os atores vinculados aos órgãos governamentais atribuíram a fraca participação da sociedade ao desinteresse pelas ações voltadas para a sustentabilidade na Região. Porém, depoimentos dos atores vinculados à instituição Pública de Ensino, Pesquisa e Extensão revelam que houve pouca mobilização da sociedade por parte de representantes do poder público estadual para maior participação na elaboração de projetos e implementação de ações na Região.

QUADRO 4.1 – Unidades de sentido referentes às políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e atuação dos grupos sociais na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005).

UNIDADES DE SENTIDO	ATORES REGIONAIS				
	Órgãos Governamentais	Instituição pública de Ensino, Pesquisa e Extensão	Representantes do poder público municipal	Sociedade Civil Organizada	Iniciativa Privada/Entidade Privada
Sociedade não participa dos projetos					
Projetos verticalizados e para atender a interesses de grupos políticos e/ou econômicos					
Atuação isolada das instituições					
Descontinuidade dos projetos					

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

O depoimento dos atores da sociedade civil organizada e de instituição pública de Ensino, Pesquisa e Extensão sobre a implementação de projetos verticalizados para atender a interesses de grupos políticos e/ou econômicos revela que ainda tem se efetivado a ação governamental de cima para baixo e predomina a ideologia da competência (CHAUÍ, 2006) na qual se acredita que as secretarias de governo dispõem de conhecimentos para decidir sobre a realidade regional sem a participação da

sociedade que poderia defender seus interesses e necessidades. As estratégias de legitimação e credibilidade (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006) se expressam no discurso na medida em que ao difundir a concepção de que as Secretarias têm autoridade para tomar as decisões que afetarão o cotidiano dos atores regionais, minimizam a participação desses atores nas decisões.

A força que ainda se dá ao mercado como força reguladora do desenvolvimento – característica de uma abordagem econômico-liberal do desenvolvimento sustentável (FREY, 2001), teve repercussão na tomada de decisões, por parte do governo estadual no período de 2000 a 2005, com o aval de grupos políticos e econômicos.

A sustentabilidade política e social (SACHS, 2007) são garantidas pelo conhecimento da realidade socioambiental, no qual as demandas sociais são atendidas, o que revela as dificuldades enfrentadas na Região no que se refere à participação legítima da sociedade na elaboração e implementação de projetos voltados para o desenvolvimento sustentável haja vista que esses projetos têm sido considerados incompatíveis com a realidade local.

A falta de autonomia também representa a fragilidade da sociedade na medida em que muitos recursos têm seu objetivo desvirtuado, conforme depoimentos dos atores, enfraquecendo o poder de iniciativa da sociedade regional. Os depoimentos dos atores revelaram que a participação da população no Programa teve por objetivo legitimar interesses de pequenos grupos. Desse modo, predominou na Região a democracia representativa (LEFF, 2006a) que, ao contrário da democracia participativa, buscou unificar os interesses dos atores regionais sem atender às necessidades legítimas da sociedade regional.

A atuação isolada das instituições foi apontada por representantes do poder público municipal e pela iniciativa privada/entidade privada como uma característica marcante na elaboração e implementação de projetos voltados para a sustentabilidade da Região Sudoeste da Bahia. Os depoimentos revelaram a existência de ações

desarticuladas por parte das secretarias e entre interlocutores da área pública e privada. A gestão integrada e descentralizada prevista no documento que trata do PDRS não foi valorizada na implementação de ações. A forte diferenciação funcional e falta de uma cooperação intersetorial contribuíram para a atuação isolada das instituições na Região. Poucas parcerias têm se efetivado conforme análise sobre as ações voltadas para a sustentabilidade na Região.

Uma característica marcante na implementação de políticas públicas voltadas para a sustentabilidade por parte dos órgãos governamentais que executaram ações do governo do Estado no período de 2000 a 2005 foi a descontinuidade dos projetos. Muitos tiveram seus objetivos alterados e a disponibilidade de recursos reduzida em virtude de interesses políticos.

A análise sobre as unidades de sentido referentes à sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia revela que apesar do discurso da sustentabilidade se apresentar como alternativa ao modelo produtivo, predominou a fragilidade quanto à busca para se atingir os objetivos sociais e ecológicos haja vista a valorização dos objetivos econômicos na implementação de políticas para a Região, particularmente no período de 2000 a 2005.

4.2 – A RELAÇÃO ENTRE O DISCURSO DEFENDIDO E AS ESTRATÉGIAS DE SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO

Dentre mudanças apontadas pelos atores regionais na Região Sudoeste da Bahia teve destaque no município de Itapetinga o projeto municipal de despoluição/revitalização do Rio Catolé, pertencente à Bacia do Rio Pardo, que teve início em 2002 com a finalidade de tratar o esgoto doméstico e industrial. O projeto é um instrumento de gestão ambiental por meio da intervenção direta do poder público municipal como resultado das discussões realizadas no município com representantes da sociedade civil, da iniciativa privada e do poder público municipal no

período da elaboração do PDRS, conforme depoimentos dos atores regionais. Indústrias instaladas na sede do município iniciaram o tratamento de efluentes a fim de evitar a poluição do Rio Catolé. Entretanto, não há um consórcio dos municípios dessa Bacia o que viabilizaria a discussão sobre o uso da água a montante e a jusante da cidade de Itapetinga a fim de implementar um planejamento integrado da Bacia do Rio Catolé.

A redução do uso de agrotóxicos por produtores agrícolas da Região foi mencionada por 14% dos atores regionais que participaram da elaboração do PDRS (Figura 4.3). A preocupação com a preservação da vegetação nativa em áreas de nascentes; com o plantio em curvas de nível, que contribui para a redução da erosão nas áreas em declive, e a redução do desmatamento na Região não foram significativos se considerados separadamente e comparados com as demais mudanças mencionadas pelos atores regionais.

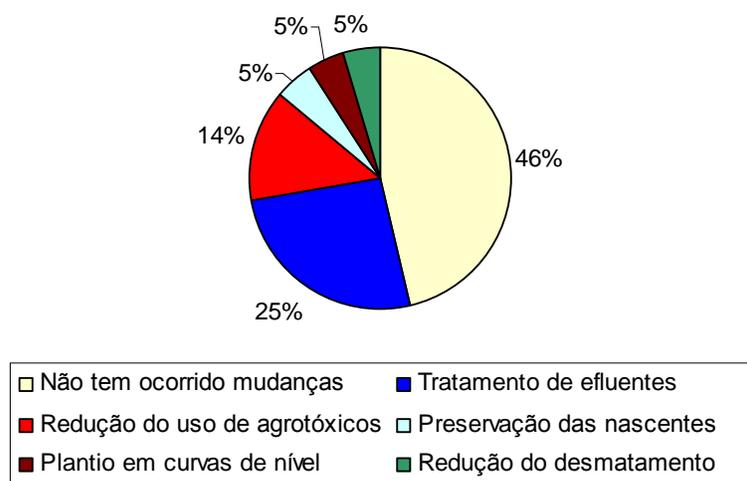


Figura 4.3 – Mudanças apontadas pelos atores regionais referentes à relação sociedade-natureza na Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005.

Fonte: Trabalho de campo – 2008

As dificuldades em buscar práticas produtivas compatíveis com as necessidades sociais e o potencial ecológico da Região foram influenciadas predominantemente pelo auto-interesse, falta de políticas públicas efetivas, falta de fiscalização, falta de ações

que promovam a Educação Ambiental e ainda falta de conhecimento sobre conservação ambiental, conforme apresentado na figura 4.4.

A Educação Ambiental deve permitir a criação espaços de discussões sobre valores sociais e políticos compatíveis com a gestão sustentável que deve ter por fundamento a participação social e valorização da realidade socioambiental na elaboração e implementação de projetos.

A universidade deve assumir o compromisso em construir conhecimentos acerca da gestão sustentável por meio do diálogo com a sociedade civil organizada e com os órgãos governamentais bem como formar grupos interdisciplinares ao buscar alternativas para a problemática ambiental a partir de vários enfoques.

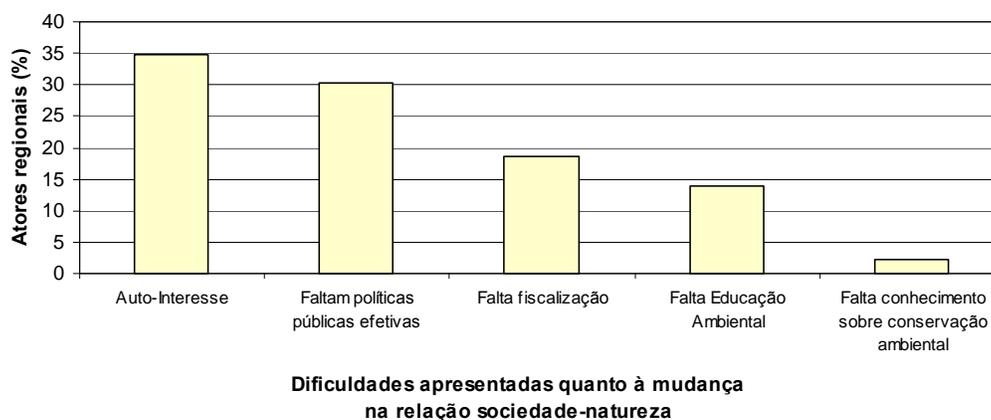


Figura 4.4 – Dificuldades referentes à mudança na relação sociedade-natureza na região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005, apontadas pelos atores regionais.

Fonte: Trabalho de campo - 2008

O Estado deve garantir apoio para que as políticas públicas se tornem efetivas, assim como viabilizar o acesso a conhecimentos que contribuam para a melhoria das condições de vida e de práticas produtivas compatíveis com a realidade socioambiental.

O documento que trata do PDRS Sudoeste da Bahia destaca que:

[...] conhecer projetos que foram indicados após um conjunto de reuniões temáticas com atores sociais regionais tem se constituído um aporte significativo para os programadores e planejadores das Secretarias Setoriais e seus órgãos executores, que podem utilizar esse conhecimento como critério, quando houver necessidade de hierarquizar e/ou priorizar projetos, partindo-se do aspecto real de que as sugestões são da própria comunidade (CAR, 1999, p.252).

Nos orçamentos do governo do Estado da Bahia nos anos de 2001 a 2005 estava prevista a aplicação de recursos com o objetivo de “promover o desenvolvimento sustentável da economia, através da diversificação da estrutura produtiva regional” (BAHIA, 2003, p. 1213). O PDRS Sudoeste da Bahia destaca que “caberá a cada unidade setorial o detalhamento dos projetos, com vistas à montagem das propostas orçamentárias anuais, na medida em que eles já estejam no Plano Plurianual”.

O Plano Plurianual - PPA de 2000 a 2003, que estabelece as diretrizes de ação do governo do Estado, previa a aplicação de 63,5 % dos recursos extra-orçamentários (recursos da União, municípios, iniciativa privada e outros, que representavam 72 % do total de recursos do PPA) para promover a expansão das atividades produtivas com o objetivo de atrair empresas e promover o avanço científico e tecnológico; turismo, comércio, serviços e exportações; desenvolvimento e modernização da agropecuária (Anexo B). Do total de recursos previstos para o Estado no PPA de 2004 a 2007, 62,4% dos recursos orçamentários e extra-orçamentários foram destinados à “internacionalização da Bahia” - por meio do fluxo de bens e serviços e fortalecimento das empresas e produtos – e ao adensamento da matriz econômica e fortalecimento tecnológico.

Na distribuição de recursos do PPA 2000-2003 e PPA 2004-2007, foram considerados prioritários os chamados eixos de desenvolvimento do Estado nos quais a economia se apresentava mais dinâmica em virtude da atividade industrial, agroindústria voltada para exportação e do turismo como os eixos Metropolitano, São Francisco e Chapada. A Região Sudoeste pertencente ao eixo Planalto recebeu poucos

recursos em comparação com os eixos de desenvolvimento que têm atendido aos objetivos econômicos do Estado.

Dentre as ações governamentais voltadas para a sustentabilidade na Região apresentadas em relatórios oficiais, referentes à dimensão geoambiental, foi apresentada a ampliação do sistema de esgotamento sanitário e gerenciamento de resíduos sólidos por meio da implantação de aterros sanitários nos municípios da Região no período de 2003 a 2005. Para execução das obras foi feita parceria entre a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SEMARH e a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, vinculada estruturalmente à Secretaria de Desenvolvimento Urbano - SEDUR.

No ano de 2005, a SEMARH prestou assistência técnica aos agricultores dos municípios de Itaquara e Jaguaquara e implantou viveiro florestal para produção de mudas a fim de atender aos subprojetos do Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF Florestal, voltados para o plantio de espécies nativas e implantação de sistemas agroflorestais.

No âmbito do Programa Florestal Estadual, muito criticado pelos atores regionais, os municípios de Barra do Choça, Ribeirão do Largo, Anagé e Encruzilhada receberam mudas de eucalipto no ano de 2004 e foi assinado em 2005 protocolo de cooperação entre a SEMARH e a prefeitura de Cândido Sales para o plantio de eucalipto o qual resultou em maior intensidade do desmatamento na Região, devido ao fato dos agricultores terem começado a retirar a mata nativa para produção do carvão e, em seguida, fazer o plantio do eucalipto, conforme depoimento dos atores regionais.

Segundo relatórios do governo do Estado, os projetos implementados pelas Secretarias de Estado nos anos de 2004 e 2005 apresentaram ações voltadas para o desenvolvimento sustentável (Figura 4.5). Dentre os programas apresentados nos relatórios do governo estadual está o programa de crédito fundiário desenvolvido pela Secretaria de Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária – SEAGRI, e SEPLAN/CAR

com recursos do Banco Mundial e teve por objetivo a compra de terras e assentamentos de famílias, bem como a “capacitação dos beneficiários mediante a difusão de novos conhecimentos e tecnologias adaptadas, relacionados à agroecologia, desenvolvimento sustentável, manejo e conservação dos solos [...]” (BAHIA, 2004).

O projeto Crédito Fundiário de Combate à Pobreza Rural foi criado em 2000 e preservou as intenções originais do programa Cédula da terra, mas determinou a alienação fiduciária do imóvel financiado. Martins (2004) destaca que a “reforma agrária de mercado” implementada pelo governo brasileiro, sob orientação do Banco Mundial, tem sido caracterizada pelo estímulo à realização de transações de compra e venda da terra ao contrário da desapropriação de latifúndio improdutivo por interesse social, conforme previsto na Constituição.

O Banco da terra foi criado em 1999 destinado a financiar a aquisição de propriedades e infra-estrutura básica para trabalhadores sem terra e com terra insuficiente. Assim como a execução do programa Cédula da terra foi marcada por desvios de finalidade, fraudes na emissão de laudos técnicos, supervalorização de imóveis, dentre outros problemas, o Banco da terra não privilegiava os pequenos produtores nem consideravam a realidade do campo em suas proposições (MARTINS, 2004).

Dentre os problemas investigados sobre o Programa de Crédito Fundiário implementado no Brasil, Martins (2004) destaca que os beneficiários para garantir o acesso à terra acabam aceitando os preços inflacionados e os níveis de endividamento elevados; impera a ingerência política na seleção dos beneficiários do programa de compra e venda de terras; predomina a dificuldade dos beneficiários em saldar suas dívidas devido à falta de assistência técnica e da política agrícola desfavorável.

O depoimento de atores regionais sobre a ingerência política no desenvolvimento de ações a fim de atender a interesses políticos e econômicos confirma que a Região tem seguido a tendência brasileira quanto ao crédito para compra de terras.

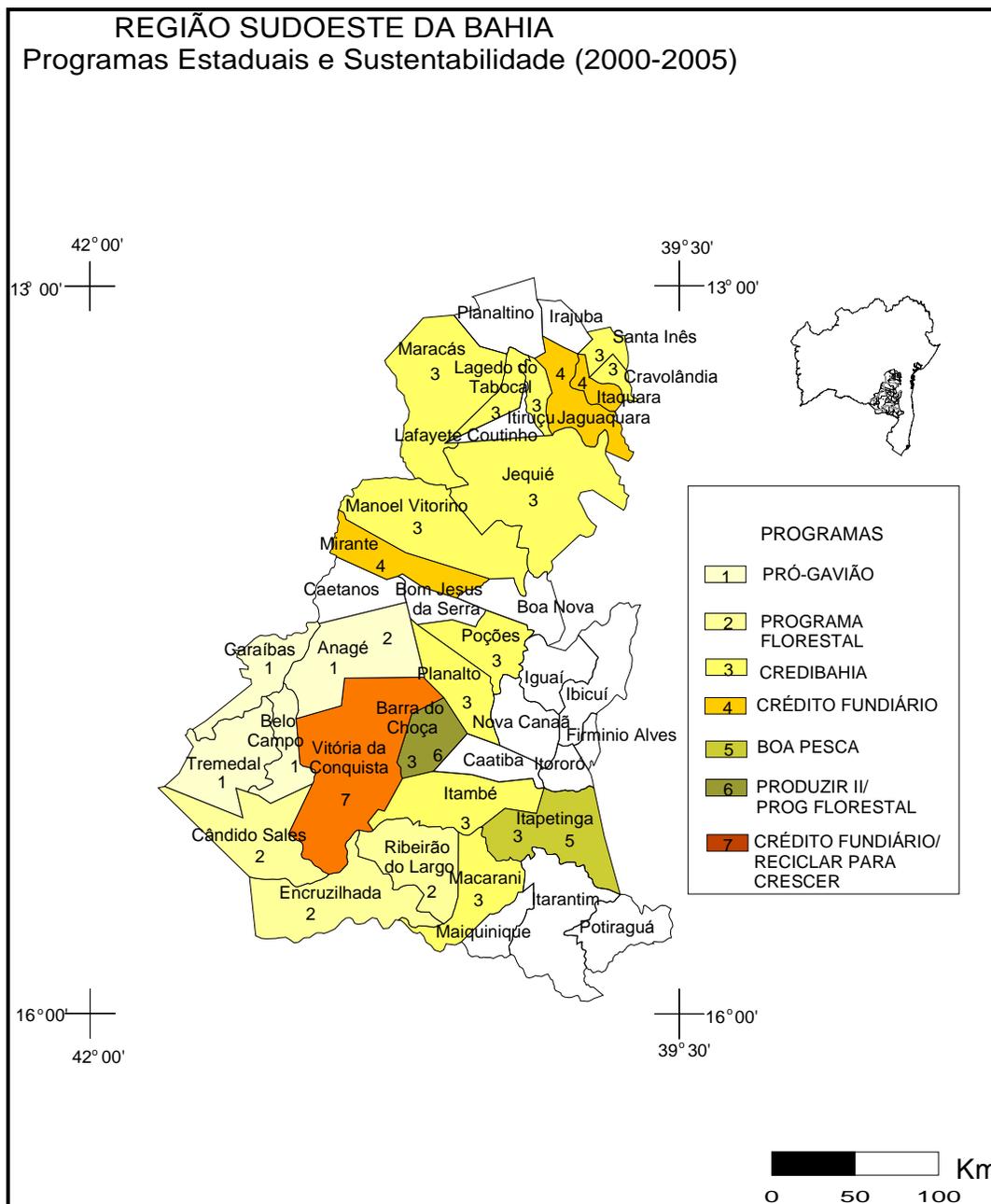


Figura 4.5 – Programas Estaduais e Sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005).

Fonte: Trabalho de campo, 2008. Base Digital da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/ Software Map Viewer 7.0. Elaboração: Cruz, Cláudia A. C. (2008).

O Programa Reciclar para Crescer, no qual foi implementada a unidade de coleta e triagem de resíduos sólidos em Vitória da Conquista, promovido pela Secretaria de

Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – SECOMP (atualmente Secretaria de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza - SEDES), teve por objetivo “fortalecer o exercício da cidadania, a promoção da educação ambiental e o desenvolvimento local sustentável” (BAHIA, 2004).

O Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza que teve início no Estado em 2003, por meio do Projeto Pecuária Familiar, promovido pela SECOMP, apoiou pequenos produtores rurais da Região entre 2003 e 2005 na implementação de projetos de criação de caprinos, ovinos e abelhas em parceria com a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

O Programa de Microcrédito do Estado da Bahia – Credibahia desenvolvido pela SETRAS, DESENBHIA e SEBRAE em parceria com as prefeituras municipais, teve como objetivo criar agências nos municípios de Jequié, Lajedo do Tabocal, Maracás e Poções no ano de 2003; em Itapetinga, Macarani, Planalto e Santa Inês no ano de 2004 e nos municípios de Barra do Choça, Cravolândia, Itambé, Itiruçu e Manoel Vitorino no ano de 2005. O Programa de microcrédito teve como objetivo “apoiar o desenvolvimento sustentável dos municípios baianos, mediante a concessão de crédito orientado para o crescimento e a consolidação dos empreendimentos de pequeno porte [...] estimulando a geração de ocupação e renda” (BAHIA, 2005).

O Pró-Gavião – Desenvolvimento comunitário da Região do Rio Gavião é um projeto da CAR, órgão ligado à SEPLANTEC em 1999, à SEPLAN de 2003 a 2005 e atualmente ligado à SEDIR. O Pró-Gavião é financiado desde 1997 pelo Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (50%), pelo governo do Estado (49%) e pelos beneficiários (1%). O projeto abrange os municípios situados às margens do Rio Gavião: Anagé, Belo Campo, Caraíbas e Tremedal na Região Sudoeste da Bahia e, fora da Região, mais nove municípios. Através desse Projeto foram aplicados recursos na construção de barragens, cisternas e crédito para pequenos produtores (BAHIA, 2003).

As ações do Pró-Gavião desenvolvidas no ano de 2005 se pautaram, segundo

relatório do Governo, na efetiva participação dos beneficiados; na observância da perspectiva de gênero; no aumento da renda obtida com a atividade agropecuária e a pequena indústria e na sustentabilidade ambiental como mecanismo do desenvolvimento local (BAHIA, 2005). Entretanto, faltou priorizar a proteção de aguadas e incentivar a produção de produtos regionais como o umbu nos municípios atendidos pelo Pró-Gavião, conforme depoimentos de atores regionais. Os atores regionais ressaltaram ainda que faltou priorizar no Programa a construção de um abatedouro para caprinos e ovinos visando atender às associações nos municípios, o que poderia agregar valor ao produto, aumentar a renda e melhorar as condições de vida dos pequenos produtores.

Na execução das ações governamentais predominou, no período em análise, a desarticulação das ações desenvolvidas pela SECOMP, SEMARH, SETRAS, SEPLAN e SEAGRI o que confirma os depoimentos dos atores regionais ao apontarem a falta de integração entre os diferentes setores do governo. As ações desenvolvidas com o apoio da UESB tiveram maior sucesso, mas essa parceria entre a universidade e a comunidade foi e continua sendo restrita a poucas áreas, conforme depoimento dos atores regionais.

As unidades de sentido referentes às estratégias de sustentabilidade na Região revelam que poucas mudanças foram implementadas de forma pontual (Figuras 4.6 e 4.7). O tratamento de efluentes e a piscicultura foram apresentados pelos atores regionais como estratégias de sustentabilidade no município de Itapetinga.

Nos municípios de Barra do Choça, Anagé e Vitória da Conquista tiveram destaque a apicultura e meliponicultura. A caprino-ovinocultura foi desenvolvida por pequenos produtores rurais nos municípios de Vitória da Conquista, Anagé, Belo Campo, Tremedal, Bom Jesus da Serra, Caetanos e Encruzilhada.

A produção e comercialização de produtos regionais no município de Manoel Vitorino e redução de agrotóxicos no município de Poções foram apontadas como as principais ações realizadas voltadas para a sustentabilidade.

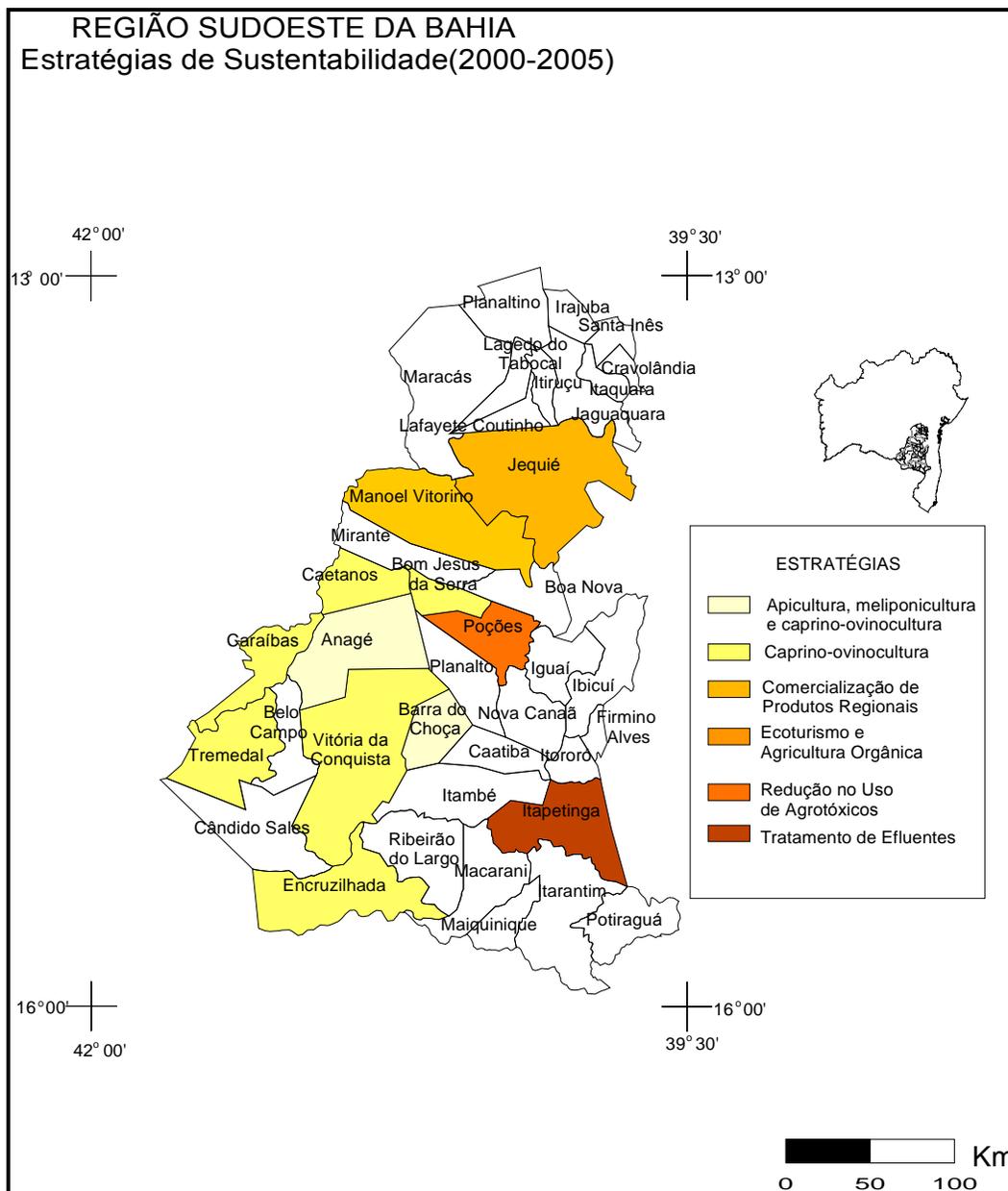


Figura 4.6 – Sustentabilidade e atuação dos atores regionais na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005).

Fonte: Trabalho de campo, 2008. Base Digital da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia – SEI/ Software Map Viewer 7.0. Elaboração: Cruz, Cláudia A. C. (2008).

O ecoturismo e a agricultura orgânica são ações apontadas pelos atores regionais no município de Jequié e a produção de leite e derivados foi apontada como

estratégia de sustentabilidade no município de Barra do Choça. As estratégias de sustentabilidade apresentadas pelos atores regionais referentes ao ecoturismo, redução do uso de agrotóxicos e comercialização de produtos regionais foram desenvolvidas predominantemente por associações de moradores dos distritos ou por associações de produtores rurais.

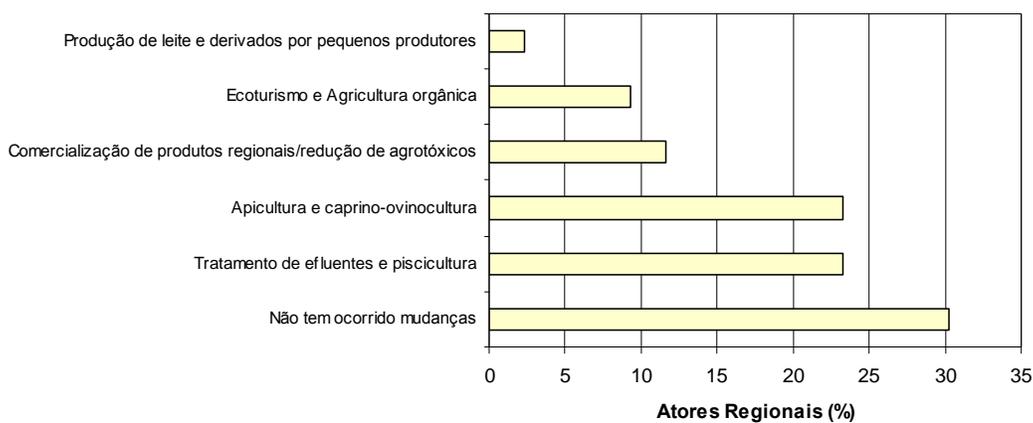


Figura 4.7 – Estratégias de sustentabilidade apresentadas pelos atores regionais na Região Sudoeste da Bahia (2000-2005).

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

O tratamento de efluentes por meio do projeto municipal de despoluição/revitalização do Rio Catolé e atividade de piscicultura se destacam no município de Itapetinga. A piscicultura promovida pela Associação de Piscicultores e Agricultores de Itapetinga teve recursos do Projeto Boa Pesca cujo objetivo foi desenvolver “ações de peixamento em aguadas públicas” e atendeu 14 municípios do Estado da Bahia a fim de promover o incremento na renda da população carente (BAHIA, 2004). A Associação de Piscicultores e Agricultores de Itapetinga, situada à margem esquerda do Rio Catolé, criada em 2000, foi uma das associações inseridas no Projeto por meio de parceria entre a EBDA, SEAGRI/BAHIA PESCA, Banco do Nordeste, SEBRAE e Prefeitura Municipal de Itapetinga (Figuras 4.8 e 4.9).



Figura 4.8 – Viveiro para a engorda de peixes às margens do Rio Catolé da Associação de Piscicultores de Itapetinga – Ba.

Fonte: Trabalho de campo – 2008 (arquivo pessoal)



Figura 4.9 – Sede do Projeto de Piscicultura às margens do Rio Catolé da Associação de Piscicultores de Itapetinga – Ba.

Fonte: Trabalho de campo – 2008 (arquivo pessoal)

A UESB apoiou o Projeto de Piscicultura no Município de Itapetinga por meio de orientação zootécnica. A precariedade dos equipamentos, instalações e a falta de recursos têm dificultado a continuidade da atividade.

A produção de leite e derivados por pequenos produtores foi apontada como uma das estratégias de sustentabilidade na Região. A Associação de Pequenos Produtores de Leite da Região de Água Fria e Adjacências, com sede no município de Barra do Choça (Figura 4.10), construiu a usina de beneficiamento de leite com recursos do Produzir II (CAR) - programa estadual que tem por objetivo a geração de renda, o aumento da oferta de empregos, a melhoria das condições de vida da população rural (BAHIA, 2005). A UESB apoiou essa atividade por meio de orientação técnica aos pequenos produtores.



Figura 4.10 – Usina de beneficiamento de leite da Associação dos Pequenos Produtores no município de Barra do Choça – Ba

Fonte: Trabalho de campo – 2008 (arquivo pessoal)

Os projetos de apicultura e caprino-ovinocultura foram mencionados pelos atores regionais como exemplo de projetos de maior sucesso na Região ao propiciar

a geração de renda por meio de atividades compatíveis com a realidade socioambiental. Os projetos de apicultura e de caprino-ovinocultura estão entre os poucos exemplos de parceria entre órgão do governo (EBDA), a Universidade e as associações da Região.

O ecoturismo e a agricultura orgânica são mencionados pelos atores regionais como estratégias de sustentabilidade no município de Jequié. O ecoturismo foi e continua sendo desenvolvido por meio do Projeto Mãe da Mata e tem realizado palestras e oficinas para professores e líderes comunitários sobre a importância do bioma Caatinga e sobre a recuperação do Rio das Contas para o município, pelo Grupo Ecológico Rio das Contas – GERC, fundado em 1989. O desenvolvimento da agricultura orgânica por associações de pequenos produtores no município de Jequié, conforme depoimento dos atores regionais, também tem contribuído para sensibilizar os produtores da Região quanto à necessidade de buscar alternativas que atendam aos objetivos sociais, econômicos e ecológicos no processo produtivo.

Na Região Sudoeste da Bahia, no período de 2000 a 2005, predominaram investimentos privados para atender às atividades da indústria, comércio e serviços, os investimentos públicos e privados foram considerados insuficientes para atender às necessidades da Região e prioritariamente para atender a pequenos grupos, conforme depoimento de 56% dos atores regionais vinculados ao poder público municipal, de órgãos do governo estadual, de representantes da sociedade civil e da iniciativa privada (Figura 4.11).

A sustentabilidade na Região depende do fluxo constante de investimentos públicos e privados. Os depoimentos revelaram que a falta de recursos para a Região, o desvio de finalidade e a burocracia na liberação dos recursos resultaram na descontinuidade dos projetos. A identificação das potencialidades e vulnerabilidades da realidade socioambiental, das necessidades e possibilidades das comunidades, bem como a aplicação das soluções depende da aplicação de recursos por parte do governo, o que não foi prioridade no planejamento territorial.

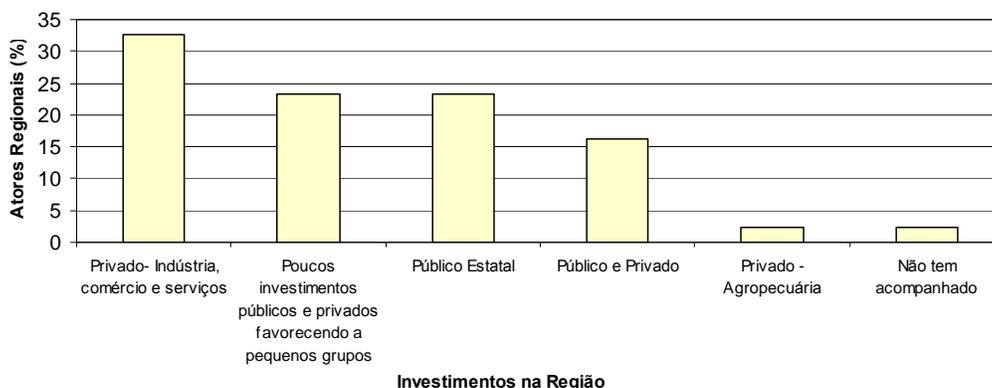


Figura 4.11 – Investimentos públicos e privados na Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e de atividades econômicas permite a configuração rural-urbana equilibrada – característica da sustentabilidade espacial. Nesse sentido, foi investigada a relação entre investimentos no espaço rural e urbano na Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005 (Figura 4.12). Predominou na Região o maior investimento público na cidade e a falta de investimento para o pequeno produtor rural, conforme depoimento de 63% dos atores regionais.

A concentração de investimentos nas cidades da Região foi justificada por representantes do poder público como resultado da concentração da população na cidade. Entretanto, 17 municípios da Região apresentam população rural superior à urbana, sendo que sete destes municípios apresentam população rural superior a 80%, conforme dados apresentados na tabela 3.1. Os poucos investimentos destinados à população rural foram de caráter conjuntural de forma a minimizar a condição de pobreza na qual vive a maioria da população rural na Região. Os grandes produtores rurais beneficiados com recursos públicos para investimento no campo, residem nas cidades da Região.

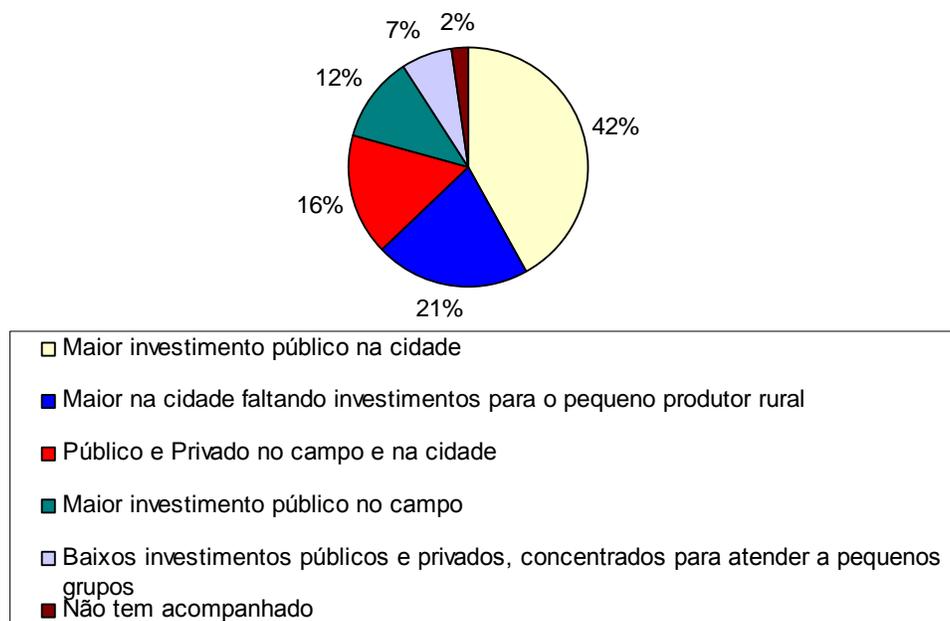


Figura 4.12 – Investimentos no espaço urbano e rural da Região Sudoeste da Bahia no período de 2000 a 2005

Fonte: Trabalho de campo, 2008.

Essa realidade repercute fortemente nas condições de vida e na atividade produtiva no campo na medida em que o pequeno produtor, principalmente, sem condições financeiras de continuar a produzir fica desprovido de renda e quando não se transfere para a periferia das cidades da Região, perde sua autonomia e fica à espera de trabalhos temporários em grandes propriedades para sobreviver, o que contraria os objetivos apresentados no documento que trata do PDRS como a redução da pobreza e da desigualdade social.

Desse modo, a fragilidade da sustentabilidade espacial compromete diretamente a sustentabilidade econômica e social impedindo que se efetive a equidade social na Região. O governo tem o papel de promover políticas estruturais criando mecanismos para o acesso aos conhecimentos e recursos necessários para viabilizar o desenvolvimento de atividades produtivas na cidade e no campo.

4.3 – PLANEJAMENTO TERRITORIAL E SUSTENTABILIDADE NA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA: LIMITES E POSSIBILIDADES

O território expressa a tensão entre as múltiplas formas de apropriação do espaço pela sociedade. Os diferentes grupos sociais dão significado à natureza, o qual se manifesta nas práticas sociais por meio de um processo de territorialização que envolve interesses econômicos, possibilidades ecológicas e a cultura. Os territórios em que a dominação da natureza cumpre o objetivo único de atender às leis do mercado globalizado se contrapõem aos territórios nos quais se desenvolvem práticas produtivas mais coerentes com a realidade socioambiental.

O fato de não serem considerados os valores culturais para a autogestão dos meios da natureza no processo produtivo, as habilidades das comunidades e os valores expressos nas práticas de cooperação no trabalho representa a tentativa de inserir a discussão acerca da sustentabilidade na Região sem que haja uma mudança nos padrões produtivos predominantes.

A equidade social defendida no programa ao valorizar a formação de recursos humanos através da qualificação para o trabalho, geração de empregos produtivos, revela que não tem sido prioridade o fortalecimento das comunidades da Região por meio de projetos que possibilitem a autogestão produtiva.

Apesar do destaque no PDRS à importância do envolvimento e troca de experiências e conhecimentos entre os técnicos e representantes dos segmentos da sociedade regional e do poder local, a legitimidade na execução das ações não foi efetivada devido à frágil participação da sociedade na seleção das ações e no atendimento às necessidades das comunidades da Região.

A falta de articulação entre as Secretarias do Estado e os órgãos governamentais bem como entre os governos municipais e a sociedade civil contribuíram para que a

gestão sustentável não se configurasse num amplo processo na Região. As políticas econômicas e ambientais do Estado não foram articuladas revelando o verdadeiro sentido da sustentabilidade presente nas ações governamentais.

Dentre as possibilidades de mudanças apresentadas pelos atores regionais se destacam a educação ambiental, a construção de conhecimentos sobre gestão sustentável, a produção e comercialização de produtos regionais. A sustentabilidade voltada para a equidade na distribuição de renda e de bens; alocação eficiente de recursos públicos e privados; a utilização de produtos que não sejam danosos ao ambiente; a melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas bem como o respeito às especificidades de cada ecossistema e cultura local dependem da discussão sobre valores e atitudes referentes à problemática ambiental e da construção de conhecimentos sobre gestão sustentável.

Os diferentes posicionamentos assumidos acerca da relação entre sociedade e natureza decorrem dos lugares institucionais nos quais o discurso encontra sua origem e se expressa por meio de práticas não-discursivas como as políticas e práticas cotidianas que se manifestam no território na escala regional. Assim, a discussão sobre os valores e atitudes referentes à problemática ambiental por parte das instituições e a produção de conhecimentos sobre a gestão sustentável contribuirão para tornar efetiva a valorização de práticas sociais coerentes com a realidade socioambiental. É imperativo promover a discussão sobre práticas produtivas que valorizem não somente o nível econômico, mas que busque atender às aspirações sociais, ao nível biológico e cultural.

A discussão sobre os valores e atitudes acerca da relação sociedade-natureza impede que o sujeito individual ou coletivo entre no quadro de pensamento do sujeito do discurso sobre o desenvolvimento sustentável fundamentado na expansão econômica do mercado globalizado.

A produção e comercialização de produtos regionais por meio de associações, representam uma das estratégias de sustentabilidade em seu caráter multidimensional,

ao garantir a valorização dos conhecimentos das comunidades locais, autogestão produtiva, melhoria das condições de vida por meio da realização da atividade produtiva, valorização do potencial ecológico para fins legítimos da sociedade e promovendo uma relação equilibrada entre o espaço rural e urbano.

A busca por alternativas sustentáveis para as comunidades da Região depende da construção de conhecimentos acerca da conservação ambiental. A implementação da apicultura e meliponicultura assim como a produção de caprinos e ovinos na Região têm contado com o apoio da UESB por meio da pesquisa e extensão de forma a viabilizar a atividade e garantir a geração de renda para pequenos criadores. A atuação das associações é fundamental para garantir junto ao poder público mecanismos que permitam a continuidade dessas atividades compatíveis com a realidade socioambiental dos municípios nos quais essas atividades se desenvolvem.

As iniciativas promovidas pelo poder público municipal quanto ao tratamento de efluentes no município de Itapetinga, por ONGs e associações da Região como o ecoturismo e a agricultura orgânica no município de Jequié; e de valorização da produção e da comercialização de produtos regionais em Manoel Vitorino, representam o comportamento discricionário dos atores regionais, haja vista que essas iniciativas foram efetivadas independentemente das ações governamentais da forma prevista no PDRS.

A participação dos atores sociais, por meio de conselhos consultivos e deliberativos para a definição de ações para a Região e aplicação dos recursos, contribuirá para a gestão sustentável na Região e construção de novas territorialidades em contraposição às dominadas pela competitividade global, podendo surgir um processo de reapropriação dos territórios a fim de garantir os interesses da sociedade na sua relação com a natureza.

Com base no conhecimento da realidade socioambiental valorizando a participação de diferentes atores regionais no processo de desenvolvimento regional e

da garantia das condições políticas, jurídicas e financeiras por parte do Estado, poderá ser possível dar início à transição para a sociedade sustentável. Desse modo, será possível iniciar um processo de reapropriação dos territórios no qual a relação com a natureza seja efetivada primordialmente para atender as necessidades da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

5. CONSIDERAÇÃO FINAIS

Na pesquisa sobre o discurso ambiental no Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) da Região Sudoeste da Bahia e reflexos no planejamento territorial no período de 2000 a 2005, buscou-se contribuir para a análise de políticas públicas de desenvolvimento regional considerando conceitual e empiricamente a análise do discurso da sustentabilidade como alternativa metodológica.

A concepção de sustentabilidade e as dimensões da sustentabilidade que fundamentaram a pesquisa contribuíram para elucidar os interesses implícitos e explícitos na defesa da sustentabilidade no PDRS, bem como promover a discussão acerca da necessidade de considerar a multidimensionalidade da sustentabilidade em programas de desenvolvimento regional.

Os procedimentos de análise do discurso utilizados permitiram verificar, tomando-se como base o material de linguagem, como a sustentabilidade tem sido defendida pelos diferentes atores regionais. Num primeiro nível de análise, é possível identificar os sentidos expressos nos enunciados e analisar sua relação com as práticas discursivas em disputa no campo ambiental que são regidas por diferentes formações ideológicas.

Os diferentes sentidos presentes nos enunciados dos grupos sociais revelam os interesses envolvidos na defesa da sustentabilidade e esses diferentes sentidos se manifestam nas políticas de desenvolvimento regional. Assim, pode-se analisar o processo discursivo referente ao campo ambiental presente no modelo teórico-metodológico do PDRS Sudoeste da Bahia bem como nos depoimentos dos atores regionais. Os diferentes interesses são explicitados por meio da forma como a sustentabilidade significa na fala dos diferentes atores regionais.

Por meio da metodologia aplicada, verificou-se que houve uma fraca atuação de

associações e sindicatos na discussão dos problemas e busca de soluções para o desenvolvimento regional fundado na sustentabilidade, o que representa a desvalorização da gestão democrática que contribui para que os atores regionais controlem seus processos produtivos que têm sido influenciados pelos interesses de grupos políticos e econômicos.

O PDRS destaca cinco dimensões da sustentabilidade: geoambiental, econômico-social, histórico-cultural, científico-tecnológica e político-institucional. Entretanto, o discurso da sustentabilidade defendido no PDRS valoriza primordialmente a competitividade econômica com repercussões no planejamento territorial e revela o sentido da sustentabilidade predominante no contexto da globalização.

A análise da relação entre o discurso e a prática da sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia revela que as relações sociais realizadas no território na escala regional têm privilegiado interesses de grupos políticos e econômicos por meio da seleção de determinadas áreas para a liberação de recursos e da valorização de atividades voltadas para a garantia de competitividade no mercado.

Assim, a busca pela autogestão da produção voltada para valorização das necessidades locais depende da libertação dos ditames do mercado global. O Estado deve garantir as condições para a gestão democrática e sustentável dos meios naturais de produção e de existência das comunidades por meio de apoio político, jurídico e financeiro, assim como viabilizar o acesso a conhecimentos que contribuam para a melhoria de vida e para que o processo produtivo seja coerente com a dinâmica da natureza e cultura regional.

A dependência das decisões governamentais no ambiente de ingerência política e econômica predominante na Região no período de 2000 a 2005 inviabilizou o planejamento territorial voltado para um processo amplo de melhoria das condições de vida da população e de busca por alternativas produtivas sustentáveis. A carência de pesquisas sobre as fragilidades do meio ecológico, decorrentes da relação entre a

dinâmica social e a dinâmica da natureza, também foi outro fator que inviabilizou a busca por soluções para os problemas socioambientais da Região.

Os depoimentos da maioria dos atores regionais e os relatórios oficiais revelam que as ações governamentais voltadas para a sustentabilidade na Região ocorreram de forma fragmentada nos diferentes setores do governo, de forma verticalizada e predominantemente incompatíveis com a realidade das comunidades da Região. A atuação dos atores sociais nos municípios buscando estratégias de sustentabilidade e a parceria entre a Universidade e a comunidade em poucos projetos, porém significativos para a Região, se apresentam como iniciativas a serem valorizadas haja vista sua importância para a busca de alternativas produtivas que sejam coerentes com as necessidades sociais e a dinâmica da natureza na Região.

O interesse pela competitividade internacional, no documento que trata do PDRS, por parte dos atores regionais que representam o poder público e da iniciativa privada, revelou que o tecnocentrismo/antropocentrismo, no qual o desenvolvimento tradicional predomina buscando atender primordialmente aos interesses econômicos como justificativa para um posterior bem-estar coletivo, ainda predomina no discurso ambiental com repercussões no planejamento territorial.

A prática discursiva emancipatória e o biocentrismo/preservacionismo se apresentam como práticas discursivas em disputa na Região. A emancipatória, na qual se buscam formas compatíveis com o equilíbrio sociedade-natureza e considera não apenas o nível biológico ou o nível econômico, mas também a necessidade de atender às aspirações sociais, valorizando a dimensão cultural, foi defendida pelos atores regionais pertencentes à instituição de ensino, pesquisa e extensão e pelos atores vinculados a associações, cooperativas e ONG da Região, os quais defendem a valorização das necessidades das comunidades e de alternativas locais de produção. O biocentrismo/preservacionismo, no qual predomina a preocupação em definir áreas de preservação somente para atender à legislação sem que o processo produtivo predominante seja modificado foi defendido por atores regionais vinculados à iniciativa

privada.

Finalmente, é essencial admitir a necessidade de reflexão sobre políticas ambientais nas quais a sustentabilidade tenha um caráter multidimensional na concepção e operacionalização dessas políticas e sejam pautadas na participação simétrica dos atores regionais na tomada de decisões e na busca por um processo produtivo voltado para atender as necessidades legítimas da sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M.S.de. **Quando a palavra sustenta a farsa: o discurso jornalístico do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

AGENDA 21. <http://www.un.org/sustdev/documents/>. 20 de abril de 2007.

ARAÚJO, L. M. de; BRAMWELL, B. Participação de *stakeholders* no planejamento turístico sustentável. In: ARAÚJO, L. M. de. (Org.) **Geografia: espaço, tempo e planejamento**. Maceió: EDUFAL, 2004, p. 111-131.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. **Orçamento do Governo do Estado**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2008.

_____. Secretaria de Planejamento. **Relatório do Governo do Estado - 2006**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2008.

_____. Secretaria de Planejamento. **Relatório do Governo do Estado - 2005**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2008.

_____. Secretaria de Planejamento. **Relatório do Governo do Estado - 2004**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2008.

_____. Secretaria de Planejamento. **Relatório do Governo do Estado - 2003**. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2008.

BECKER, B. K. A. Redefinindo a Amazônia: o vetor tecnocológico. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Questões atuais da reorganização do território**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 223-244.

BECKER, B. K. A. (des)ordem global, o desenvolvimento sustentável e a Amazônia. In: CHRISTOFOLETTI, A.; BECKER, B. K. A.; DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. (Orgs). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo/Rio de Janeiro: Hucitec/Comissão Nacional do Brasil/ União Geográfica Internacional, 1995, p. 46-64.

BRANDÃO, C. R. **As flores de abril: movimentos sociais e educação ambiental**. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. 3. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1994.

BRANDENBURG, A. **Sócio-Ambientalismo e novos atores na agricultura**. In: CALZAVARA, O.; LIMA, R. de O. (Orgs) **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural inclusivo**. Londrina: Eduel, 2004, p. 251-276.

BRASIL. Ministério das Minas e Energia. **Projeto RADAMBRASIL** Folha SD 24 Salvador. Rio de Janeiro, 1981. 624 p.

BRÜSEKE, F. J. O problema do desenvolvimento sustentável. In: CAVALCANTI, C. (Org.) **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994, p. 29-35. Disponível em: <<http://www.168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesquisa/cavalcanti.rtf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2008.

BURSZTYN, M. Políticas públicas para o desenvolvimento (sustentável). In: _____ (Org.). **A difícil sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001. p. 59-77.

CALZAVARA, O.; GUIMARÃES, M. de F.; RALISCH, R. **Dinâmica regional e desenvolvimento rural sustentável**. In: CALZAVARA, O. ; LIMA, R. de O. (Orgs)

Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural inclusivo. Londrina: Eduel, 2004, p. 277-307.

CAMARGO, A. L. de B. **Desenvolvimento sustentável: dimensões e desafios**. 2. ed. Campinas: Papirus, 2005.

CASTRO, I. E. de. Seca 'versus' seca: novos interesses, novos territórios, novos discursos no nordeste. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Questões atuais da reorganização do território**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 283-324.

_____. Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação. In: CASTRO, I. E. de.; GOMES, P. C. da C. ; CORRÊA, R. L. (Orgs). **Explorações geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 155-196.

CHARAUDEAU, P. **Discurso político**. (Tradução: Fabiana Komesu e Dílson Ferreira da Cruz) São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de análise do discurso**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHAUÍ, M. **Cidadania cultural**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2006.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). **Modelo teórico-metodológico: programa de desenvolvimento regional sustentável – PDRS**. 2. ed. revisada. Salvador, 2000.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL – CAR (BA). **Programa de desenvolvimento regional sustentável – PDRS – Sudoeste da Bahia**, Salvador, 1999.

CUNHA, L. H.; COELHO, M. C. N. Política e Gestão Ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.) **A Questão ambiental: diferentes abordagens**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2003. p. 43-79

DIEGUES, A. **O Mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 1996.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DA BAHIA - FIEB. **Cadastro de Empresas**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2008.

FIDÉLIS, T. **Planeamento territorial e ambiente**: O caso da envolvente à Ria de Aveiro. Cascais – Portugal: Principia, 2001.

FREITAS, M. S. ; SILVA, S. L. da C. ; COSTA, E. N. ; LESSA, A. O. O Parque Municipal da Matinha como instrumento de sensibilização Ambiental. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Rio Grande, v. 19, jul/dez, 2007. Disponível em: <http://www.remea.furg.br/>. Acesso em: 10 jun. 2008.

FREY, K. A Dimensão político-democrática nas teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações para a gestão local. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, n. 9, jul/dez, 2001.

_____. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, n.21, jun, 2000.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

_____. **A ordem do discurso**. (Tradução L. F. de Almeida Sampaio). 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. (Organização R. Machado). Rio de Janeiro:

Graal, 1979.

GARCÍA-GUADILLA, M.P. **Environmental movements, politics and agenda 21 in Latina America**. Geneva: UNRISD, n.16, october, 2005. 35 p. Disponível em: <http://www.unrisd.org/> Acesso em 5 junho. 2008.

GERHARDT, C. ; ALMEIDA, J. A Dialética dos campos sociais na interpretação da problemática ambiental: uma análise crítica a partir de diferentes leituras sobre os problemas ambientais. **Ambiente & Sociedade**. Campinas, v. 8, n. 2, p. 53-83, jul/dez. 2005.

GIOVENARDI, E. **Os Pobres do campo**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2003.

GOMES, L. J. et al. Conflitos de interesses em unidades de conservação no município de Parati, Estado do Rio de Janeiro. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.34, n. 6, jun. 2004.

GONÇALVES, C. W. P. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2004.

GUIMARÃES, M. Sustentabilidade e educação ambiental. In: CUNHA, S. B.; GUERRA, A. J. T. (Orgs.) **A Questão ambiental**: diferentes abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 81-105.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. **Territórios alternativos**. Niterói: EDUFF; São Paulo: Contexto, 2006.

HELDER, F. F.; PIRES, A. J. V.; MOTA, J. A. Produção leiteira na microrregião de

Itapetinga, Bahia: aspectos sócio-econômicos. **Revista Electrónica de Veterinária**. v.7, n. 7, jul. 2005. Disponível em: <http://www.veterinaria.org/revistas/redvet>. Acesso em: 15 jun. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2008.

_____. **Perfil dos municípios brasileiros: meio ambiente 2002**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Pesquisa de informações básicas municipais 2002**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2008.

_____. **Resultados da amostra do censo demográfico de 2000**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2008.

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública**: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LEFF, E. **Saber ambiental**: sustentabilidade, racionalidade, complexidade. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

_____. **Racionalidade ambiental**: a reapropriação social da natureza. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

_____. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Ecologia, capital e cultura**: racionalidade ambiental, democracia participativa e desenvolvimento sustentável. Blumenau: Ed. Da FURB, 2000.

LEIS, H. R.; D' AMATO, J. L. O Ambientalismo como movimento vital: uma análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. In: CAVALCANTI, C. (Org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro, 1994, p. 77-103. Disponível em: <<http://www.168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesquisa/cavalcanti.rtf>. Acesso em 02 de fevereiro de 2008.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental e movimentos sociais na construção da cidadania ecológica e planetária. In: LOUREIRO, C. F. B. ; LAYRARGUES, P. P. ; CASTRO, R. S. de. (Orgs.) **Educação ambiental: repensando o espaço da cidadania**. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2005. p. 69-98

MAINGUENEAU, D. **Novas tendências em análise do discurso**. Tradução Freda Indursky. Campinas, SP: Pontes, 2 ed., 1993.

MARTINS, Mônica Dias (Org.). **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistências na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004

MELO e SOUZA, R. **Redes de monitoramento socioambiental e tramas da sustentabilidade**. São Paulo: Annablume, 2007.

_____. Representações discursivas e visões de natureza no pensamento ambientalista brasileiro. **Revista Tomo**. São Cristóvão, v. 5, 2004, p. 99-120.

MORAES, A. C. R. Formação territorial e políticas ambientais no Brasil. in: _____. **Território e história no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4 ed. São Paulo: Annablume, 2005.

MORAIS, E. M. B. de. Evolução epistemológica do conceito de natureza. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 19, n. 2, 1999, p. 75-98.

NALLI, M. A. G. Sobre o conceito foucaultiano de “discurso”. In: ORLANDI, L. B. L. (Org.). **A diferença**. Campinas, Editora da UNICAMP, 2005, p. 151-169.

OLIVEIRA, N. G. de. De “capital da pecuária” ao “sonho de pólo calçadista”: a construção da estrutura urbana de Itapetinga, BA. **Cadernos PPG-AU/UFBA**. Salvador, v.1, n.1, 2002, p. 115-132.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 5. ed., 2003.

_____. **Discurso fundador**. Campinas: Pontes, 1993.

PEDROSA, C. E. F. **Análise crítica do discurso: do lingüístico ao social no gênero midiático**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2008.

PEREIRA, P. A. S. **Rios, redes e regiões: a sustentabilidade a partir de um enfoque integrado dos recursos terrestres**. Porto Alegre: AGE, 2000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JEQUIÉ. **O município**. Disponível em: <http://www.prefeituradejequie.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA. **História da cidade**. Disponível em: <http://www.pmvc.com.br>. Acesso em: 10 jun. 2008.

RIBEIRO, M. A. **Ecologizar: pensando o ambiente humano**. Brasília: Editora Universa, 2003.

SÁ, T. R. B.T.; SÁ, M. T. Os Processos espaciais presentes no espaço urbano de Jequié-

BA. **Estudos Geográficos**. Rio Claro, v. 1, n.2, jun 2004, p. 1-13. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br>. Acesso em: 10 jun. 2008.

SACHS, I. **Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento**. (Org. P. F. VIEIRA,) São Paulo: Cortez, 2007.

_____. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 3. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SILVA, P. L. B. ; MELO, M. A. B. DE. O Processo de implementação de políticas públicas no Brasil: características e determinantes da avaliação de programas e projetos. **Caderno do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da UNICAMP**. Campinas, n. 48, 2000.

SOUZA, M. de.; GROSSI, M. E. **Pluriatividade e desenvolvimento rural**. In: CALZAVARA, O.; LIMA, R. de O. (Orgs) **Brasil rural contemporâneo: estratégias para um desenvolvimento rural inclusivo**. Londrina: Eduel, 2004, p. 73-108.

SOFTWARE *Map Viewer 7.0*. Golden Software INC. Golden, U.S.A., 2006.

SPINK, M. J. ; MEDRADO, B. Produção de sentidos no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise de práticas discursivas. In: SPINK, M. J. (Org.) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. São Paulo: Cortez, 2004, p. 41-62.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA – SEI. **Sistema de dados estatísticos**. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov.br>. Acesso em: 15 jun. 2008.

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA. **Base Cartográfica Digital - 2003**. <http://www.sei.ba.gov.br/>. Acesso em: 20 de mai. de

2006.

TRICART, J; KILIAN, J. **La eco-geografia y la ordenacion del medio natural.** Barcelona: Anagrama, 1982. p. 233-253.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. **Sudoeste da Bahia: perfil sócio-econômico.** Vitória da Conquista, 1996. 124 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A - SISTEMA DE CODIFICAÇÃO PARA ANÁLISE DO DISCURSO AMBIENTAL

A – Relação Sociedade-Natureza

- (1) **Exploração predatória:** Referência a problemas ambientais causados pela ação humana.
- (2) **Natureza como objeto de acumulação:** Referência à visão utilitarista da natureza pela sociedade e ao imediatismo da sociedade na busca pelo lucro rápido.
- (3) **Exploração para sobrevivência:** Referência a problemas ambientais decorrentes da necessidade de sobrevivência dos produtores rurais.
- (4) **Visão individualista/consumista:** Referência a valores sociais e políticos da sociedade atual influenciando na relação com a natureza.

B – Sociedade sustentável

- (5) **Igualdade social e melhoria das condições de vida:** Referência à necessidade de igualdade de oportunidades valorizando as necessidades das comunidades e alternativas locais de produção.
- (6) **Garantia de trabalho e renda e diversificação produtiva no campo:** Incluindo valorização à agricultura familiar
- (7) **Educação Ambiental**
- (8) **Preservação ambiental:** Referência à preservação de áreas de vegetação nativa.
- (9) **Geração de conhecimentos sobre gestão sustentável:** Referência à necessidade de aproximação entre a Universidade e a comunidade a fim de buscar alternativas sustentáveis para as comunidades da Região.
- (10) **Conservação da natureza:** Referência à Educação Ambiental e ao uso responsável da natureza e recuperação de áreas degradadas.

- (11) **Sociedade na qual sejam contempladas as dimensões sociais, espaciais, ecológicas, econômicas e culturais.**

C – Políticas públicas voltadas para a sustentabilidade e atuação de grupos sociais

- (12) **Projetos verticalizados e interesses do poder:** Referência projetos implementados pelo Governo à revelia dos interesses e necessidades locais; recursos liberados para atender a um grupo político e/ou econômico.
- (13) **Atuação isolada das Instituições:** Referência à falta de integração entre as instituições governamentais, falta de parcerias entre instituições públicas e privadas.
- (14) **Descontinuidade de projetos:** Referência a projetos que não têm continuidade por mudarem os interesses políticos.
- (15) **Participação frágil da sociedade:** Referência à rara ou pouca participação de representantes das comunidades ou representação que não reflete os interesses das comunidades, conselhos que não funcionam como órgãos fiscalizadores.

D – Ações voltadas para a sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia

- (16) **Tratamento de efluentes e projeto de piscicultura:** Referência à redução de lançamento de efluentes nos rios por indústrias locais e de esgoto doméstico por meio de projeto municipal; construção de tanques de decantação nas casas de farinha por associação e projeto de piscicultura desenvolvido pela EBDA e Secretaria do Estado.
- (17) **Ecoturismo e agricultura orgânica:** Referência à atividade promovida por ONG na Região e agricultura orgânica promovida por Associação de produtores.
- (18) **Projetos de apicultura e caprino-ovinocultura:** Projetos desenvolvidos pela Universidade, EBDA (apicultura) e por associações.
- (19) **Programa de pecuária leiteira para pequenos produtores:** Projetos desenvolvidos por associações e Secretarias de Estado.

- (20) **Produção e comercialização de produtos regionais e redução do uso de agrotóxicos:** Referência à produção de conservas de umbu e da mandioca produzidos na Região pelas associações na redução de agrotóxicos por meio de ações isoladas de produtores
- (21) **Não tem ocorrido mudança.**

E – Relação entre investimentos públicos e privados na Região

- (22) **Privado – Indústria, comércio e serviços**
- (23) **Privado – Agropecuária**
- (24) **Público - Programa Estatal**
- (25) **Público e Privado**
- (26) **Poucos investimentos públicos e privados favorecendo pequenos grupos**
- (27) **Não tem acompanhado**

F – Relação entre investimentos voltados para o desenvolvimento Rural e Urbano na Região

- (28) **Baixos investimentos e concentrados para atender a pequenos grupos**
- (29) **Maior na cidade faltando investimentos para o pequeno produtor rural**
- (30) **Público e Privado**
- (31) **Maior investimento público na cidade**
- (32) **Maior investimento público no campo**
- (33) **Não tem acompanhado**

**ENTREVISTA COM ATORES DA SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
ENVOLVIDOS NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL NA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA**

I. Associação a que pertence: _____

II. Sede da Associação: _____

III. Data de Fundação da Associação: _____

IV. Número de Associados: _____

V. Participação no PDRS:

Elaboração

Implementação

Elaboração e Implementação

VI. Local de participação das reuniões temáticas:

Vitória da Conquista **Jequié** **Itapetinga**

VII. Grupo Temático do qual participou nas reuniões:

Geoambiental **Econômico-social** **Histórico-cultural**

Científico-tecnológica **Político-Institucional**

VIII – Concepção da relação sociedade-natureza

(1) Como o senhor/senhora vê a relação entre a sociedade e a natureza na atualidade?

(2) Quais são as principais causas dessa relação atual?

(3) Há possibilidade de mudança nessa relação? Se sim, qual, e como? Se não, por que não?

- (4) Houve repercussão das discussões promovidas pelo PDRS na região Sudoeste no que se refere à relação sociedade-natureza nos projetos do Estado? Por quê?

IX. Concepção de sociedade sustentável

- (1) Como o senhor/senhora vê a discussão atual acerca da sustentabilidade?
- (2) Em sua opinião, quais são os objetivos a serem atingidos na busca por uma sociedade sustentável?
- (3) Quais são, em sua opinião, as maiores dificuldades enfrentadas atualmente na busca por uma sociedade sustentável?

X. Concepção sobre programas estatais voltadas para a sustentabilidade

- (1) Como o senhor/senhora vê a elaboração e implementação de programas estatais voltados para a sustentabilidade?

XI. O papel de cada ator social e institucional na elaboração e implementação de programas estatais voltados para a sustentabilidade

- (1) Em sua opinião, como deve ser a participação dos atores das instituições públicas, da iniciativa privada e da sociedade civil na elaboração e implementação de programas estatais voltados para a sustentabilidade?
- (2) Esses atores sociais e institucionais têm cumprido esse papel? Se não, a que o senhor/senhora atribui esse fato?

XII. A busca pela sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia

- (1) Quais fatores devem ser considerados na busca pela sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia?
- (2) Como o senhor/senhora vê a relação entre os investimentos públicos e privados na Região?

- (3) Como devem ser enfrentados os problemas ambientais na Região?
- (4) Como o senhor/senhora vê a relação entre o fluxo de investimentos voltados para o desenvolvimento urbano e rural na Região? Quais são as causas dessa situação? Existem possibilidades de mudança? Se sim, quais? Se não, por que não?

XIII. Práticas Territoriais Sustentáveis após o PRDS

- (1) A preocupação com o manejo sustentável do ambiente trouxe alterações nas condições de produção e formas de vida na região? Se não, a que o senhor/senhora atribui esse fato?
- (2) Nas discussões promovidas pelo PDRS, foram consideradas as necessidades e possibilidades das comunidades? De que forma?
- (3) Na elaboração do PDRS, buscou-se elaborar propostas voltadas para atender ao potencial produtivo da região? Essas propostas consideram o potencial ecológico da região? Se sim, de que forma?

**ENTREVISTA COM ATORES DE INSTITUIÇÕES GOVERNAMENTAIS
ENVOLVIDOS NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUSTENTÁVEL NA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA**

I. Instituição governamental a que pertence: _____

II. Formação Acadêmica: _____

III. Município onde realiza atividade profissional: _____

IV – Atividade profissional: _____

V. Forma de participação no PDRS:

Equipe Técnica da Instituição Promotora do PDRS

Equipe Técnica de outras Instituições

Plenária nas Reuniões Temáticas

Mobilizador(a) em comunidades

Outra . Qual? _____

VI. Local de participação das reuniões temáticas:

Vitória da Conquista Jequié Itapetinga

VII. Grupo Temático do qual participou nas reuniões:

Geoambiental Econômico-social Histórico-cultural

Científico-tecnológica Político-Institucional

VIII – Concepção da relação sociedade-natureza

- (1) Como o senhor/senhora vê a relação entre a sociedade e a natureza na atualidade?
- (2) Quais são as principais causas dessa relação atual?
- (3) Há possibilidade de mudança nessa relação? Se sim, qual, e como? Se não, por que não?

- (4) Houve repercussão das discussões promovidas pelo PDRS na região Sudoeste no que se refere à relação sociedade-natureza nos projetos do Estado? Por quê?

IX. Concepção de sociedade sustentável

- (1) Como o senhor/senhora vê a discussão atual acerca da sustentabilidade?
- (2) Em sua opinião, quais são os objetivos a serem atingidos na busca por uma sociedade sustentável?
- (3) Quais são, em sua opinião, as maiores dificuldades enfrentadas atualmente na busca por uma sociedade sustentável?

X. Concepção sobre programas estatais voltadas para a sustentabilidade

- (1) Como o senhor/senhora vê a elaboração e implementação de programas estatais voltados para a sustentabilidade?

XI. O papel de cada ator social e institucional na elaboração e implementação de programas estatais voltados para a sustentabilidade

- (1) Em sua opinião, como deve ser a participação dos atores das instituições públicas, da iniciativa privada e da sociedade civil na elaboração e implementação de programas estatais voltados para a sustentabilidade?
- (2) Esses atores sociais e institucionais têm cumprido esse papel? Se não, a que o senhor/senhora atribui esse fato?

XII. A busca pela sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia

- (1) Quais fatores devem ser considerados na busca pela sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia?
- (2) Como o senhor/senhora vê a relação entre os investimentos públicos e privados na Região?

- (3) Como devem ser enfrentados os problemas ambientais na Região?
- (4) Como o senhor/senhora vê a relação entre o fluxo de investimentos voltados para o desenvolvimento urbano e rural na Região? Quais são as causas dessa situação? Existem possibilidades de mudança? Se sim, quais? Se não, por que não?

XIII. Práticas Territoriais Sustentáveis após o PRDS

- (1) A preocupação com o manejo sustentável do ambiente trouxe alterações nas condições de produção e formas de vida na região? Se não, a que o senhor/senhora atribui esse fato?
- (2) Nas discussões promovidas pelo PDRS, foram consideradas as necessidades e possibilidades das comunidades? De que forma?
- (3) Na elaboração do PDRS, buscou-se elaborar propostas voltadas para atender ao potencial produtivo da região? Essas propostas consideram o potencial ecológico da região? Se sim, de que forma?

**ENTREVISTA COM ATORES DA INICIATIVA PRIVADA ENVOLVIDOS NO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL NA
REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA**

I. Tipo de Atividade:

Comercial Industrial Produção Rural

Natureza da atividade/setor econômico primário secundário terciário

II. Município no qual realiza a atividade: _____

III. Participação no PDRS:

Elaboração

Implementação

Elaboração e Implementação

IV. Local de participação das reuniões temáticas:

Vitória da Conquista Jequié Itapetinga

V. Grupo Temático do qual participou nas reuniões:

Geoambiental Econômico-social Histórico-cultural

Científico-tecnológica Político-Institucional

VIII – Concepção da relação sociedade-natureza

- (1) Como o senhor/senhora vê a relação entre a sociedade e a natureza na atualidade?
- (2) Quais são as principais causas dessa relação atual?
- (3) Há possibilidade de mudança nessa relação? Se sim, qual, e como? Se não, por que não?

- (4) Houve repercussão das discussões promovidas pelo PDRS na região Sudoeste no que se refere à relação sociedade-natureza nos projetos do Estado? Por quê?

IX. Concepção de sociedade sustentável

- (1) Como o senhor/senhora vê a discussão atual acerca da sustentabilidade?
- (2) Em sua opinião, quais são os objetivos a serem atingidos na busca por uma sociedade sustentável?
- (3) Quais são, em sua opinião, as maiores dificuldades enfrentadas atualmente na busca por uma sociedade sustentável?

X. Concepção sobre programas estatais voltados para a sustentabilidade

- (1) Como o senhor/senhora vê a elaboração e implementação de programas estatais voltados para a sustentabilidade?

XI. O papel de cada ator social e institucional na elaboração e implementação de programas estatais voltados para a sustentabilidade

- (1) Em sua opinião, como deve ser a participação dos atores das instituições públicas, da iniciativa privada e da sociedade civil na elaboração e implementação de programas estatais voltados para a sustentabilidade?
- (2) Esses atores sociais e institucionais têm cumprido esse papel? Se não, a que o senhor/senhora atribui esse fato?

XII. A busca pela sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia

- (1) Quais fatores devem ser considerados na busca pela sustentabilidade na Região Sudoeste da Bahia?
- (2) Como o senhor/senhora vê a relação entre os investimentos públicos e privados na Região?

- (3) Como devem ser enfrentados os problemas ambientais na Região?
- (4) Como o senhor/senhora vê a relação entre o fluxo de investimentos voltados para o desenvolvimento urbano e rural na Região? Quais são as causas dessa situação? Existem possibilidades de mudança? Se sim, quais? Se não, por que não?

XIII. Práticas Territoriais Sustentáveis após o PRDS

- (1) A preocupação com o manejo sustentável do ambiente trouxe alterações nas condições de produção e formas de vida na região? Se não, a que o senhor/senhora atribui esse fato?
- (2) Nas discussões promovidas pelo PDRS, foram consideradas as necessidades e possibilidades das comunidades? De que forma?
- (3) Na elaboração do PDRS, buscou-se elaborar propostas voltadas para atender ao potencial produtivo da região? Essas propostas consideram o potencial ecológico da região? Se sim, de que forma?

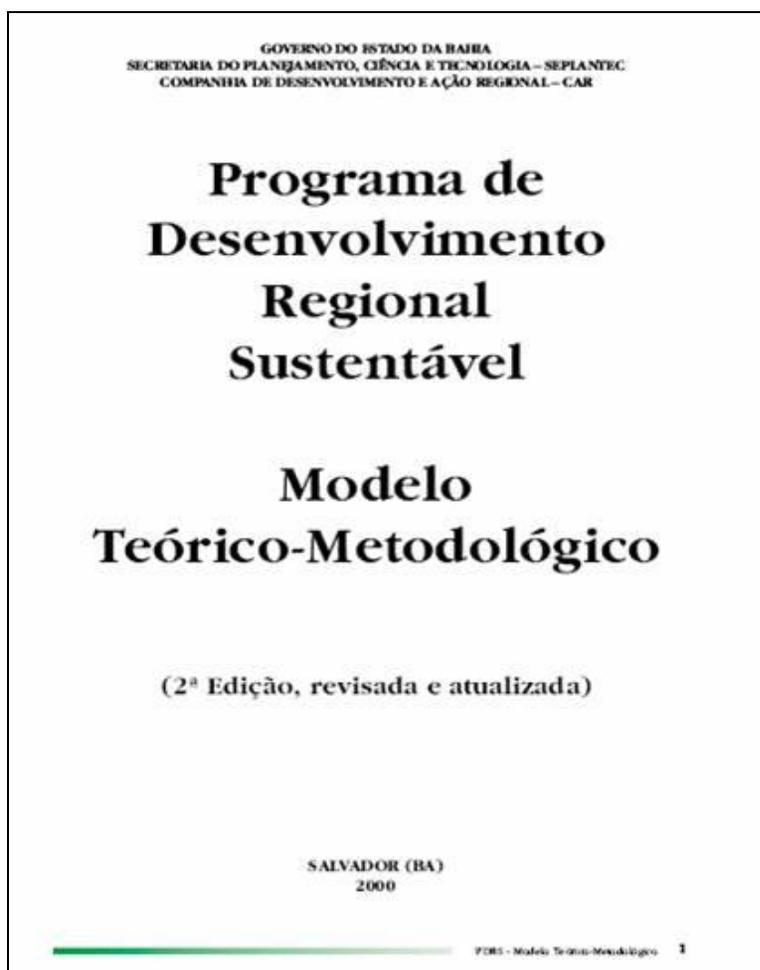
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, _____,

R. G. _____ abaixo assinado, declaro ter conhecimento dos objetivos da pesquisa intitulada **“O DISCURSO AMBIENTAL NO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL DA REGIÃO SUDOESTE DA BAHIA: REFLEXOS SOBRE O PLANEJAMENTO TERRITORIAL NO PERÍODO DE 2000 A 2005”**, desenvolvida por Cláudia Anastácio Coelho Cruz, R. G. 0422169234 - SSP/BA, coordenada pela Prof^a Dr^a Rosemeri Melo e Souza R. G. 837.733 – SSP/SE, e concordo em participar de sua coleta de dados. Concordo com a divulgação dos resultados dessa pesquisa em reuniões científicas, sendo garantido sigilo quanto a minha participação e/ou identificação de minhas respostas.

Assinatura

ANEXOS



**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO
E AÇÃO REGIONAL – CAR**

DIRETOR-EXECUTIVO
José Pirajá Pinheiro Filho

SUPERINTENDENTE TÉCNICO
Marta da Graça P. M. S. Pinto Leite

ASSESSOR TÉCNICO DA DIRETORIA
Carlos Antonio de Campos Ribeiro

COORDENAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS
Jorge Tadeu Dantas Caffé

ELABORAÇÃO
Ângela Medrado Brasileiro
Carlos Antonio de Campos Ribeiro*
João Saturnino da Silva*
Jorge Tadeu Dantas Caffé
Marta Lúcia Carvalho*
Mary Vânia dos Santos*
Paulo Pontes da Silva

NORMALIZAÇÃO
Marta do S.M. de Oliveira

REVISÃO DE TEXTO
Marta Helena Freire

* Participaram da etapa de revisão e atualização.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	11
1.1 ANTECEDENTES	11
1.2 MARCO CONCEITUAL	12
1.2.1 EIXOS BÁSICOS	15
2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
2.1 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE	21
3 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS	29
3.1 IDENTIFICAÇÃO E LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES	29
3.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – PDRS	30
3.3 ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA	33
ANEXO I - Programação das Reuniões Temáticas (modelo)	35
ANEXO II - Ficha de Avaliação das Reuniões (modelo)	36
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	37

APRESENTAÇÃO

O conceito de Desenvolvimento Sustentável constitui-se no novo paradigma da política de desenvolvimento regional. Na Bahia, o Governo já expressou, politicamente, a sua opção pela idéia da sustentabilidade no desenvolvimento do Estado. Esta decisão, consentânea com a estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste, incorpora elementos capazes de fundamentar, em bases duradouras, o novo ciclo da economia baiana.

Assim, já foram elaborados os Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRSs, relativos às Regiões Sul da Bahia, Oeste, Chapada Diamantina, Sudoeste, Nordeste e Recôncavo Sul, utilizando-se das referências básicas e das propostas inerentes ao novo paradigma, apresentadas no Modelo ora revisado e atualizado em sua 2ª edição. Como componentes desse processo, foram elaborados também os Perfis Regionais e a Subespecialização dessas Regiões. O objetivo é cobrir todas as 15 Regiões Econômicas do Estado da Bahia com esses Programas.

A elaboração e publicação dos PDRSs, dos Perfis Regionais e dos estudos das Subespecializações devem ser vistas como um novo marco do planejamento regional na Bahia, presentemente inserido no novo paradigma da utilização racional dos recursos naturais, associado à busca da equidade social, com a efetiva participação dos atores sociais regionais.

Este Modelo Teórico-Metodológico, foi formulado e atualizado com o objetivo de nortear a elaboração dos PDRSs, respeitando as especificidades de cada região, principalmente no que concerne aos aspectos da gestão pública. Compõe-se do marco conceitual e dos procedimentos metodológicos e operacionais, agregando, ao processo de planejamento, os conceitos e princípios que dão corpo a essa nova estratégia de desenvolvimento.

O Modelo Teórico-Metodológico constitui-se numa orientação avançada para as instituições regionais e municipais, cuja opção de desenvolvimento seja o caminho da sustentabilidade, consubstanciando uma nova maneira de planejar e alcançar resultados, com eficiência e equidade social, e inaugurando um novo patamar, no qual a esfera pública incorpora, experimenta, avalia e reconstrói uma forma de alcançar o desenvolvimento regional. Esses paradigmas, na verdade, evidenciam o compromisso do Governo do Estado com as gerações futuras.

1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1.1 ANTECEDENTES

A preocupação com a vida no planeta passou a ser foco de discussões e debates em todas as agendas internacionais nos dias atuais. Mas foi somente em 1971, no Encontro de Founex, na Suíça, onde ocorreu a primeira discussão sistematizada sobre o assunto, sendo sucedida, em 1972, pela Conferência de Estocolmo e, em 1974, pela Declaração de Cocoyo, realizada no México.

Já em 1979 e 1980, o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente – PNUMA, realizou vários seminários sobre estilos alternativos de desenvolvimento que resultaram no Relatório de Brundtland 1987, denominado “Nosso Futuro Comum”, responsável pela convocação da Conferência do Rio de Janeiro, em 1992.

Para realizar a transição para o Desenvolvimento Sustentável, em vez de escolher entre diminuir a pobreza e reverter o declínio ambiental, os líderes mundiais agora se deparam com a impossibilidade de se alcançar um desses objetivos sem que o outro seja logrado. Assim, inúmeras definições de Desenvolvimento Sustentável foram construídas pelos vários organismos internacionais que debateram o assunto.

A União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais considera o Desenvolvimento Sustentável um processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas e, ao mesmo tempo, respeita os limites de carga dos ecossistemas. Mas é a definição do Relatório Brundtland de “satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras”, a conceituação mais aceita e referenciada no Relatório do Banco Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, em 1992.

O conceito de Desenvolvimento Sustentável foi construído ao longo do tempo, a partir das preocupações com o esgotamento dos recursos naturais, com os limites da biosfera para assimilar resíduos e poluição e com a questão social.

1. O nome original é “Nosso Futuro Comum”. Foi elaborado por vários países, sob a coordenação da Primeira Ministra da Noruega, cujo sobrenome passou a identificar o Relatório.

Sem dúvida, o conceito de Desenvolvimento Sustentável foi construído ao longo do tempo, a partir das preocupações com o esgotamento dos recursos naturais, com os limites da biosfera para assimilar resíduos e poluição e com a questão social, esta última já discutida em 1976 e contemplada pelo Relatório do Clube de Roma.

1.2 MARCO CONCEITUAL

As premissas consideradas, hoje, como condições básicas para o Desenvolvimento Sustentável são: a estabilidade da população mundial, a redução da pobreza, uma maior eficiência na utilização dos materiais e da energia, bem como a redução dos resíduos e da poluição, a adoção de um estilo de vida e de desenvolvimento que reduza o consumo de energia e de recursos naturais, a conservação da base ambiental – solo e água, e ainda a integração das questões ambientais e econômicas em todos os níveis de decisão.

Alterar as realidades regionais e locais exige, necessariamente, a adoção de um modelo de planejamento com uma visão multidimensional e onde os atores deste processo sejam efetivamente participantes... assim, o desenvolvimento deve se dar com equidade, participação da sociedade civil e sustentabilidade.

Com efeito, os processos de planejamento em curso devem ser conduzidos nesta direção, visto que alterar as realidades regionais e locais exige, necessariamente, a adoção de um modelo de planejamento apoiado em novos paradigmas, para não se insistir num caminho em que a sucata, o lixo e a desolação sejam os sinais orientadores desse processo. Ou seja, organizar o futuro, onde o desenvolvimento venha se dar com equidade, participação da sociedade e sustentabilidade, através de um modelo de planejamento com uma visão multidimensional e onde os atores deste processo sejam efetivamente participantes.

Na atualidade, o processo de planejamento incorpora a idéia da sustentabilidade não apenas sob o aspecto ambiental, mas através de um conceito mais amplo, mais global, onde a sustentabilidade do desenvolvimento não se esgota em sua dimensão geoambiental e onde as dimensões econômica, social e política assumem um papel fundamental quanto à sustentabilidade das economias regionais.

Dai conclui-se que o Desenvolvimento Sustentável é o que apresenta condições de durabilidade ao longo do tempo, devendo, para tanto, ser economicamente eficiente, socialmente justo, ambientalmente responsável e politicamente fundamentado na participação da sociedade. Este cenário pressupõe um planejamento com maior atenção à espacialização das políticas públicas, revalorizando a base física territorial e revitalizando as escalas menores de planejamento e ação.

A espacialização dessas políticas deve ser vista, inclusive, como um pré-requisito para praticar-se um planejamento multidimensional, visto que possibilita planejar em escalas menores – espaços locais e regionais². Esta possibilidade facilita a participação da sociedade civil, principalmente pelo grau de conhecimento que detém sobre as potencialidades e restrições ao desenvolvimento, fato que irá se refletir nas objetivos propostas de intervenção a serem apresentadas; e também facilita o estudo e a investigação dos aspectos físicos e territoriais, fundamentais na dimensão geoambiental. Neste sentido, as características de solo, clima, vegetação e fauna, entre outros componentes dos recursos naturais, são estudados e diagnosticados com maior rigor e precisão.

Diante desse cenário, o Desenvolvimento Sustentável, com sua visão de futuro, tem como objetivos:

- Competitividade e viabilidade econômica;
- Conservação dos ecossistemas e dos recursos naturais;
- Organização da sociedade e democratização das instituições;
- Redução da pobreza e desigualdade social;
- Resgate da história e da cultura regional.

O alcance desses objetivos exige a articulação de cinco dimensões que traduzem uma visão multidimensional do planejamento, quais sejam: geoambiental, econômico-social, histórico-cultural, científico-tecnológica e político-institucional.

Tomar esta articulação exequível no processo de planejar é uma das tarefas mais difíceis, pela dificuldade de considerar-se as dimensões simultaneamente, sem subordinações hierárquicas, e pelo o ritmo diferenciado e os distintos patamares em que cada uma das dimensões se desenha regionalmente. Vale registrar que o nível de conhecimento da realidade local e regional dos atores sociais facilita também a articulação inter e intradimensões.³

² Na elaboração dos Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável do Oeste, Nordeste, Centro e Sul de Bahia foi feita uma adaptação que atende este requisito. Os critérios continuam a ser utilizados em relação aos demais PDRs.

³ A experiência do CAPR na realização de mais de 2 décadas de reuniões temáticas envolvendo diferentes atores sociais comprova esta afirmação.

Seguramente, o Desenvolvimento Sustentável exige um enquadramento espaço-temporal que avança a longo prazo e se operacionaliza inter e intra-regionalmente, envolvendo a continuidade e a permanência das ações, a preocupação com os estoques de recursos naturais e a solidariedade entre as gerações atuais e futuras, em diferentes espaços.

O conceito não abrange apenas a necessidade de manutenção, a longo prazo, da produtividade de recursos naturais, mas reforça a idéia de equidade, tanto interpessoal – sustentabilidade social – quanto intertemporal – sustentabilidade ambiental – num universo de empreendimentos econômicos que utilizem ordenadamente os recursos disponíveis. A equidade social é uma das vertentes da sustentabilidade que se traduz na incorporação dos excluídos da produção e do consumo, constituindo-se numa das idéias-força da sustentabilidade.

O Desenvolvimento Sustentável se operacionaliza inter e intra-regionalmente, envolvendo a continuidade e a permanência das ações, a preocupação com os estoques de recursos naturais e a solidariedade entre as gerações atuais e futuras, em diferentes espaços.

Contudo, somente o exercício do planejamento do Desenvolvimento Sustentável, aliado à sua execução, ensejarão o alcance dos resultados desejados, considerando-se os diferentes ajustes que se fizerem necessários para os estudos e para as proposições de cada dimensão da sustentabilidade.

Ao incorporar no processo a rede de segmentos representativos da sociedade regional e local, o Desenvolvimento Sustentável passa a demandar uma politização das ações de planejamento. Essa politização de ações, construída a partir de um projeto político que possa dar coesão e mobilização à população local, em tomo de interesses coletivos e consensuais, comportando, inclusive, a busca de parceiros que se articulem para potencializar os fatores locais, é uma das idéias estruturadoras do conceito de Desenvolvimento Sustentável.

Por sua vez, a preservação ambiental, a redução do nível de pobreza e a diversificação da atividade produtiva – objetivos do Desenvolvimento Sustentável – devem estar associados a um projeto cultural. Recuperar a história e a cultura da região, construindo com os atores sociais o desenho da sua inserção na cultura local e regional, é fundamental para que o planejamento tenha força e seja singular e legítimo.

A equidade social é uma das vertentes da sustentabilidade.

De igual modo, o processo de Desenvolvimento Sustentável abriga também aspectos econômicos, relativos à competitividade dinâmica⁴, a equidade social e o meio ambiente, apoiando-se no uso eficiente dos recursos naturais no espaço geográfico.

1.2.1 EIXOS BÁSICOS DO MARCO CONCEITUAL

Como eixos básicos norteadores do planejamento regional sustentável, são considerados, neste Modelo: a Desconcentração das Atividades Econômicas; a Descentralização do Estado; e a Democratização dos Instrumentos de Ação do Estado.

Como cenário atuante, conformando o comportamento das variáveis que influenciam o desenvolvimento regional, considera-se a globalização da economia, com repercussões significativas e determinantes nas realidades e potencialidades das regiões. A análise econômica das oportunidades regionais deve vincular-se ao marco globalizador da economia, partindo da realidade e das tendências gerais em nível nacional, estadual, regional e local. Em consequência, deve-se analisar as vantagens comparativas que podem estimular atividades locais ou regionais, bem como orientar as prioridades de mercado.

O processo de globalização econômica, em curso, como o visto, repercute fortemente na ação e nos papéis potenciais das regiões, direcionando, por vezes, suas políticas de desenvolvimento, ao considerar as possibilidades de inserção direta no mercado mundial e revalorizar determinados conjuntos produtivos sem a mediação do mercado interno.

A preservação ambiental, a redução do nível de pobreza e a diversificação da atividade produtiva – objetivos do Desenvolvimento Sustentável – devem estar associados a um projeto cultural.

4. ⁴ Vantagens competitivas dinâmicas são aquelas que resultam nos processos de globalização e de integração de economia nacional, dependentes da dotação de recursos naturais e da sua posição relativa frente a outras regiões do país e do exterior (Desenvolvimento Estratégico – Paulo Huelst).

Essa abertura ao mercado mundial aumenta, simultaneamente, o número de clientes e de concorrentes. Com isso, a busca de produtividade, para atingir os níveis de competitividade exigidos pela concorrência globalizada, pode entrar em conflito com as necessidades locais, como é o exemplo da contradição entre a produtividade e a geração de novos empregos⁵.

É fundamental, assim, saber identificar e potencializar as vantagens comparativas reais em direção à integração competitiva dos produtos regionais.

I Desconcentração das Atividades Econômicas

A descentralização ou desconcentração espacial da produção não deve ser considerada como uma tendência generalizada, vez que são fatores decisivos para a efetivação dessa estratégia as relações interempresariais e as tradições locais. Dessa maneira, deve-se atentar para as características próprias de cada região.

Com a redefinição da ponderação dada, até então, aos fatores locais, os fatores reprodutivos passam a ganhar maior destaque na localização de empreendimentos, tais como o ambiente cultural favorável, o ecossistema e a integração entre a base técnico-científica e segmentos produtivos.

Aliado a estes fatores, a estratégia competitiva das empresas e o contorno competitivo regional⁶ condicionam a desconcentração regional. Cada vez mais, a economia depende de requisitos como infra-estrutura básica e níveis de qualificação de mão-de-obra.

As mudanças no mundo do trabalho e os novos paradigmas, exigindo profissionais com conhecimento dos códigos da modernidade, dão um novo significado à formação do trabalhador e reavaliam o papel da Universidade, que assume, de fato, um lugar de ator líder na disseminação do conceito e dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Cada vez mais, o conhecimento e a informação desenham e definem os rumos do desenvolvimento.

Cada vez mais, a economia depende de requisitos como infra-estrutura básica e níveis de qualificação de mão-de-obra.

5. ⁵ Quanto se atenua a tendência a gerar estruturas - trade off progresso técnico e emprego - considerando-se um mecanismo de perda e ganho.

6. ⁶ Definido como o marco institucional, cultural e de recursos da região, abriga 4 determinantes: condições de fatores, condições de demanda, atividades econômicas de apoio, estratégia, estrutura e qualidade entre as empresas (José Paz, Carta da CPE n.º 30/84).

Por essa razão, a educação e a descoberta de novos talentos adquirem um papel de destaque na alocação de novos empreendimentos, e a Universidade passa a ser um ator importante no processo de desconcentração espacial das atividades produtivas.⁷

A educação e a descoberta de novos talentos adquirem um papel de destaque na alocação de novos empreendimentos, e a Universidade passa a ser um ator importante no processo de desconcentração espacial das atividades produtivas.

II Descentralização do Estado

A descentralização do Estado constitui um novo condicionante, dos mais importantes, para a elaboração de políticas regionais/espaciais, dada a heterogeneidade do espaço regional que suscita e exige ações localizadas e face às próprias características do marco conceitual do Modelo, que situa as escalas espaciais menores como indispensáveis para se alcançar o Desenvolvimento Sustentável.⁸

O processo de descentralização envolve a transferência efetiva de poder da esfera nacional para as instâncias estadual e local, especialmente para esta última, suscitando transformações que devem ser processadas ao longo de um vasto período. Estados e municípios passam a assumir uma maior responsabilidade pela implementação das ações, particularmente quanto à prestação dos serviços, o que tende a promover um maior adensamento das atividades públicas nas instâncias locais de poder.

Esse quadro de reconstituição das bases de atuação do Estado, abrangente e complexo, impacta de várias maneiras as políticas regionais. Em outras palavras, o processo de descentralização das políticas públicas, enquanto movimento de reorientação da ação estatal e da divisão do trabalho entre as instâncias públicas nacional, estadual e municipal, demanda reorganizar as funções e as formas de gestão de cada uma dessas esferas, o que traz profundas implicações para o planejamento regional.

Planejar sustentavelmente requer a condução e a responsabilidade, pelo poder local, da definição e da priorização de projetos e do seu envolvimento na articulação e na integração das ações.

⁷ Na elaboração do PDRS do Estado, a participação da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul, desde a etapa de planejamento, foi uma demonstração do significativo papel da Universidade nesse processo.

⁸ Vale destacar a criação de um Mestrado em Desenvolvimento Sustentável na UFRGS, no campus de Vila Rica, como desdobramento do processo de desenvolvimento regional.

Disso resulta a necessidade de serem formadas parcerias sólidas entre as esferas de competência, no âmbito do poder público, incluindo-se também a iniciativa privada e as comunidades locais. Esta resultante, no contexto das políticas regionais/espaciais, representa algo bastante positivo, ao estimular a cooperação entre os principais atores sociais, visando a solução dos problemas regionais e locais. Na verdade, o estímulo à capacidade de promover parcerias, em bases permanentes, alimenta o pacto de cooperação, elemento fundamental para implementar o desenvolvimento regional.

O estímulo à capacidade de promover parcerias, em bases permanentes, alimenta o pacto de cooperação, elemento fundamental para implementar o desenvolvimento regional.

III Democratização dos Instrumentos de Ação do Estado

Conformando o novo enfoque regional, este condicionante reveste-se de suma importância, na medida em que a escuta e a participação dos atores sociais deverão, de fato, traduzir o teor das propostas e das ações nos Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRSs.

O envolvimento dos segmentos organizados e da representação política local, desde os primeiros momentos do processo de elaboração do PDRS, além de assegurar maior legitimidade na etapa de sua execução, enseja uma troca de experiências e conhecimentos entre técnicos e representantes dos diversos segmentos da sociedade regional e do poder local, facilitando o acompanhamento das ações.

A mobilização, a articulação e a coordenação de distintos atores permitem uma atuação integrada da capacidade institucional instalada no setor público, nos níveis federal, estadual e municipal, em adequada interação com as organizações interlocutoras de caráter privado.

Por isso, o Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, para ser efetivo, deve ser formulado em estreita relação com os atores sociais da região, consistindo em deslanchar um processo de negociação política com esses atores e identificar um conjunto articulado de alternativas consistentes e viáveis para o desenvolvimento regional. O

planejamento deve contemplar uma visão mais abrangente e estratégica, de médio e longo prazos (sustentabilidade), não se restringindo, assim, a uma visão parcial e focalizada, de curto prazo.

Os procedimentos de tomada de decisão no processo de desenvolvimento devem incorporar os princípios de participação e de transparência.

Este condicionante reveste-se de suma importância, na medida em que a escuta e a participação dos atores sociais deverão, de fato, traduzir o teor das propostas e das ações nos PDRSs.

O processo de desenvolvimento é participativo quando os principais interessados desempenham um papel fundamental na articulação para a definição e para o atendimento de suas necessidades, propondo ou sendo consultados sobre possíveis soluções. É transparente quando os interessados sabem quais e por quem serão tomadas as decisões e são capazes de identificar seu próprio papel de participação no processo.

Com efeito, a eficácia operacional e o caráter pedagógico, induzidos por este procedimento, apresentam os seguintes aspectos positivos:

- incentiva a comunidade a tomar consciência de seus problemas, desenvolvendo a criatividade na busca de soluções;
- estimula a mobilização da comunidade para negociar o alcance dos objetivos e das metas do PDRS;
- elabora programas mais adequados aos meios que a comunidade dispõe;
- reduz o risco de descontinuidade administrativa, face à participação da população que poderá cobrar o prosseguimento das ações;
- fortalece as forças favoráveis às mudanças;
- constitui um *feedback* importante para os representantes que acompanham, fiscalizam e assessoram os administradores.

A democratização dos instrumentos de ação do Estado tem, na realização das reuniões temáticas – procedimento a ser visto posteriormente – a real tradução de como se pode planejar melhor a realidade com a participação dos futuros beneficiários.

FIGURA 1
MODELO TEÓRICO-METODOLÓGICO
PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (PDRS)



2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

2.1 DIMENSÕES DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade tem um caráter amplo e comporta várias dimensões que são a expressão do desenvolvimento nos vários aspectos da vida de uma região ou país.

Desenvolver uma região, de modo sustentável, requer uma parceria entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, pressupondo uma nova dinâmica econômica integrada, de base local, na qual sejam estimuladas a diversidade econômica e a complementaridade de empreendimentos, de modo a gerar uma cadeia sustentável de iniciativas. Requer também a soma de esforços, de talentos e de criatividade dos atores governamentais, empresariais e da sociedade civil, remunerados e voluntários, envolvidos num programa de capacitação e numa estratégia de comunicação social.

Desenvolver, uma região, de modo sustentável, requer uma parceria entre o Estado, o mercado e a sociedade civil, pressupondo uma nova dinâmica econômica integrada, de base local, na qual sejam estimuladas a diversidade econômica e a complementaridade de empreendimentos, de modo a gerar uma cadeia sustentável de iniciativas.

A sustentabilidade deve, em cada uma das dimensões, contemplar a identificação de indicadores que reflitam o desenvolvimento e as condições em que o mesmo vem ocorrendo.

Para a elaboração dos PDRSs, os procedimentos metodológicos se confundem com as cinco dimensões da sustentabilidade: geoambiental, econômico-social, histórico-cultural, científico-tecnológica e político-institucional, consideradas as que mais se ressaltam como condição para o desenvolvimento regional.

• Dimensão Geoambiental

Essa dimensão foi o ponto de partida para a criação do conceito de sustentabilidade, originando um novo referencial para o desenvolvimento. Na verdade, praticamente se inverteu a compreensão do desenvolvimento, antes vista, principalmente, como

um maior domínio do homem sobre a natureza, passando, posteriormente, a incorporar a conservação e a convivência com o meio natural como condição para se atingir o desenvolvimento.

Esta mudança de concepção afetou as demais dimensões, na medida em que a economia e a sociedade passaram a se referenciar na preservação ambiental, não só como condição para uma boa qualidade de vida, presente e futura, mas também como forma de conquistar um crescimento permanente e, conseqüentemente, uma melhoria das condições materiais de trabalho e de sobrevivência da população.

Essa dimensão foi o ponto de partida para a criação do conceito de sustentabilidade, originando um novo referencial para o desenvolvimento, ao incorporar a conservação e a convivência com o meio natural como condição para se atingir o desenvolvimento.

A economia e a sociedade passaram a se referenciar na preservação ambiental.

Dessa forma, a dimensão geoambiental, enquanto forma de preservação das condições naturais, para que a melhoria das condições de vida atuais não prejudique ou impeça o desenvolvimento das futuras gerações, deverá ser referenciada em indicadores de sustentabilidade ambiental. Tais indicadores deverão ser estabelecidos pelos especialistas da área e contemplar aspectos como qualidades físicas e químicas do ar, da água e dos solos, em separado, e também enquanto componentes de sistemas naturais que devem ser preservados em conjunto.

• Dimensão Econômico-Social

A dimensão econômica, privilegiada na concepção tradicional e chegando, inclusive, a subordinar todas as demais, é entendida neste modelo como aquela que mantém uma inter-relação com as demais, condicionando-as e complementando-as. É certo que, à proporção que as outras dimensões passam a ser incorporadas com o mesmo nível de importância, naturalmente a dimensão econômica passa a ser balizada por outros parâmetros.

No essencial, a dimensão económica da sustentabilidade não difere da visão mais tradicional, já que ela também incorporava, além do crescimento do produto a uma taxa maior do que a do aumento populacional, uma melhor distribuição do produto gerado. O que o planeamento tradicional buscava era apenas formular programas que, além de aumentar a produção e a produtividade, permitissem, via mercado ou políticas públicas de redistribuição de renda, a melhoria das condições de vida da população. Este sentido mais social do desenvolvimento económico não deverá ser afetado na etapa atual.

O que muda essencialmente na dimensão económica, na atualidade, são as condições de produção e, principalmente, de comercialização. Tecnologia de produção, informação e novos tipos de mercado deverão balizar o comportamento dos setores produtivos que passam a integrar uma economia mais globalizada e competitiva. Além disso, traz a vantagem de um mercado de trabalho e de produtos mais amplo. Por outro lado, porém, faz com que competidores externos acerquem-se de mercados regionais com qualidade e preços competitivos, trazendo, como consequência, a exigência de melhores produtos e de mão-de-obra mais qualificada e mais produtiva.

Uma maior equidade social embutida no conceito de desenvolvimento económico sustentável desvincula-se, necessariamente, dos modelos de crescimento económico baseados na exploração irracional de recursos naturais e de mão-de-obra barata. Requer transformações produtivas que não só tenham por base a exploração de recursos renováveis, como também que os renove efetivamente.

No essencial, a dimensão económica da sustentabilidade não difere da visão mais tradicional, já que ela também incorporava, além do crescimento do produto a uma taxa maior do que a do aumento populacional, uma melhor distribuição do produto gerado. O que muda, na atualidade, são as condições de produção e, principalmente, de comercialização. Tecnologia de produção, informação e novos tipos de mercado deverão balizar o comportamento dos setores produtivos.

Mesmo compreendendo o crescimento da economia informal como uma tendência mundial, deve-se atentar para o fato de que suas dimensões atuais são fruto do modelo de desenvolvimento, hoje questionado, e, provavelmente, a sua face mais perversa. Não é por acaso que, mesmo quando se busca a sustentabilidade, ao se falar do processo de globalização económica, exclui-se implicitamente o mercado de mão-de-obra. Como decorrência, nos projetos específicos, os chamados "empregos indiretos" são geralmente quantificados inconseqüentemente, por serem supostamente informais, em sua maioria.

A dimensão tecnológica e o nível de escolaridade da população, como um dos pressupostos básicos, passa a ser crucial para o Desenvolvimento Sustentável.

O ordenamento dos espaços regionais dentro de qualquer perspectiva de desenvolvimento, notadamente ao ser incluído o conceito de sustentabilidade, estará mais ameaçado quanto maior for o número de excluídos. Para integrar ao processo de desenvolvimento aqueles que sempre foram considerados viáveis e funcionais ao processo de acumulação, o planeamento é prescindível, já que o mercado faz isso de forma mais eficaz e barata.

Devem ser dinamizadas as atividades económicas que permitam uma maior integração inter-regional, tendo em vista, principalmente, seus efeitos endógenos. Em outras palavras, as relações económicas com outras regiões só poderão contribuir para um processo de Desenvolvimento Sustentável à medida que incorporarem o conjunto de sua população, criando empregos formais, com melhor remuneração possível, consolidando, conseqüentemente, um mercado interno dinâmico. Não existe região desenvolvida, em qualquer parte do mundo, sem a dinâmica de um mercado interno que incorpore a maioria de sua população.

Com relação a este aspecto, a dimensão tecnológica e o nível de escolaridade da população, como um dos pressupostos básicos, passa a ser crucial para o Desenvolvimento Sustentável. Outro aspecto importante, tanto por criar mais empregos que possibilitam o crescimento do mercado interno, como por ser importante agregador de valor, são as cadeias produtivas. Os produtos que integram as cadeias produtivas, embora possam representar uma menor lucratividade por unidade, geralmente são menos sujeitos às oscilações do mercado, já que as indústrias também dependem do abastecimento regular de matérias-primas.

Uma situação específica das cadeias produtivas que servem como exemplo é o sistema de integração (ou mesmo o de quase integração) agroindustrial. As plantas das fábricas geralmente são rígidas e de dimensões que lhes possibilitem ganhos de escala e, tendo mercados a abastecer em condições extremamente competitivas, passam a ter interesse de, mesmo adquirindo a matéria-prima por um preço baixo, possibilitar uma remuneração em padrões aceitáveis para seus fornecedores.

Por sua vez, a dimensão social da sustentabilidade integra as demais dimensões e as transcende, na medida em que expressa, em primeira instância, as vontades dos atores organizados e qualifica a natureza e a orientação do processo de desenvolvimento. A equidade social não é apenas intrínseca à natureza da sustentabilidade, à proporção que se traduz na distribuição dos resultados em todos os estratos sociais, mas se impõe como elemento identificador do verdadeiro sentido e direção impostos ao Desenvolvimento Sustentável.

A dimensão social da sustentabilidade integra as demais dimensões e as transcende, na medida em que expressa, em primeira instância, as vontades dos atores organizados e qualifica a natureza e a orientação do processo de desenvolvimento.

É especialmente nesta dimensão que se deverá utilizar o conceito de equidade social, um dos pressupostos do modelo de Desenvolvimento Sustentável, que objetiva a valorização dos recursos humanos. E sua viabilização deverá se efetivar mediante a universalização da educação básica, a qualificação para o trabalho, a geração de mais

empregos produtivos, uma melhor distribuição de renda e um amplo acesso da população aos serviços sociais básicos. Em muitos projetos, a tecnologia empregada e a racional utilização dos recursos naturais implicam em reduzida absorção de mão-de-obra.

Em vista disso, a dimensão econômico-social deverá considerar, de modo integrado, todos os elementos que conduzam ao crescimento econômico e à valorização do desenvolvimento humano, procurando aproximar, tanto quanto possível, os objetivos *eficiência e equidade*.

A dimensão econômico-social deverá considerar, de modo integrado, todos os elementos que conduzam ao crescimento econômico e à valorização do desenvolvimento humano, procurando aproximar, tanto quanto possível, os objetivos *eficiência e equidade*.

• Dimensão Histórico-Cultural

A introdução desta dimensão num modelo Teórico-Metodológico que referencia o Desenvolvimento Sustentável revela o caráter e a sua natureza multidimensional que incorpora a história e a cultura regional como aspectos importantes no alcance de um desenvolvimento regional, no qual o *locus* cultural e histórico são componentes fundamentais do processo.⁹

Esta dimensão deve revelar os traços e os aspectos mais importantes da formação histórico-cultural da região, essenciais para o processo de Desenvolvimento Sustentável, em que a organização e mobilização dos atores sociais são fatores condicionantes básicos.

O conhecimento e o registro dos laços de auto-identificação com a cultura local e regional são o móvel orientador e condicionador da escuta e da organização dos atores sociais. O levantamento de fatos e acontecimentos que conformam e caracterizam a história da região e lhes dão singularidade cultural constituem-se em fatores significativos para o estudo desta dimensão, criando, de certo modo, facilidades para a compreensão dos elementos que conformam as outras dimensões, inclusive a diversidade do nível de carências.

Desta forma, as manifestações da cultura local, a exemplo do canto, das danças, das festas regionais e religiosas, e os registros da história local deverão ser estudados nesta dimensão, caracterizando a singularidade e a diversidade da história regional.

• Dimensão Científico-Tecnológica

Esta dimensão está orientada pela relação entre o conhecimento e a inovação, em particular pela aplicação de novas tecnologias voltadas para a competitividade, para a conservação dos recursos naturais e a mudança social. Através da dimensão científico-tecnológica, assegura-se o domínio e a permanente atualização do conhecimento e a sua aplicação em toda a gama das atividades humanas.

⁹ Quando da realização das reuniões temáticas, a participação dos atores, no Grupo Temático que discute esta dimensão, tem-se observado uma oportunidade de troca e de informação de fatos históricos e culturais, que assumem o caráter de verdadeira registros da história local e estimulam ideias e ações reguladas da memória regional.

Esta dimensão deve revelar os traços e os aspectos mais importantes da formação histórico-cultural da região, essenciais para o processo de Desenvolvimento Sustentável, em que a organização e mobilização dos atores sociais são fatores condicionantes básicos.

A dinâmica desta dimensão, dada pelo fluxo contínuo de inovações, exige um constante aperfeiçoamento e uma eficiente adaptação, principalmente pela alteração das condições naturais. Atualmente, os padrões desta dimensão deverão estar voltados para a construção de alternativas de produção que, em pouco ou nada, afetem o ambiente natural. Por outro lado, deverá ter peso significativo o desenvolvimento de tecnologias reparadoras do meio ambiente, já degradado pela lógica produtivista que predominou na ausência do conceito de sustentabilidade vinculado ao desenvolvimento.

Os padrões desta dimensão deverão estar voltados para a construção de alternativas de produção que, em pouco ou nada, afetem o ambiente natural; deverá ter peso significativo o desenvolvimento de tecnologias reparadoras do meio ambiente.

• **Dimensão Político-Institucional**

O estudo desta dimensão, ao identificar o modo como se estabelecem as relações entre o poder público (estado e municípios) e as lideranças locais e como a autoridade é exercida, deverá identificar as várias expectativas dos atores sociais com vistas ao Desenvolvimento Sustentável.

Nesta dimensão, pretende-se fortalecer o sistema político representativo que confira permanência e consistência a um processo de decisões e ações, que assegure o Desenvolvimento Sustentável e promova mecanismos institucionais que ampliem a participação da sociedade.

O modo como devem ser tratados e abordados os aspectos institucionais e políticos tem, como referência, o conceito de *governance*¹⁶, que se ajusta perfeitamente à sustentabilidade sob o ponto de vista institucional. Esta dimensão, ao incorporar o modelo de gestão integrada e descentralizada do Desenvolvimento Sustentável, busca estabelecer parcerias institucionais múltiplas entre a União, o Estado e os municípios, e entre o governo, a iniciativa privada e a sociedade organizada.

Esta dimensão, ao incorporar o modelo de gestão integrada e descentralizada do Desenvolvimento Sustentável, busca estabelecer parcerias institucionais múltiplas.

16 A *governance* está relacionada com o modo de uso da autoridade política, remetendo-se mais à esfera social que a estatal. As estruturas de *governance* se constituem como redes ou associações entre instituições e atores que se complementam e adotam modos semelhantes.

PDRS - Modelo Teórico-Metodológico 27

28 PDRS - Modelo Teórico-Metodológico



3 PROCEDIMENTOS OPERACIONAIS

O processo de elaboração de um Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável – PDRS, exige um planejamento de todas as suas etapas de acordo com a discriminação a seguir, a partir da definição da região-objeto de trabalho.

ETAPA I

3.1 IDENTIFICAÇÃO E LEVANTAMENTO DE INFORMAÇÕES

3.1.1 Levantamento Bibliográfico

Levantar o referencial bibliográfico sobre o Desenvolvimento Sustentável e sobre a região econômica, a microrregião ou o sub-espço, definidos como o universo geográfico do PDRS a ser elaborado.

3.1.2 Propostas e Projetos de Intervenção

Identificar as propostas e os projetos existentes, não realizados e em realização, constantes do Orçamento Anual, do Plano Plurianual (PPA) e de documentos governamentais sobre a região.

3.1.3 Ações de Instituições Públicas e Privadas

Levantar as ações já realizadas, em curso e programadas, de instituições governamentais e não-governamentais, identificando os empreendimentos privados *in loco* e em instituições financiadoras.

3.1.4 Indicadores Socioeconômicos

Selecionar e analisar indicadores socioeconômicos regionais e municipais, especialmente os relacionados com os níveis sustentáveis de desenvolvimento.

3.2 PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL – PDRS

ETAPA II

3.2.1 Delimitação dos Subespaços Regionais

Este momento é fundamental, considerando-se que a revitalização das escalas menores de planejamento permite a indicação de propostas de intervenção (projetos) que traduzam, de fato, as necessidades locais. O estudo de regionalização ou subespecialização é elaborado com a efetivação da Etapa I.

3.2.2 Perfil Regional

Trata-se de estudar a caracterização da região, aprofundando o conhecimento sobre as dimensões da sustentabilidade, preferencialmente por subespaço, a partir das informações da Etapa I. É neste momento que se realiza a primeira interlocução entre a equipe técnica e as lideranças e os atores sociais, econômicos e políticos – entrevistas de qualidade – em nível local e regional. Os municípios devem ser visitados em maior número possível, assim como a realização das entrevistas. Inicia-se, assim, a elaboração e divulgação do PDRS, com a participação da sociedade regional.

3.2.3 Matriz Institucional

Deve-se enquadrar e apresentar, sob a forma de matriz, as ações já realizadas, em curso e/ou programadas nos subespaços regionais, indicando, assim, o desenho

da ação governamental na região. A elaboração dessa matriz permite a identificação da atuação do governo na área e qual o perfil da distribuição espacial e setorial dos investimentos. Também os projetos das instituições não-governamentais e privadas, em seus vários estágios, deverão estar contemplados nessa matriz.

ETAPA III

3.2.4 Reuniões Temáticas

A reunião temática integra a proposta metodológica dos Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável como um espaço de interação. Sua concepção e instrumentalização estão fundamentadas no princípio da participação, como mecanismo de troca de experiências, traduzido nos níveis de aproximação da realidade e nas expectativas do papel das forças sociais internas como agentes de mudanças. A pluralidade dos atores, situados em posições diferenciadas na estrutura social, condiciona o conteúdo e a natureza da participação.

Os objetivos dessas reuniões podem ser explicitados em três níveis:

- I – Informar os atores sociais das intenções do Governo em desenvolver uma estratégia de intervenção, em nível regional, com enfoque no desenvolvimento sustentável;
- II – Organizar os participantes em estruturas integrativas (grupos) que assegurem o relacionamento entre os membros e estabeleça um processo dinâmico de troca de conhecimento, orientado no aprofundamento das dimensões da sustentabilidade traduzidas na compreensão da historicidade do processo de desenvolvimento regional;
- III – Entafizar os aspectos integrativos entre o conhecimento, as potencialidades e as proposições para a intervenção.

Sistemizadas todas as informações das etapas anteriores, a equipe técnica discute e programa a realização de Reuniões Temáticas nas cidades-pólo de cada subespaço regional. A efetivação desses encontros toma real a democratização dos instrumentos de ação do Estado, um dos eixos básicos da sustentabilidade.

O planejamento dessas reuniões envolve os seguintes passos:

- identificação de questões e das características dos subespaços, por dimensões (extraídas do Perfil Regional);
- identificação dos atores sociais e das instituições que serão convidados a participar das reuniões;
- transcrição para o papel-metro das questões e dos aspectos identificados por dimensão;
- elaboração da programação das reuniões temáticas (modelo anexo); o *folder* também serve de convite aos participantes. A escolha do local da reunião é definida em comum acordo com as lideranças locais, em cada cidade-pólo dos subespaços;
- elaboração de questionário de avaliação das reuniões (modelo anexo).

As reuniões temáticas realizam-se em três etapas:

- Apresentação, em reunião plenária, das questões regionais agrupadas por dimensão da sustentabilidade;
- Discussão em cinco grupos temáticos, divididos por dimensões da sustentabilidade;
- Apresentação, em segunda plenária, das ações e propostas de projetos resultantes das discussões em grupos.

Realizadas em dois dias, as reuniões temáticas possibilitam o aprofundamento das questões propostas por dimensões da sustentabilidade, ensejando, de fato, a participação dos atores sociais envolvidos no planejamento regional.

A leitura do *folder* anexo ilustra o conteúdo e a forma como as reuniões se processam.

Complementamente, apresenta-se aos participantes, na última reunião plenária, a Ficha de Avaliação de cada reunião temática.

No detalhamento da operacionalização de cada reunião, cada Grupo Temático (GT) deverá ter dois facilitadores e um relator, que poderá ser um dos atores locais. Também deverá ser mantido um componente da equipe técnica em cada GT e na plenária, com o objetivo de registrar informações complementares sobre os subespaços e sobre os projetos ou proposições existentes, fundamental para uma melhor qualidade do Programa e para a qualificação dos projetos prioritários na etapa pertinente.

Na abertura da reunião, serão apresentados: uma abordagem conceitual do Desenvolvimento Sustentável, o perfil regional e a metodologia (participativa) de trabalho¹¹. Esta última é caracterizada pela participação de todos os atores na identificação das principais questões e na sugestão de alternativas para enfrentar os problemas.

Trabalha-se, inicialmente, nos GTs e depois são apresentados os resultados em plenária, momento em que todos os atores tomam conhecimento de todas as propostas feitas por dimensão.

ETAPA IV

3.3 ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA

3.3.1 Leitura Crítica e Sistematização das Propostas Construídas nas Reuniões Temáticas

Nesta etapa, deve-se selecionar as propostas a serem mantidas, a partir do comparativo com a matriz institucional elaborada na Etapa II, identificando e qualificando os projetos prioritários, por dimensão e subespaço¹².

3.3.2 Estratégia do Desenvolvimento Regional

As linhas estratégicas deverão ser definidas a partir do conteúdo das dimensões, constituindo-se no marco orientador para a seleção dos projetos prioritários.

¹¹ Também orientada por matriz ZOP, por objetivos, consiste em facilitar a discussão de determinado problema pelo grupo, cuja seleção deverá ser arbitrária pelo facilitador e registrada neste *folder* Anexo no papel-metro.

¹² A qualificação dos projetos poderá também ser realizada em: Estruturantes, Produtivos e Sociais. Os primeiros garantem a compatibilidade do capital e recursos de base para implementar e operacionalizar as demais categorias de projetos. Os produtivos conferem a sustentabilidade das linhas de produção com as demandas de mercado e significam uma base estruturante. Os sociais orientam-se para a satisfação das condições das comunidades organizadas, independentemente de retorno financeiro.

Na abertura da reunião, serão apresentados: uma abordagem conceitual do Desenvolvimento Sustentável, o perfil regional e a metodologia (participativa) de trabalho¹¹. Esta última é caracterizada pela participação de todos os atores na identificação das principais questões e na sugestão de alternativas para enfrentar os problemas.

Trabalha-se, inicialmente, nos GTs e depois são apresentados os resultados em plenária, momento em que todos os atores tomam conhecimento de todas as propostas feitas por dimensão.

ETAPA IV

3.3 ELABORAÇÃO DA ESTRATÉGIA

3.3.1 Leitura Crítica e Sistematização das Propostas Construídas nas Reuniões Temáticas

Nesta etapa, deve-se selecionar as propostas a serem mantidas, a partir do comparativo com a matriz institucional elaborada na Etapa II, identificando e qualificando os projetos prioritários, por dimensão e subespaço¹².

3.3.2 Estratégia do Desenvolvimento Regional

As linhas estratégicas deverão ser definidas a partir do conteúdo das dimensões, constituindo-se no marco orientador para a seleção dos projetos prioritários.

11 Também conhecida por método ZOP, por objetivos, consiste em facilitar a discussão de determinado problema pelo grupo, cuja solução deverá ser sintetizada pelo facilitador e registrada numa folha de papel no grupo mesmo.
 12 A qual seleção dos projetos poderá também ser realizada em dimensões: Estruturais, Produtivas e Sociais. Os primeiros garantem a compatibilidade do capital e servem de base para implementar e operacionalizar os demais categorias de projetos. Os produtivos continuam a disponibilidade dos fatores de produção em as demandas de mercado, exigindo uma base estruturante. Os sociais orientam-se para a satisfação das necessidades das comunidades organizadas, independentemente de recursos financeiros.

ANEXO I - Programação das Reuniões Temáticas (modelo)

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL
PDRS – NORDESTE DA BAHIA
REUNIÕES TEMÁTICAS
 Livro: Livro Cadernê
 Praia de Jussara, Complexo 3/3 do Centro
 Curitiba do Café – BA

Dimensão	Subespaço	Local	Horário
Água	Abastecimento, saneamento, drenagem e saneamento	Complexo 3/3 do Centro, Curitiba do Café – BA	14h às 16h
Proteção do Meio Ambiente	Poluição, saneamento, saneamento, saneamento, saneamento	Complexo 3/3 do Centro, Curitiba do Café – BA	14h às 16h
Energia	Energia elétrica, saneamento, saneamento, saneamento	Complexo 3/3 do Centro, Curitiba do Café – BA	14h às 16h
Transporte	Transporte coletivo, saneamento, saneamento, saneamento	Complexo 3/3 do Centro, Curitiba do Café – BA	14h às 16h
Planejamento	Planejamento urbano, saneamento, saneamento, saneamento	Complexo 3/3 do Centro, Curitiba do Café – BA	14h às 16h
Planejamento	Planejamento urbano, saneamento, saneamento, saneamento	Complexo 3/3 do Centro, Curitiba do Café – BA	14h às 16h

Data	Local	Horário
17 de Maio	Complexo 3/3 do Centro	14h às 16h
18 de Maio	Complexo 3/3 do Centro	14h às 16h
19 de Maio	Complexo 3/3 do Centro	14h às 16h
20 de Maio	Complexo 3/3 do Centro	14h às 16h
21 de Maio	Complexo 3/3 do Centro	14h às 16h

A Comissão de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, através do seu Conselho de Planejamento, Gestão e Avaliação e do Conselho de Acompanhamento e Controle Social do PDRS - Nordeste da Bahia, realiza as reuniões temáticas de sistematização das propostas construídas nas reuniões temáticas de diagnóstico e planejamento de desenvolvimento regional sustentável, com o objetivo de selecionar as propostas a serem mantidas, a partir do comparativo com a matriz institucional elaborada na Etapa II, identificando e qualificando os projetos prioritários, por dimensão e subespaço.

OBJETIVOS
 Essas reuniões temáticas, além de proporcionar informações sobre o desenvolvimento regional e as condições estruturais, produtivas e sociais, servem para a seleção dos projetos prioritários a serem mantidos, a partir do comparativo com a matriz institucional elaborada na Etapa II, identificando e qualificando os projetos prioritários, por dimensão e subespaço.

PARTEICIPANTES
 Com essa finalidade, são previstas a participação de Políticas e Órgãos Municipais, Estaduais, Federais, Organizações Não Governamentais, Associações Comunitárias e de Profissionais Liberais, Grupos de Trabalho, Cooperativas, Grupos Organizados, Outros, Associações, Instituições, organizações comunitárias, etc.

PROCEDIMENTOS
 De acordo com o plano de trabalho temático, as reuniões temáticas serão realizadas em plenária, com o objetivo de selecionar as propostas a serem mantidas, a partir do comparativo com a matriz institucional elaborada na Etapa II, identificando e qualificando os projetos prioritários, por dimensão e subespaço.

De Trabalho em grupo
 Serão formadas quatro equipes temáticas (Água, Energia, Transporte e Planejamento) para discutir e elaborar as propostas a serem mantidas, a partir do comparativo com a matriz institucional elaborada na Etapa II, identificando e qualificando os projetos prioritários, por dimensão e subespaço.

Programa
 14h às 16h: Abertura
 16h às 18h: Apresentação das propostas construídas nas reuniões temáticas de diagnóstico e planejamento de desenvolvimento regional sustentável
 18h às 20h: Discussão e planejamento das reuniões temáticas de diagnóstico e planejamento de desenvolvimento regional sustentável
 20h às 22h: Encerramento das reuniões temáticas de diagnóstico e planejamento de desenvolvimento regional sustentável

ANEXO II - Ficha de Avaliação das Reuniões (modelo)

SEPLANTEC/GARCEP - PERNAMBUCO/NE DE BAHIA

REUNÃO TEMÁTICA: _____ DATA: _____

FICHA DE AVALIAÇÃO

1. IDENTIFICAÇÃO

1.1. MANEIRO: _____ 1.2. ORGÃO: _____

2. TEMAS APRESENTADOS

2.1. AVALIE SEU APROFUNDAMENTO SOBRE AS TEMAS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

1-Ótimo 2-Bom 3-Regular 4-Bru 5-Ótimo

2.2. AVALIE SE OS PROBLEMAS IDENTIFICADOS RETRATAM A REALIDADE REGIONAL

1-Ótimo 2-Bom 3-Regular 4-Bru 5-Ótimo

2.3. QUE FATORES LIMITANTES INTERFEREM NA COMPREENSÃO DOS PROBLEMAS LEVANTADOS?

Excesso de informação	<input type="checkbox"/>	Não teve tempo suficiente	<input type="checkbox"/>
Deficiente clareza na exposição dos problemas	<input type="checkbox"/>	Pouco conhecimento sobre o assunto	<input type="checkbox"/>
Tempo insuficiente	<input type="checkbox"/>	Outros fatores	<input type="checkbox"/>
Materiais inadequados	<input type="checkbox"/>		

2.4. AVALIE A IMPORTÂNCIA DESTA NOVA ABORDAGEM DE PLANEJAMENTO (DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)

1-Ótimo 2-Bom 3-Regular 4-Bru 5-Ótimo

2.5. VOCÊ JÁ PARTICIPOU DE OUTRAS REUNIÕES SOBRE OS TEMAS ABRORADOS?

Sim Não

3. METODOLOGIA

3.1. AVALIE A CONDUÇÃO METODOLÓGICA DO SEMINÁRIO

1-Ótimo 2-Bom 3-Regular 4-Bru 5-Ótimo

3.2. AVALIE O MATERIAL VISUAL UTILIZADO

1-Ótimo 2-Bom 3-Regular 4-Bru 5-Ótimo

4. ORGANIZAÇÃO

4.1. AVALIE O LOCAL DO EVENTO

1-Ótimo 2-Bom 3-Regular 4-Bru 5-Ótimo

4.2. REGULAGEM DO HORÁRIO

1-Ótimo 2-Bom 3-Regular 4-Bru 5-Ótimo

5. AVALIAÇÃO FINAL

5.1. AVALIE OS RESULTADOS DA REUNÃO EM RELAÇÃO AS SUAS EXPECTATIVAS

1-Ótimo 2-Bom 3-Regular 4-Bru 5-Ótimo

5.2. OBSERVAÇÕES/RECOMENDAÇÕES

36 PDRS - Modelo Teórico-Metodológico

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BUARQUE, Sérgio. *Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco*. Recife. Secretaria de Planejamento, Orçamento e Coordenação da Presidência da República. Brasília. IICA, 1994. 69p.

COMISSÃO MUNDIAL DO MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2.ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991. 429p.

GALVÃO, Antônio C. Figueiras, VASCONCELLOS, Ronaldo Ramos. *Elementos para repensar o planejamento regional*. Brasília. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 1995. 60p.

GIOVENARDI, Eugênio. *Programa de Desenvolvimento Econômico Local e Regional*. Brasília, 1994. 13p.

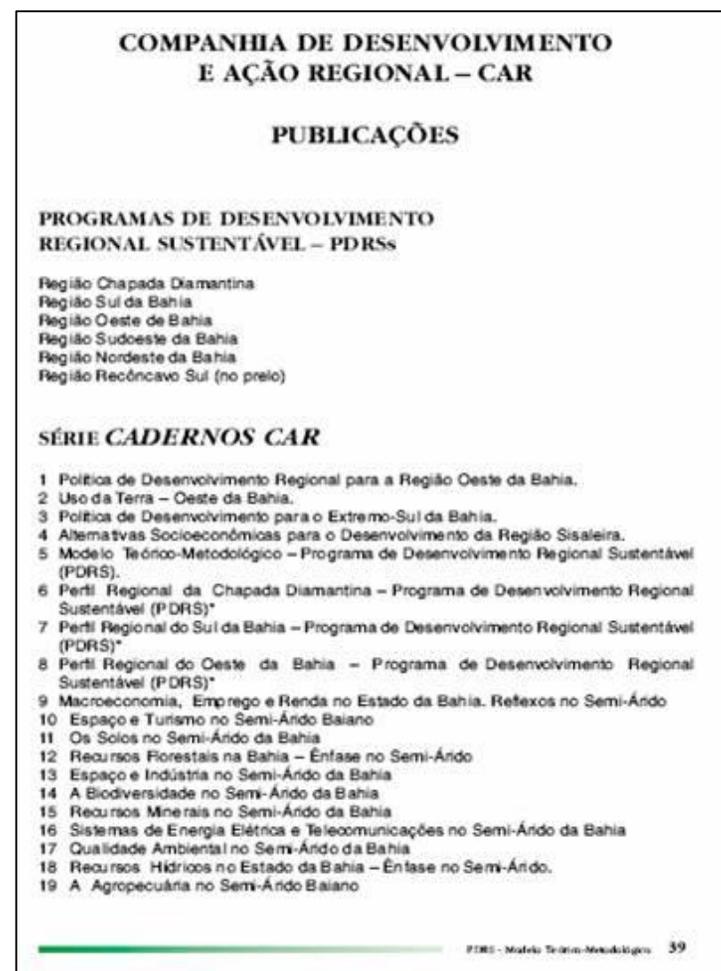
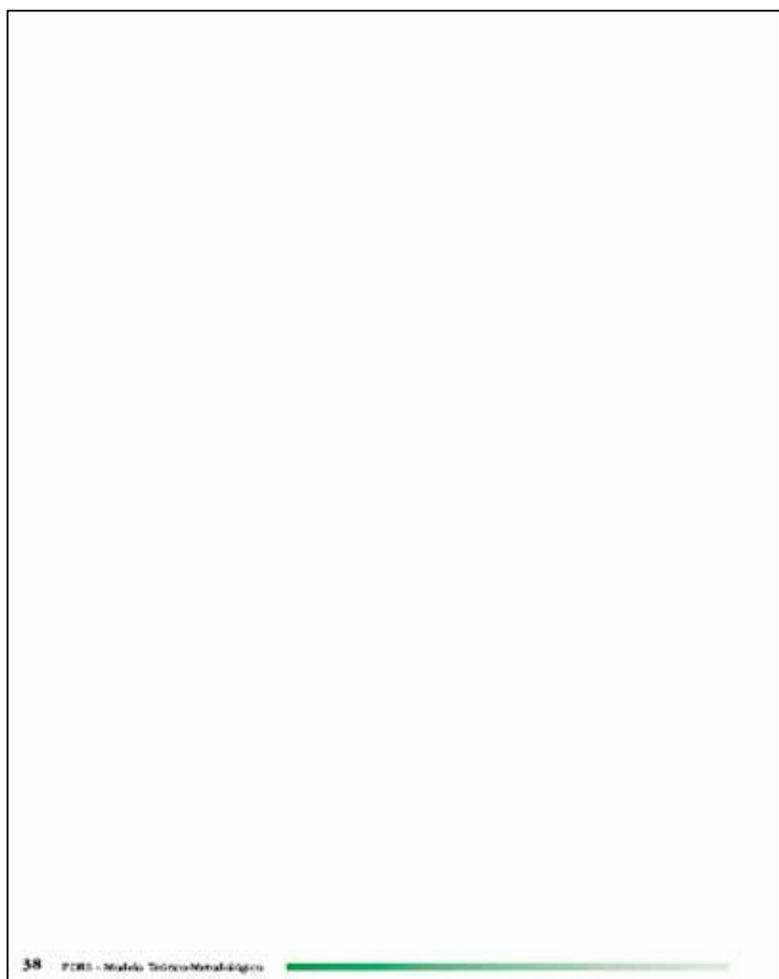
HADDAD, Paulo. *Projeto Áridas: uma Estratégia de Desenvolvimento Sustentável para o Nordeste: Desenvolvimento Endógeno; versão preliminar*. Salvador. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR, 1994. 778p. (Áridas, GT V Economia, Ciências e Tecnologia).

HENDERSON, Hazel. *Transcendendo a economia*. São Paulo. Cultrix-Amara, 1995.

PAZ, Raul J. A riqueza das regiões as fontes de prosperidade regional. *Carta da CPE*. Salvador. Fundação Centro de Projetos e Estudos - CPE n.º. 30, p. 1-4, 1994.

SACHS, Ignacy. *Espaços, tempos e estratégias de desenvolvimento*. São Paulo. Vértice, 1986.224p.

PDRS - Modelo Teórico-Metodológico 37

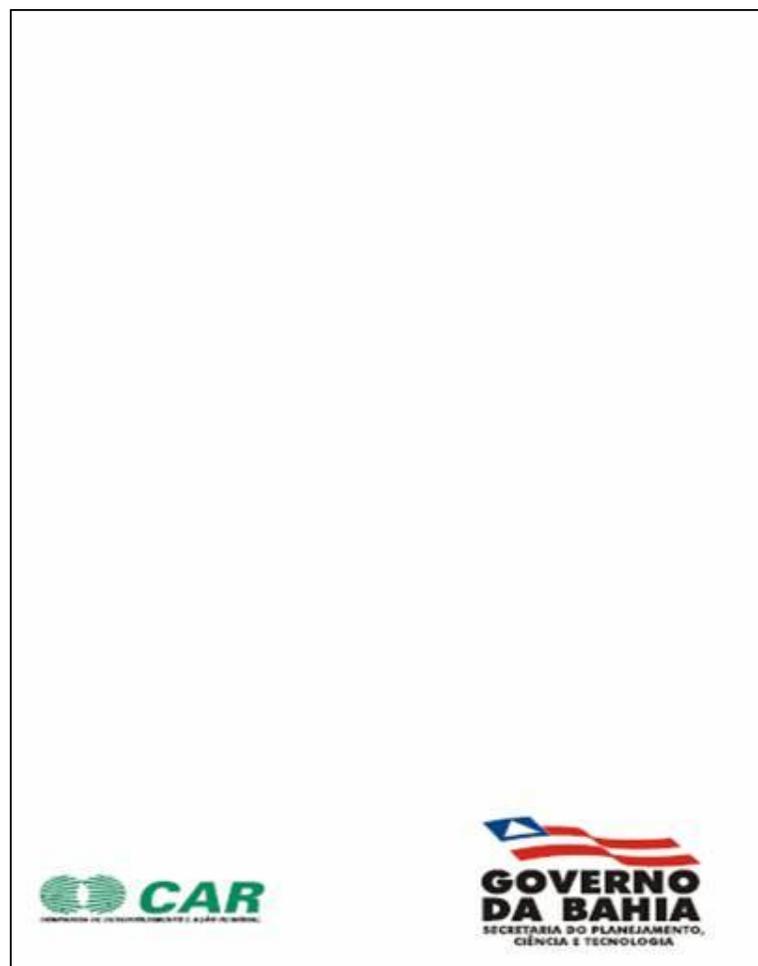


- 20 Dimensão Histórico-Cultural. Chapada Diamantina. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS)
- 21 Subespecialização Regional. Chapada Diamantina. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS).*
- 22 Subespecialização Regional. Sul da Bahia. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS).*
- 23 Subespecialização Regional. Oeste da Bahia. Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS).*
- 24 Modelo Teórico-Metodológico – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS). 2ª Edição, revisada e atualizada.
- 25 Perfil Regional do Recôncavo Sul – Programa de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS).*

* Os Perfis Regionais e as Subespecializações Regionais são partes integrantes dos respectivos PDRSs – Programas de Desenvolvimento Regional Sustentável. Cada conjunto desses estudos refere-se a uma Região Econômica. A meta da CAR é cobrir as 15 Regiões Econômicas do Estado.

QUALQUER PARTE DESTA PUBLICAÇÃO PODE SER LIVREMENTE
REPRODUZIDA, MENCIONANDO-SE A ORIGEM.

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR
Av. Luiz Viana Filho, 250 – Conjunto SEPLANTEC
Centro Administrativo da Bahia
CEP: 41745-000 – Salvador – Bahia
Tel.: (71) 370-3940
Fax: (71) 371-0015
E-mail: car.ascom@bahia.ba.gov.br
Home page: www.car.ba.gov.br



QUADROS CONSOLIDADOS
DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS POR ESTRATÉGIA, MACRO OBJETIVO E PROGRAMA

Em R\$1.000,00

ESTRATÉGIA	MACRO OBJETIVO	RECURSOS	%
UM SALTO DE QUALIDADE NA VIDA DOS BAIANOS		1.890.347	9,08
	Indústria Cultural	14.000	0,07
	Saneamento e Recursos Hídricos	1.116.000	5,36
	Planejamento Urbano e Habitação	650.593	3,13
	Segurança, Justiça e Cidadania	10.000	0,05
	Ação Direta pela Inclusão Social	99.754	0,48
CRESCER, DESCONCENTRAR E DIVERSIFICAR: UMA ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO		5.405.627	25,97
	Infra-Estrutura e Integração Econômica e Social	5.296.743	25,44
	A Integração Regional - Criar e Distribuir Riquezas	108.884	0,52
PROMOVER A EXPANSÃO DAS ATIVIDADES PRODUTIVAS		13.229.895	63,55
	Atrair Empresas e Promover o Avanço Científico e Tecnológico	9.728.512	46,73
	Turismo, Comércio, Serviços e Exportações	465.580	2,24
	Desenvolvimento e Modernização da Agropecuária	3.035.803	14,58

QUADROS CONSOLIDADOS
DISTRIBUIÇÃO TOTAL DOS RECURSOS EXTRA ORÇAMENTÁRIOS POR ESTRATÉGIA E MACRO OBJETIVO

ESTRATÉGIA	MACRO OBJETIVO	RECURSOS	%
APROFUNDAR E CONSOLIDAR A MODERNIZAÇÃO DO ESTADO		292.440	1,40
	Fortalecer a Administração e Qualificar o Servidor	226.940	1,09
	Um Novo Modelo de Gerenciamento com Transparência e Responsabilidade	65.500	0,31
TOTAL		20.818.309	100,00

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)